BTCU

Deliberações dos Colegiados
do TCU e dos Relatores

Boletim do Tribunal de Contas da União

Diário Eletrônico

Ano 8 | nº 45 | Quinta-feira, 13/03/2025

Resoluções	1
Despachos de autoridades	7
Ministro Jorge Oliveira	7
Atas	9
1ª Câmara	9

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Boletim do Tribunal de Contas da União
Regulamentado pelo art. 98 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,
e pelos §§ 3º a 5º do art. 295 do Regimento Interno do TCU

<http://www.tcu.gov.br>

btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF

Fones: 3527-7279/3527-7869/3527-2484/3527-5249

Presidente

VITAL DO RÊGO FILHO

Vice-Presidente

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO

Ministros

WALTON ALENCAR RODRIGUES

BENJAMIN ZYMLER

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

AROLD DO CEDRAZ DE OLIVEIRA

BRUNO DANTAS

ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

JHONATAN DE JESUS

Ministros-Substitutos

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

MARCOS BEMQUERER COSTA

WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU

Procuradora-Geral

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Subprocuradores-Gerais

LUCAS ROCHA FURTADO

PAULO SOARES BUGARIN

Procuradores

MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO

JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA

SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Secretário-Geral

ALESSANDRO GIUBERTI LARANJA

segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União de deliberações dos colegiados do TCU e relatores - v. 1, n. 1, 2018. - Brasília: TCU, 2018- .

Diário.

1. Controle externo - periódico. 2. Ato normativo - periódico. 3. Controle externo - edital. I. Brasil. Tribunal de Contas da União (TCU).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

RESOLUÇÕES**RESOLUÇÃO - TCU Nº 376, DE 12 DE MARÇO DE 2025**

Dispõe sobre a Política Corporativa de Continuidade de Negócios (PCCN/TCU) e sobre o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios no Tribunal de Contas da União (SCN/TCU).

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 28, inciso XXXIV, do Regimento Interno do TCU,

considerando o disposto no § 2º do art. 3º da Resolução-TCU nº 342, de 28 de setembro 2022, que dispõe sobre a Política Corporativa de Segurança da Informação do Tribunal de Contas da União (PCSI/TCU) e sobre o Sistema de Gestão de Segurança da Informação do Tribunal de Contas da União (SGSI/TCU);

considerando o disposto na Resolução-TCU nº 261, de 11 de junho de 2014, que dispõe sobre a Política de Segurança Institucional (PSI/TCU);

considerando a importância de se estabelecer objetivos, princípios e diretrizes para a continuidade de negócios do Tribunal de Contas da União, alinhados às recomendações constantes das normas brasileiras ABNT NBR 27001:2022, 27002:2022, 22301:2020, 22313:2020, 27017:2016 e 27004/2017;

considerando as melhores práticas de gestão de continuidade de negócios difundidas e recomendadas por instituições especializadas no tema, como o *Disaster Recovery Institute International* (DRII) e o *Business Continuity Institute* (BCI);

considerando a necessidade de se definir estruturas decisórias e mecanismos de controle, assim como as responsabilidades das unidades da Secretaria do TCU quanto ao planejamento e a execução do processo de gestão de continuidade de negócios no Tribunal; e

considerando a necessidade de se estabelecer um vocabulário comum para facilitar a comunicação e a realização das atividades de todos os envolvidos na gestão de continuidade de negócios,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A Política Corporativa de Continuidade de Negócios do Tribunal de Contas da União (PCCN/TCU) observa os princípios, objetivos, diretrizes e demais disposições estabelecidas nesta Resolução, bem como as disposições constitucionais, legais e regimentais vigentes.

§ 1º Integram a PCCN/TCU normas gerais, bem como procedimentos complementares, destinados à continuidade de negócio, emanados no âmbito do Tribunal.

§ 2º Esta norma está alinhada com os princípios e as diretrizes da PCSI/TCU, harmonizada com os processos do SGSI/TCU, e tem por objetivo, em relação à segurança da informação, garantir níveis adequados de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações essenciais ao funcionamento dos processos críticos de negócio do TCU.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, entende-se por:

I - atividade crítica: atividade cuja paralisação possa causar danos financeiros, operacionais, legais ou de imagem, considerados inaceitáveis pelo Tribunal;

II - emergência: evento súbito de grandes proporções que requer ação imediata devido à probabilidade de causar interrupção para o negócio, bem como comprometimento da vida humana ou do patrimônio do Tribunal;

III - interrupção: paralisação ou redução do desempenho de uma ou mais atividades críticas por período de tempo considerado inaceitável para a organização;

IV - sistema de gestão de continuidade de negócios (SCN): programa institucional de caráter permanente que tem por objetivo aumentar a resiliência institucional e minimizar os danos operacionais, legais, financeiros e à imagem da instituição, para fazer frente a efeitos de emergências ou de interrupções;

V - estratégia de continuidade: abordagem para assegurar a continuidade da atividade crítica interrompida.

Art. 3º A Política Corporativa de Continuidade de Negócios do Tribunal de Contas da União (PCCN/TCU) pauta-se pelos seguintes princípios:

I - precedência da segurança das pessoas e da vida humana sobre qualquer outro recurso organizacional;

II - foco na continuidade das atividades críticas para o negócio;

III - comunicação de forma rápida, assertiva, clara e confiável;

IV - consideração de cenários de maior risco; e

V - promoção da cultura de continuidade que permeie todo o Tribunal.

CAPÍTULO II DO SISTEMA DE GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

Art. 4º A PCCN/TCU integra o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios do Tribunal de Contas da União (SCN/TCU), o qual é composto pelos seguintes processos:

I - Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), de caráter permanente; e

II - Gestão de Crise (GC), de caráter circunstancial.

§ 1º Cada processo do SCN/TCU é interdependente e deve ser estruturado e monitorado de forma a permitir sua melhoria contínua.

§ 2º A segurança da informação, como dimensão própria associada ao Sistema de Gestão de Segurança da Informação do TCU (SGSI/TCU), disposta em política específica, harmoniza-se com os processos do SC/TCU.

§ 3º A segurança física e patrimonial, disposta em política específica, harmoniza-se com os processos do SCN/TCU e tem por objetivo, em relação à continuidade de negócio, colaborar para a salvaguarda de vidas humanas, precedendo-a sobre qualquer outro recurso, colaborar para ações de continuidade de negócio e mitigar impacto às instalações do TCU.

Seção I Da Gestão de Continuidade de Negócios

Art. 5º A Gestão de Continuidade de Negócios tem como objetivo preparar o Tribunal para responder a efeitos de emergências ou de interrupções, de forma a restaurar suas atividades críticas a um nível de operação predefinido, capaz de continuar a entrega de produtos e serviços.

Art. 6º O processo de Gestão de Continuidade de Negócios abrangerá:

I - instituição da política de continuidade de negócios, com papéis e responsabilidades definidas;

II - elaboração da análise de impacto nos negócios;

III - definição das estratégias e soluções de continuidade para as atividades críticas;

IV - desenvolvimento e implementação dos planos e dos procedimentos previstos nesta política e na sua regulamentação;

V - realização do programa de exercícios e de validações que devem ser realizados periodicamente para garantir o bom funcionamento dos planos de continuidade; e

VI - avaliação, revisão e aperfeiçoamento do processo.

Art. 7º A GCN deve ser implementada por meio de abordagem incremental e de melhoria contínua, podendo abranger total ou parcialmente a organização, devendo ser elaborados ao menos os seguintes planos:

I - Planos de Resposta a Emergências;

II - Planos de Abandono Predial;

III - Plano de Comunicação em Emergência;

IV - Planos de Continuidade de Negócio (PCN), orientados às atividades críticas; e

V - Plano de Recuperação de Serviços de TI (PRSTI), que suportam as atividades críticas.

§ 1º Cada Plano de Resposta a Emergências conterá instruções para resposta a emergências às instalações prediais a que se refere.

§ 2º Cada Plano de Abandono Predial conterá instruções para remoção de pessoas das instalações prediais a que se refere, em caso de emergência, em consonância com as normas editadas pelos órgãos competentes.

§ 3º O Plano de Comunicação em Emergência conterá estratégias de comunicação adequadas à natureza da emergência e ao público-alvo da comunicação.

§ 4º Cada Plano de Continuidade de Negócio conterá informações que permitam a identificação de pessoas-chave e de recursos mínimos para a continuidade das atividades críticas a que os planos se referem.

§ 5º O Plano de Recuperação de Serviços de TI estará alinhado às estratégias e ações definidas nos Plano de Continuidade de Negócio e conterá instruções para a recuperação dos serviços críticos de TI associados aos respectivos planos de continuidade.

§ 6º Os planos previstos neste artigo devem definir os responsáveis pela execução das ações neles descritas e serão revisados no mínimo a cada 02 (dois) anos ou sempre que haja mudanças significativas nas atividades críticas, cabendo notificação à unidade responsável pela gestão de continuidade de negócios no TCU, sob a perspectiva tecnológica.

Seção II **Da Gestão de Crise**

Art. 8º A Gestão de Crise tem natureza circunstancial, iniciada com uma emergência, e abrange as seguintes etapas:

I - resposta à emergência: na qual são realizadas ações para salvaguardar vidas, de forma prioritária, e patrimônio;

II - comunicação em emergência: na qual são realizadas ações para a comunicação adequada à natureza do evento e ao público-alvo;

III - recuperação: na qual as operações da instituição são conduzidas ao nível acordado no plano de contingência;

IV - operação em contingência: na qual os níveis de serviço definidos para operação em contingência podem ser menores do que os definidos para a execução normal da atividade; e

V - retorno à normalidade: na qual as operações da instituição retornam ao nível normal de operação, podendo ser necessário reparo ou realocação das instalações e equipamentos.

Parágrafo único. A Gestão de Crise será coordenada por equipe temática, organizada sob a forma de Gabinete de Crise, como parte integrante do SCN, cujo detalhamento será objeto de normativo próprio.

Art. 9º Qualquer pessoa que tenha conhecimento de um evento que possa ocasionar uma emergência deve comunicá-lo de imediato a instâncias competentes de comunicação de emergência, como Central de Segurança, na Sede, e Central de Serviços (0800), para tempestiva adoção de medidas necessárias para a proteção das pessoas, instalações, informações e outros ativos da organização ou de terceiros que possam ser afetados.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Art. 10. Integram a estrutura do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios do Tribunal de Contas da União (SCN/TCU):

I - Comissão de Coordenação Geral (CCG);

II - Comissão Gestora de Tecnologia da Informação (CGTI);

III - Comitê Técnico de Proteção e Segurança da Informação (CPS);

IV - Unidade responsável pela gestão de continuidade de negócios no TCU, sob a perspectiva tecnológica, a Sesouv (Secretaria de Ouvidoria e Segurança da Informação);

V - Secretaria de Tecnologia da Informação e Evolução Digital (Setid);

VI - Unidade responsável pela gestão de continuidade de negócios no TCU, sob a perspectiva não tecnológica, a Secretaria Especializada em Ambientes Físicos (SecAmbientes); e

VII - Secretaria de Comunicação (Secom).

Art. 11. Compete à CCG:

I - analisar propostas de políticas, diretrizes e objetivos de continuidade de negócio e submetê-las, quando couber, à aprovação do Presidente;

II - decidir quanto à pertinência da elaboração de PCN para as atividades críticas;

III - aprovar as estratégias de continuidade; e

IV - aprovar as propostas de planos previstos no art. 7º.

Parágrafo único. Definida pela CCG a pertinência de elaboração de PCN, incumbe às unidades envolvidas alocar os recursos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 12. Compete à CGTI:

I - analisar propostas de políticas, diretrizes e objetivos de continuidade de negócio e submetê-las à análise da CCG;

II - propor à CCG a pertinência de elaboração de PCN para as atividades críticas, após provocação do CPS; e

III - aprovar as estratégias de continuidade, as propostas dos planos previstos no art. 7º e os relatórios de acompanhamento, após a apreciação realizada pelo CPS.

Art. 13. Compete ao CPS, sob o aspecto tecnológico:

I - avaliar as estratégias de continuidade e apreciar as propostas dos planos previstos no art. 7º;
e

II - apreciar propostas de estratégias de continuidade, minutas de Planos de Continuidade de Negócio e respectivas atualizações, revisão e proposição normativa sobre o tema e relatórios de acompanhamento, para submissão à CGTI.

Art. 14. Compete à Sesouv:

I - elaborar propostas de políticas, diretrizes e objetivos de continuidade de negócio, submetendo-as ao CPS, à CGTI e à CCG;

II - definir diretrizes para estabelecimento de métodos, processos e técnicas de continuidade de negócio para aplicação no TCU, observadas a legislação, as normas internas e as melhores práticas nacionais e internacionais, e orientar as unidades da Secretaria do TCU em sua utilização;

III - coordenar e promover a implantação da continuidade de negócio em conjunto com as áreas envolvidas;

IV - elaborar planos de continuidade de negócios e análises de impacto de negócios, com o apoio das unidades competentes;

V - propor ao CPS políticas, planos e acompanhamentos acerca da continuidade de negócio;

VI - assessorar a CGTI e a CCG em matérias relacionadas à continuidade de negócio, sob a perspectiva tecnológica;

VII - fomentar a cultura de continuidade de negócio no Tribunal;

VIII - promover ações educacionais relacionadas à continuidade de negócio no Tribunal; e

IX - definir estratégias para fazer frente a cenários de indisponibilidade de serviços críticos de TI, bem como de acesso físico e de pessoas, nesse caso, em conjunto com áreas responsáveis.

Art. 15. Compete à Setid apoiar a GCN, elaborar o PRSTI, conduzir reavaliações periódicas do Plano, bem como realizar testes regulares das estratégias previstas no PRSTI.

Art. 16. Compete à SecAmbientes elaborar o Plano de Resposta a Emergência e os Planos de Abandono Predial das unidades da Sede do Tribunal e conduzir reavaliações periódicas desses planos, além de definir os mecanismos para a comunicação de eventos adversos que possam ocasionar emergências.

Art. 17. Compete à Secom, com o apoio técnico da Sesouv e da SecAmbientes, elaborar o Plano de Comunicação em Emergência e conduzir reavaliações periódicas desse plano.

Art. 18. Compete a todas as unidades da Secretaria do TCU, observadas as competências estabelecidas em normativos próprios:

I - colaborar para a implantação das estratégias de continuidade aprovadas, bem como com a execução de testes, treinamentos e simulações;

II - executar, em caso de ativação dos planos, as ações de sua responsabilidade previstas nos planos aprovados;

III - adotar as medidas necessárias para a redução dos riscos que possam ocasionar emergências ou interrupção de atividades críticas no âmbito do Tribunal;

IV - reduzir, no âmbito das unidades, a dependência de pessoas-chave em atividades críticas para o TCU; e

V - manter atualizados os PCN nas suas respectivas áreas de atuação.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. A revisão desta norma poderá ocorrer a qualquer tempo, quando houver mudanças significativas com impacto nos processos ou requisitos de continuidade de negócio, devendo ser realizada no máximo a cada quatro anos, de modo a atualizá-la frente a novos requisitos corporativos, mediante proposta elaborada, de forma concorrente, pelas unidades responsáveis pela coordenação da gestão de continuidade do negócio do Tribunal, tanto pela perspectiva tecnológica quanto não tecnológica.

Art. 20. Compete ao Presidente do TCU expedir os atos necessários à regulamentação desta Resolução.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VITAL DO RÊGO
Presidente

DESPACHOS DE AUTORIDADES**MINISTRO JORGE OLIVEIRA****Processo:** 024.577/2019-7**Natureza:** Tomada de Contas Especial**Unidade:** Secretaria Nacional de Juventude**Responsáveis:** Tânia Maria Hoglund, Thiago Coelho Verçosa de Medeiros Raposo, Linkcon Ltda., Helber Augusto Reis Borges, Francisco de Assis Costa Filho, Thiago Menezes Siqueira, Sauro Spinelly Florêncio da Cunha, Leonardo da Silva Pereira Resende**DESPACHO**

Trata-se, nesse momento, da análise de novas alegações de defesa apresentadas por Leonardo da Silva Pereira Resende, Sauro Spinelly Florêncio da Cunha, Tânia Maria Hoglund e empresa Linkcon Ltda. no âmbito de tomada de contas especial instaurada por força do Acórdão 1.612/2019-Plenário, em face de indícios de dano ao erário decorrente da execução do Contrato 1/2018, firmado entre a Secretaria Nacional da Juventude - SNJ e a empresa Linkcon Eireli - EPP, no valor de R\$ 7.599.390,00.

O aludido contrato tinha por objeto o desenvolvimento de solução de tecnologia para operacionalização do Programa Identidade Jovem. Os débitos apurados decorrem da constatação de duas irregularidades: pagamentos em duplicidade e superfaturamento.

Por meio do Acórdão 1.717/2022-Plenário, o Tribunal julgou irregulares as contas dos responsáveis, com imputação de débito e multa.

Posteriormente, por meio do Acórdão 2.305/2022-Plenário, foram acolhidos parcialmente os embargos de declaração da Linkcon Ltda. e de sua sócia, Tânia Maria Hoglund, interpostos contra a decisão original, e foi decidido: i) tornar sem efeito o subitem 9.5.2, que imputou o débito relativo ao superfaturamento de pontos de função à empresa, à sua sócia e aos ex-gestores Leonardo da Silva Pereira Resende e Sauro Spinelly Florêncio da Cunha; e ii) tornar sem efeito o subitem 9.6, que aplicou multa proporcional ao débito aos mesmos responsáveis.

Os autos foram restituídos à unidade de Auditoria Especializada em Tecnologia da Informação (AudTI) para análise das novas alegações de defesa apresentadas.

Nos termos do art. 81, inciso II, da Lei 8.443/1992, encaminho os autos para nova manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal (MPTCU).

Brasília, 12 de março de 2025

JORGE OLIVEIRA
Relator

Processo: 026.737/2024-8

Natureza: Pedido de Reexame

Unidade: Fundação Universidade de Brasília

Recorrente: Fundação Universidade de Brasília

DESPACHO

Trata-se de pedido de reexame interposto pela Fundação Universidade de Brasília em face do Acórdão 1.016/2025 - 2ª Câmara.

2. Ante o pronunciamento da Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos), com fundamento no art. 278 do Regimento Interno-TCU:

I) conheço do recurso, por atender aos requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 48 da Lei 8.443/1992, conferindo efeito suspensivo aos itens 9.3, 9.3.1, 9.3.2, 9.3.2.1 e 9.3.2.2 do acórdão recorrido;

II) determino a comunicação deste despacho à recorrente e aos demais destinatários do acórdão recorrido;

III) encaminho, na sequência, o processo à AudRecursos, a fim de que se manifeste sobre o mérito do apelo.

Brasília, 12 de março de 2025

JORGE OLIVEIRA

Relator

ATAS**1ª CÂMARA**

ATA Nº 5, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

Subsecretária da Primeira Câmara: AUFC Aline Guimarães Diógenes

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus; do Ministro-Substituto Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

Ausente o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em razão de licença para tratamento de saúde.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 4, referente à sessão realizada em 18 de fevereiro de 2025.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-012.979/2024-4, TC-014.714/2023-0, TC-015.478/2024-6, TC-020.262/2024-8, TC-020.280/2024-6, TC-020.304/2024-2, TC-020.311/2024-9, TC-020.324/2024-3, TC-020.350/2024-4, TC-020.358/2024-5, TC-020.372/2024-8, TC-020.385/2024-2, TC-020.389/2024-8, TC-020.402/2024-4, TC-020.423/2024-1, TC-020.432/2024-0, TC-020.449/2024-0, TC-020.460/2024-4, TC-020.466/2024-2, TC-020.493/2024-0, TC-020.503/2024-5, TC-020.519/2024-9, TC-020.535/2024-4, TC-020.540/2024-8, TC-020.555/2024-5, TC-020.571/2024-0, TC-020.584/2024-5, TC-020.588/2024-0, TC-020.601/2024-7, TC-020.612/2024-9, TC-020.623/2024-0, TC-020.684/2024-0, TC-020.698/2024-0, TC-020.707/2024-0, TC-020.719/2024-8, TC-020.744/2024-2, TC-020.757/2024-7, TC-020.770/2024-3, TC-020.788/2024-0, TC-020.807/2024-4, TC-021.219/2024-9, TC-021.268/2024-0, TC-021.335/2024-9, TC-021.367/2024-8, TC-021.377/2024-3, TC-021.390/2024-0, TC-021.407/2024-0, TC-021.416/2024-9, TC-021.427/2024-0, TC-021.436/2024-0, TC-021.444/2024-2, TC-021.457/2024-7, TC-021.474/2024-9, TC-021.476/2024-1, TC-021.504/2024-5, TC-021.513/2024-4, TC-021.522/2024-3, TC-021.539/2024-3, TC-021.553/2024-6, TC-021.556/2024-5, TC-021.568/2024-3 e TC-021.584/2024-9, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-000.135/2024-0, TC-022.248/2024-2, TC-024.063/2024-0 e TC-033.834/2019-9, cujo Relator é o Ministro Jhonatan de Jesus; e

TC-005.321/2019-0, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 1283 a 1486.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 1232 a 1282, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo TC-045.118/2021-3 (Ata nº 39/2024) e o Tribunal aprovou o Acórdão 1282/2025 - 1C, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Ministro-Substituto Weder de Oliveira. Vencido o Ministro Walton Alencar Rodrigues.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC- 025.504/2021-5, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Willian Tiecher não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Jocasta Rodrigues Meireles e de Jocasta Rodrigues Meireles & Cia Ltda. Acórdão 1266.

Na apreciação do processo TC-002.481/2023-5, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Terence Zveiter não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome do Hospital Maria Auxiliadora S/A. Acórdão 1232.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 1232/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.481/2023-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Representação)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessado: Hospital Maria Auxiliadora S.A. (38.000.485/0001-96).
 - 3.2. Recorrente: Júlio Marcelo de Oliveira.
4. Órgãos/Entidades: Governo do Distrito Federal; Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jhonatan de Jesus.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
8. Representação legal: João Victor Pereira da Silva (64095/OAB-DF), Igor Barbosa Faria (40354/OAB-DF) e outros, representando Hospital Maria Auxiliadora S.A.; Tullio Cunha Nogueira Aguiar (65833/OAB-DF), Guilherme Vieira Nunes Bandeira (19310/OAB-DF) e outros, representando Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF.
9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto pelo Ministério Público junto ao TCU, na figura do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, contra o Acórdão 11.203/2023-1ª Câmara, que apreciou representação relativa ao Contrato 33/2020, celebrado entre o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF) e o Hospital Maria Auxiliadora S.A. (HMA), objetivando a contratação emergencial de locação de equipamentos médico-hospitalares e mobiliários para composição de leitos de unidade de terapia intensiva, com manutenção e insumos necessários para enfrentamento da covid-19 nas unidades Hospital de Base e UPA Núcleo Bandeirante no Distrito Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:

- 9.1. conhecer dos pedidos de reexame, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, no sentido de adotar a medida abaixo indicada;
- 9.2. determinar à AudSaúde que instaure processo apartado com o objetivo de analisar a economicidade do Contrato 33/2020, bem como de promover a identificação dos responsáveis pela continuidade da prestação dos serviços após o ajuste ter expirado, caracterizando contrato verbal e liquidação irregular de despesas;
- 9.3. com fulcro no § 5º do art. 16 e no caput do art. 17 da Resolução 259/2014, determinar o desentranhamento das peças 123 e 124 do presente processo;
- 9.4. dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos interessados.
10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1232-05/25-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1233/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.183/2024-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Paulo Cesar Lopes Frota (120.390.391-04).
4. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39 e 45, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, 261 e 262, do Regimento Interno do TCU, em:

- 9.1. considerar legal a aposentadoria de Paulo Cesar Lopes Frota, concedendo o registro ao ato correspondente;
- 9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
- 9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
 - 9.3.1. no prazo de quinze dias, ajuste a parcela relativa ao adicional por tempo de serviço do interessado para 20%, conforme tempo informado no ato examinado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
 - 9.3.2. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;
- 9.4. dar ciência desta deliberação à unidade jurisdicionada.
10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1233-05/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Jhonatan de Jesus.
 - 13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1234/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.733/2024-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Adalberto Correa Cafe Filho (210.332.691-15).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39 e 45, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, 261, e 262, do Regimento Interno do TCU, em:

- 9.1. considerar ilegal a aposentadoria examinada, negando o registro ao ato correspondente;
- 9.2. determinar à unidade jurisdicionada que:
 - 9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, corrija o valor da rubrica judicial alusiva à URP, restabelecendo os valores verificados em novembro/2006, mês em que foi proferida a decisão liminar que assegurou sua irredutibilidade, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
 - 9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 26.156/DF, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso, emitindo novo ato com esse ajuste na forma da IN-TCU 78/2018;
 - 9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;
- 9.3. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.
10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1234-05/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Jhonatan de Jesus.
 - 13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1235/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 039.803/2023-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
 - 3.2. Responsáveis: Maria Goreti Cavalcanti Varjão (628.776.664-68); Município de Jatobá/PE (01.614.878/0001-80); Robson Silva Barbosa (747.474.954-87); Rogerio Ferreira Gomes da Silva (747.496.924-68).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Jatobá/PE.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Eduardo Henrique Teixeira Neves (30630/OAB-PE), representando Maria Goreti Cavalcanti Varjão; Antonio Joaquim Ribeiro Junior (28712/OAB-PE), representando Rogerio Ferreira Gomes da Silva.
9. Acórdão:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1. considerar o Município de Jatobá/PE, Robson Silva Barbosa e Rogerio Ferreira Gomes da Silva revéis, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
- 9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, "caput", e 23, inciso I, da mesma Lei, julgar regulares as contas de Rogério Ferreira Gomes da Silva;
- 9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19 da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Robson Silva Barbosa e Maria Goreti Cavalcanti Varjão, condenando-os ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora

devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU:

Débitos relacionados ao responsável Robson Silva Barbosa (747.474.954-87):

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
22/12/2015	42.400,72
25/2/2016	157.325,98
19/5/2016	4.076,05
12/7/2016	17.599,09
29/9/2016	180.273,65
4/10/2016	3.679,05

Débitos relacionados ao responsável Maria Goreti Cavalcanti Varjão (628.776.664-68):

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
28/4/2017	39.310,19
12/5/2017	19.863,36
10/8/2017	12.616,53
26/9/2017	49.540,12
12/12/2017	29.380,09
22/12/2017	29.403,21
2/1/2018	68.006,14
20/3/2018	17.692,41
15/5/2018	42.922,22
3/10/2018	28.140,76
5/10/2018	1.020,65
21/12/2018	1.787,61
21/12/2018	49.286,84
21/2/2019	714,71
21/2/2019	19.705,69
1/4/2019	1.056,15
1/4/2019	29.119,44
15/4/2019	19.651,83
16/4/2019	712,76
24/5/2019	1.591,78
24/5/2019	43.887,67
30/12/2019	37.619,61
30/12/2019	54.908,16

9.4. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Robson Silva Barbosa e Maria Goreti Cavalcanti Varjão multa no valor a seguir discriminado, atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação

vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU;

Responsável	Multa (R\$)
Robson Silva Barbosa	60.000,00
Maria Goreti Cavalcanti Varjão	80.000,00

9.5. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.6. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.7. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que o Município de Jatobá/PE (01.614.878/0001-80) comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia da quantia a seguir especificada aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, com fundamento no art. 202, § 3º, do RITCU;

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
7/2/2023	41.041,96

9.8. informar ao Município de Jatobá/PE que a liquidação tempestiva do débito saneará o processo e permitirá que as contas da municipalidade sejam julgadas regulares com ressalva e lhe seja dada quitação, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva acarretará o julgamento pela irregularidade das contas do ente federado, com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios;

9.9. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em Pernambuco, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.10. dar ciência deste acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e aos responsáveis.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1235-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1236/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 041.923/2021-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Antonio Maia da Silva (345.979.992-72); João Medeiros Campelo (342.917.922-04); Município de Itamarati - AM (04.628.376/0001-04).

4. Unidade Jurisdicionada: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Maria Auxiliadora dos Santos Benigno (A619/OAB-AM), representando Município de Itamarati - AM; Maria Auxiliadora dos Santos Benigno (619/OAB-AM), representando João Medeiros Campelo; Maria Auxiliadora dos Santos Benigno (236604/OAB-SP), representando Antonio Maia da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos do Contrato de Repasse 0309.508-67/2009, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e o Município de Itamarati - AM, que tinha por objeto a construção de habitações populares,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares as contas do Município de Itamarati - AM;

9.2. julgar regulares as contas de João Medeiros Campelo;

9.3. considerar revel Antônio Maia da Silva, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.4. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c”, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas de Antônio Maia da Silva, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU;

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)	Tipo da parcela
16/6/2017	32.600,93	Débito

9.5. aplicar a Antônio Maia da Silva, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §1º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal; e

9.8. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e demais interessados.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1236-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1237/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.889/2024-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil
3. Interessadas: Augusta Alves de Aquino (918.449.675-49); Evani Pereira Aquino (295.255.515-04).
4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil concedida pela Fundação Nacional de Saúde,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de pensão civil de interesse das sras. Augusta Alves de Aquino e Evani Pereira Aquino, recusando seu registro;

9.2. determinar à Fundação Nacional de Saúde que:

9.2.1. acompanhe a tramitação do processo 0002186-14.2017.4.01.3305, em curso na Justiça Federal da 1ª Região, e, uma vez desconstituída a decisão que assegurou a integralização da Gratificação Especial de Atividade de Combate e Controle de Endemias (Gacen) no benefício previdenciário de partida das interessadas:

9.2.1.1. promova a imediata supressão, da base de cálculo inicial dos proventos, da rubrica “01038-DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP”;

9.2.1.2. proceda à restituição dos valores pagos a esse título às pensionistas, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;

9.2.2. dê ciência desta deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as sras. Augusta Alves de Aquino e Evani Pereira Aquino tiveram ciência desta deliberação;

9.3. esclarecer à unidade de origem que, a despeito da negativa de registro da presente concessão, os efeitos do título previdenciário poderão subsistir até que sobrevenha decisão judicial definitiva no processo acima referido, momento em que novo ato deverá ser emitido e encaminhado a esta Corte de Contas para apreciação.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1237-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1238/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.528/2024-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Francisco das Chagas Guimarães Moura (151.759.283-68).

4. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse do sr. Francisco das Chagas Guimarães Moura, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao sr. Francisco das Chagas Guimarães Moura, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1238-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1239/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.098/2024-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Enio Latini Bitaraes (449.619.016-87).

4. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Universidade Federal de Minas Gerais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse do sr. Enio Latini Bitaraes, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao sr. Enio Latini Bitaraes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1239-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1240/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.723/2024-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Maria Auxiliadora de Azevedo Costa (256.450.485-04).

4. Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Universidade Federal Rural de Pernambuco,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse da sra. Maria Auxiliadora de Azevedo Costa, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal Rural de Pernambuco que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à sra. Maria Auxiliadora de Azevedo Costa, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos;

9.5. determinar à AudPessoal que, para fins de observância da modulação de efeitos estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) 638.115, verifique, por ocasião da instrução do novo ato de aposentadoria da sra. Maria Auxiliadora de Azevedo Costa, a efetiva situação, em 17/9/2020 (data do trânsito em julgado do referido RE), da sentença favorável à interessada proferida no processo 0009842-4720064058300, autuado na 2ª Vara Federal de Recife.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1240-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1241/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.830/2023-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Pesca e Aquicultura (49.381.076/0001-01).

3.2. Responsável: Joao Luiz Oliveira Souza Melo (066.189.872-53).

4. Entidade: Município de Soure - PA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados pela União, por meio do Termo de Compromisso 1/2013, ao Município de Soure/PA, que tinha por objeto a reforma e a adequação do mercado do peixe naquela cidade,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel o sr. João Luiz Oliveira Souza Melo para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do sr. João Luiz Oliveira Souza Melo, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c”, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU.

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
13/3/2015	112.710,18
13/3/2015	151.851,61

9.3. aplicar ao sr. João Luiz Oliveira Souza Melo a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, § 1º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira prestação, e de trinta dias, a contar da anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. dar ciência desta deliberação ao responsável, à Procuradoria da República no Estado do Pará e ao Ministério da Pesca e Aquicultura.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1241-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1242/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.676/2022-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados: Idelza Maria Barros Santana e Silva (205.968.985-68); Janio Bomfim Prates Quadros (162.943.195-87); Laudemiro de Alcântara (846.442.908-82).

4. Órgão: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas pelo Ministério da Saúde, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de interesse da sra. Idelza Maria Barros Santana e Silva e do sr. Janio Bomfim Prates Quadros, ordenando seu registro;

9.2. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse do sr. Laudemiro de Alcântara, recusando seu registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Ministério da Saúde que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.4.2. dê ciência desta deliberação ao sr. Laudemiro de Alcântara, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.5. determinar à AudPessoal que, no tocante a ambas as aposentadorias referidas no subitem 9.1, acima, providencie a correção, no sistema e-Pessoal, dos lançamentos efetuados no quadro “IV - FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL/LEGAL DA APOSENTADORIA”, conformando-os com aqueles cadastrados no sistema Siape;

9.6. esclarecer ao Ministério da Saúde, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1242-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1243/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.603/2022-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (09.203.665/0001-77).

3.2. Responsáveis: Alcino Souza da Silva (717.356.072-15); Maria Edilma Alves de Lima (330.530.732-34); Terrasul Terraplenagem Ltda. (19.633.008/0001-13).

3.3. Recorrentes: Alcino Souza da Silva (717.356.072-15); Maria Edilma Alves de Lima (330.530.732-34); Terrasul Terraplenagem Ltda. (19.633.008/0001-13).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte/PA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: João Vicente Vilaca Penha (23716/OAB-PA), Marco Aurelio Pimentel Moura (25158/OAB-PA) e outros, representando Alcino Souza da Silva, Maria Edilma Alves de Lima e Terrasul Terraplenagem Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela empresa Terrasul Terraplenagem Ltda. e pelos Srs. Alcino Souza da Silva e Maria Edilma Alves de Lima ao Acórdão 10.000/2024-1ª Câmara, que apreciou tomada de contas especial instaurada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos do Convênio 828.147/2016, firmado com o Município de Garrafão do Norte/PA, que tinha por objeto a “recuperação de estradas vicinais na zona rural do município de Garrafão do Norte/PA”,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo inalterada a decisão recorrida;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1243-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1244/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.101/2020-5.

1.1. Apenso: 013.719/2019-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Albérico de França Ferreira Filho (023.578.283-15); Dimensão Distribuidora de Medicamentos Ltda. (02.956.130/0001-28); e Viktoria Viktorowna Piders (010.061.393-46).

4. Órgão: Município de Barreirinhas - MA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Amanda Pinheiro Rosa de Moura (OAB/MA 16.953) e outro, representando Viktoria Viktorowna Piders; Gracivagner Caldas Pimentel (OAB/MA 14.812), representando Município de Barreirinhas - MA; Jose Cardoso Lopes (OAB/PI 1.037) e outros, representando Dimensão Distribuidora de Medicamentos Ltda.; Victor Guilherme Lopes Fontenelle (OAB/MA 17.303) e outro, representando Albérico de França Ferreira Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento ao subitem 9.2 do Acórdão 3.760/2020-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da empresa Dimensão Distribuidora de Medicamentos Ltda. e da Sra. Viktoria Viktorowna Piders;

9.2. com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “b”, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Albérico de França Ferreira Filho;

9.3. condenar a empresa Dimensão Distribuidora de Medicamentos Ltda. e a Sra. Viktoria Viktorowna Piders ao pagamento solidário das quantias abaixo indicadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data do pagamento	Débito (R\$)
13/4/2018	44.657,75
17/4/2018	9.464,81
20/4/2018	45.655,06
11/5/2018	44.992,33
25/5/2018	7.488,44
30/5/2018	116.059,37
24/7/2018	63.837,02
27/7/2018	42.962,76
3/8/2018	36.587,66
7/8/2018	68.507,20
8/8/2018	32.222,58
9/8/2018	134.829,67

9.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.5. aplicar as seguintes multas individuais:

9.5.1. à Sra. Viktoria Viktorowna Piders, no valor de R\$ 100.000,00, com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992;

9.5.2. à empresa Dimensão Distribuidora de Medicamentos Ltda., no valor de R\$ 200.000,00, com fundamento no art. 57 da mencionada lei;

9.5.3. ao Sr. Albérico de França Ferreira Filho, no valor de R\$ 26.000,00, com base no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992;

9.6. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis comprovem, perante o Tribunal (arts. 214, inciso III, alínea “a”, e 269 do RI/TCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, quando pagas após seu vencimento, desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. dar ciência deste acórdão aos responsáveis, à Prefeitura e à Câmara Municipal de Barreirinhas/MA e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, neste caso, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1244-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1245/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.438/2016-9

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessada: Procuradoria da República no Estado de Roraima (26.989.715/0027-41).

3.1. Responsáveis: Coema - Construtora Ltda. (04.236.920/0001-64); Haroldo José Muniz (628.085.594-53); James Moreira Batista (698.594.262-87); Município de São Luiz/RR (04.056.230/0001-23).

4. Órgão/Entidade: Município de São Luiz/RR.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Sean da Silva Pereira Loureiro (761/OAB-RR), representando a Coema Construtora Ltda.; Joelson Dias (10.441/OAB-DF), Marcelli de Cássia Pereira (33.843/OAB-DF), Carla Albuquerque Zorzenon (50.044/OAB-DF) e outros, representando James Moreira Batista.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação parcial de despesas relativas ao Convênio 726963/2009, que teve por objeto a execução de serviços de abertura de rua, pavimentação e drenagem no município de São Luiz/RR,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir a empresa Coema Construções Ltda. da relação processual;

9.2. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 e no art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do TCU, para que o município de São Luiz/RR efetue e comprove perante este Tribunal o recolhimento de R\$ 244.106,95 (duzentos e quarenta e quatro mil, cento e seis reais e noventa e cinco centavos) aos cofres credores do Tesouro Nacional, atualizados monetariamente a partir de 11/2/2011 até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor;

9.3. informar ao referido ente federado que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que suas contas sejam julgadas regulares com ressalva, com quitação, nos termos do art. 202, § 4º, do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência da liquidação tempestiva poderá levar ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios, nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, § 1º, do Regimento Interno, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) prestações, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para se comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela e de 30 (trinta) dias, a contar da anterior, o das demais, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. informar os responsáveis e o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional acerca desta deliberação.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1245-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1246/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 003.164/2024-1

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Arlete Alves Ribeiro (333.983.561-68).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: Deyr José Gomes Júnior (6.066/OAB-DF), Willian Guimarães Santos de Carvalho (59.920/OAB-DF) e outros, representando Arlete Alves Ribeiro.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o pedido de reexame interposto por Arlete Alves Ribeiro contra o Acórdão 3.357/2022-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de concessão de aposentadoria,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e dar-lhe provimento parcial, de modo a determinar ao órgão de origem que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.1.1. convoque a interessada para que escolha entre o recebimento da parcela opção e o da parcela de quintos; no caso de omissão, suprima a rubrica de menor valor:

9.1.1.1. caso opte pela percepção da primeira vantagem, acompanhe o desfecho da decisão judicial proferida na ação 1035883-44.2019.4.01.3400 e, caso a União obtenha êxito, promova a exclusão da vantagem opção, consoante os termos do que será decidido pelo Poder Judiciário até o trânsito em julgado e emita novo ato de concessão de aposentadoria a Arlete Alves Ribeiro, livre da irregularidade, submetendo-o à análise do TCU por meio do sistema e-Pessoal;

9.1.1.2. caso decida pelo recebimento da segunda vantagem, cadastre novo ato, submetendo-o a esta Corte de Contas, também por meio do sistema e-Pessoal, com a consequente exclusão da rubrica opção.

9.2. informar o conteúdo desta decisão à recorrente e ao órgão de origem.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1246-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1247/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.640/2023-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: José da Luz Souza Filho (153.737.381-15).

4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: Willian Guimarães Santos de Carvalho (59.920/OAB-DF) e Marlúcio Lustosa Bonfim (16.619/OAB-DF), representando o recorrente.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o pedido de reexame, em processo de aposentadoria, interposto por José da Luz Souza Filho em face do Acórdão 1.768/2024-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento, sem prejuízo de esclarecer ao Superior Tribunal de Justiça que:

9.1.1. a parcela de quintos incorporada em razão de funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 deve ser absorvida pelo reajuste concedido pelo inciso I do art. 1º da Lei 14.523/2023, de 6%, a partir de 1º de fevereiro de 2023;

9.1.2. eventual resíduo da parcela compensatória deve ser absorvido por quaisquer reajustes posteriores à edição da Lei 14.687/2023 - excetuados os concedidos em 1º/2/2024 e em 1º/2/2025, previstos nos incisos II e III do art. 1º da Lei 14.523/2023 -, em respeito à nova redação dada ao parágrafo único do art. 11 da Lei 11.416/2006, em vigor a partir de 22/12/2023, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115/CE, uma vez que a referida incorporação não tem fundamento em decisão judicial transitada em julgado;

9.1.3. após a absorção completa da parcela compensatória, nos termos do art. 7º, § 8º, da Resolução-TCU 353/2023, novo ato deve ser emitido, livre da irregularidade apontada, e submetido ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, §2º, do Regimento Interno e 19, §3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018.

9.2. informar o conteúdo desta deliberação ao recorrente e ao Superior Tribunal de Justiça.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1247-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1248/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.079/2023-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Recorrentes: Fundação Universidade de Brasília (00.038.174/0001-43) e Adélia Betty Ludovico de Almeida (225.505.341-15).

3.1. Interessada: Adélia Betty Ludovico de Almeida (225.505.341-15).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: José Luís Wagner (17.183/OAB-DF), representando Adélia Betty Ludovico de Almeida.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de pedidos de reexame interpostos por Adélia Betty Ludovico de Almeida e Fundação Universidade de Brasília contra o Acórdão 2.015/2024-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria à interessada,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 260, §2º, e 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame e a eles dar provimento parcial, de forma a conferir ao subitem 1.7.2 do Acórdão 2.015/2024-TCU-1ª Câmara a seguinte redação:

“1.7.2. exclua dos proventos de aposentadoria da interessada, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, a rubrica ‘VB.COMP.ART.15 L11091/05 AP’”;

9.2. informar o conteúdo desta deliberação às recorrentes.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1248-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1249/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.865/2018-4

1.1. Apenso: 002.360/2018-7

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessado: Ministério das Relações Exteriores.

3.1. Responsáveis: Daniel Spindola Cutrim (001.455.941-22); Domiciano Avelino de Cirqueira (055.010.401-15); Evaldo Luiz Borges (144.493.151-20); Francisco Dias Xavier (066.882.841-20); JLE Comércio, Representação e Serviços Ltda. (02.183.863/0001-77); José Evando de Amorim (306.448.441-91); Sônia Regina Guimarães Gomes (289.778.741-49).

3.2. Recorrente: Daniel Spindola Cutrim (001.455.941-22).

4. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Felipe Dalleprane Freire de Mendonça (48.570/OAB-DF), Kreisky Kedrova Nascimento Dalleprane de Mendonça (47.838/OAB-DF) e outros, representando José Evando de Amorim e a JLE Comércio, Representação e Serviços Ltda.; Claudinei da Silva Martins (56.174/OAB-DF) e Egídio Pereira Gandra (54.374/OAB-DF), representando Domiciano Avelino de Cirqueira; Matheus Schianqui Gonçalves Abílio (27.081/OAB-DF), Antônio Emidio Ferreira Neto (55.605/OAB-DF) e outros, representando Daniel Spindola Cutrim; Ueren Domingues de Sousa (26.687/OAB-DF), representando Evaldo Luiz Borges; Melillo Dinis do Nascimento (13.096/OAB-DF) e Gladys Terezinha Reis do Nascimento (13.022/OAB-DF), representando Sônia Regina Guimarães Gomes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos por Daniel Spindola Cutrim ao Acórdão 10.065/2024-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fulcro no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. informar o teor desta deliberação ao embargante.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1249-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1250/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 035.156/2020-1

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessada: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (extinta).

3.1. Responsável: Gerson Miranda Lopes (307.712.422-04).

3.2. Embargante: Gerson Miranda Lopes (307.712.422-04).

4. Órgão/Entidade: Município de Magalhães Barata/PA.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Francisco Sávio Fernandez Mileo (7.303/OAB-PA), representando Gerson Miranda Lopes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos por Gerson Miranda Lopes ao Acórdão 6.161/2024-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fulcro no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. informar o teor desta deliberação ao embargante.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1250-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1251/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 014.455/2024-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Pensão Militar).
3. Recorrente: Comando da Aeronáutica (00.394.429/0001-00).
- 3.2. Interessada: Rosa Maria Campos de Carvalho (473.664.601-25).
4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
- 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de pedido de reexame interposto pelo Comando da Aeronáutica em face do Acórdão 7.054/2024-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

- 9.1. conhecer do pedido de reexame e, no mérito, dar-lhe provimento, de modo a tornar insubsistente o Acórdão 7.054/2024-TCU-1ª Câmara;
- 9.2. considerar legal e registrar o ato de concessão de pensão militar instituída por Rubem José de Carvalho em benefício de Rosa Maria Campos de Carvalho;
- 9.3. informar o conteúdo desta deliberação ao recorrente e à interessada.
10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1251-05/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1252/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 014.977/2021-4
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Responsáveis: Clementino Tomaz Vieira (470.781.899-49); Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (03.637.311/0001-54); Miguel Eduardo Torres (032.070.928-02).
- 3.1. Embargantes: Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (03.637.311/0001-54); Miguel Eduardo Torres (032.070.928-02).
4. Órgãos/Entidades: Diretoria de Administração e Logística - MGI; Ministério do Trabalho e Emprego.
5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
- 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jhonatan de Jesus.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin (manifestação oral).
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Antônio José Telles de Vasconcellos (12.351/OAB-DF) e outros, representando Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos e Miguel Eduardo Torres.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos e por Miguel Eduardo Torres ao Acórdão 9.177/2024-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fulcro no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos e acolhê-los de forma parcial, para, assim, reconhecer a incidência de prescrição exclusivamente em relação a Miguel Eduardo Torres, excluindo-o da relação processual;

9.2. informar o teor desta deliberação aos embargantes.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1252-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1253/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 016.112/2023-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Pensão Militar).

3. Recorrente: Maria do Socorro dos Anjos Dantas (031.081.984-91).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: Janeceli da Paixão Plutarco (13.554/OAB-PE) e Flávio Ricardo de Souza Andrade Lima, representando Maria do Socorro dos Anjos Dantas.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de pedido de reexame interposto por Maria do Socorro dos Anjos Dantas em face do Acórdão 12.990/2023-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. informar a recorrente e demais interessados do conteúdo desta deliberação.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1253-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1254/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 020.557/2024-8

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessadas: Ana Paula de Campos Guimarães (029.090.667-97); Arinea Teixeira Oliveira (602.641.527-00); Cleonice Milanez de Araújo Teixeira (065.561.218-19); Glória Maria de Souza Sardenberg (641.489.207-68); Ízis da Silva Teixeira Fernandes (787.173.457-15); Jéssica Santos Rodrigues de Oliveira (125.953.017-56); Leise Mara Tavares da Silva (668.830.247-00); Maria do Carmo Pacheco de Oliveira (343.462.797-91); Patrícia de Campos Guimarães (029.129.997-07); Soraia Gonçalves de Oliveira Ventura (088.249.567-42); Valéria Maria Machado de Lima (539.090.544-04); Vilma Machado Lima de Carvalho (322.739.674-20); Virgínia Dolores Machado de Lima (791.739.424-72).

4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam das pensões militares instituídas por Francisco Laurilo de Lima, Sérgio Vale de Oliveira, Arlindo Teixeira, Sebastião Sérgio de Mattos Guimarães e Antônio Rodrigues de Oliveira,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 em:

9.1. considerar legais os atos relativos a Francisco Laurilo de Lima, Sérgio Vale de Oliveira, Arlindo Teixeira e Sebastião Sérgio de Mattos Guimarães e conceder-lhes registro;

9.2. considerar ilegal o ato de pensão instituída por Antônio Rodrigues de Oliveira em favor de Jéssica Santos Rodrigues de Oliveira e Maria do Carmo Pacheco de Oliveira, negando-lhe o registro;

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data do acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. esclarecer às interessadas que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto junto ao TCU, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência desta decisão;

9.5. determinar ao Comando da Aeronáutica que:

9.5.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do Regimento Interno e 8º, caput, da Resolução-TCU 353/2023;

9.5.2. informe às interessadas o inteiro teor desta decisão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência, nos termos do § 2º do art. 4º da Resolução-TCU 360/2023;

9.5.3. emita novo ato de pensão militar considerado ilegal, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1254-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1255/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 022.389/2023-7

1.1. Apenso: 039.532/2023-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Elizabeth Gonçalves Maciel Moreira (686.403.236-15).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (22.256/OAB-DF), representando Elizabeth Gonçalves Maciel Moreira.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o pedido de reexame interposto por Elizabeth Gonçalves Maciel Moreira contra o Acórdão 11.274/2023-TCU-1ª Câmara, por meio do que o Tribunal considerou ilegal o ato de sua aposentadoria e a ele negou registro,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para:

9.1.1. manter o julgamento pela ilegalidade do presente ato de concessão de aposentadoria, concedendo-lhe, todavia, o respectivo registro, em conformidade com o art. 7º, II, da Resolução 353/2023;

9.1.2. tornar sem efeito as letras “a”, “b” e “c” do caput bem como os subitens 1.7.1.1 e 1.7.1.3 do Acórdão 11.274/2023-TCU-1ª Câmara.

9.2. informar o conteúdo desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1255-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1256/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 024.996/2021-1

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Atos de Admissão).

3. Interessado: Henrique Estevam Lima (691.919.051-68).

3.1. Recorrente: Banco do Brasil S.A. (00.000.000/0001-91).

4. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: Caroline Scopel Cecatto (64.878/OAB-RS), João Alves Silva (14.869/OAB-CE) e outros, representando o Banco do Brasil S.A.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o pedido de reexame interposto pelo Banco do Brasil S.A. contra o Acórdão 4.959/2022-TCU-1ª Câmara, por meio do que este Tribunal considerou ilegal o ato de admissão de Henrique Estevam Lima, negando-lhe o respectivo registro,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar sem efeito o Acórdão 4.959/2022-TCU-1ª Câmara;

9.3. considerar ilegal e, excepcionalmente, em conformidade com o art. 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023, ordenar o registro do ato de admissão de Henrique Estevam Lima (e-Pessoal 40407/2018);

9.4. informar o conteúdo desta deliberação ao recorrente e ao interessado.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1256-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1257/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.367/2023-4.

2. Grupo: II - Classe: V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados:

3.1. Interessados: Gilberto Gomes de Sena (345.087.241-91); José Dias dos Santos (066.843.001-04).

4. Órgão: Departamento de Polícia Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: Não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Departamento de Polícia Federal.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

- 9.1. reconhecer o registro tácito dos atos de concessão de aposentadoria aos Srs. Gilberto Gomes de Sena e José Dias dos Santos, nos termos do art. 7º, § 4º da Resolução TCU 353/2023;
- 9.2. determinar ao órgão de origem que dê ciência desta deliberação aos interessados;
- 9.3. arquivar os autos.
10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1257-05/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.
 - 13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1258/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.673/2022-0.
2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Responsável: André Luis Braga Dias (117.062.647-55).
4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Mariane dos Reis Cruz (OAB/MG 151.460), representando André Luis Braga

Dias.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, relativa ao termo de concessão e aceitação de bolsa no país/externo 201473/2012-7.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

- 9.1. rejeitar as alegações de defesa do Sr. André Luis Braga Dias;
- 9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, “b”, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, as contas do Sr. André Luis Braga Dias, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, nos termos do art. 23, III, “a”, da citada lei, c/c o art. 214, III, “a”, do RI/TCU;

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
12/9/2012	18.892,43
17/2/2021	424.537,67

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, II, da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar dos recebimentos das notificações, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.6. enviar cópia deste acórdão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao responsável;

9.7. informar aos interessados que esta deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1258-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1259/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.729/2023-4.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Apoio ao Trabalhador Autônomo - ATA (04.011.396/0001-23); Michelle Plubins Bulkool (042.697.187-65).

4. Órgãos: Ministério da Previdência Social; Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria Executiva - Ministério do Trabalho e Previdência (Extinto).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Mariana Glória de Assis (OAB/RS 79.079) e Monique Siqueira da Silva (OAB/RS 119.441), representando Michelle Plubins Bulkool.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência, referente a recursos federais repassados à entidade Apoio ao Trabalhador Autônomo para execução do convênio 91/2009.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela entidade Apoio ao Trabalhador Autônomo e pela Sra. Michelle Plubins Bulkool;

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Michelle Plubins Bulkool e da entidade Apoio ao Trabalhador Autônomo, nos termos dos arts. 1º, I, e 16, III, “a” e “c”, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e condená-los ao pagamento da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir da data especificada até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, “a”, do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
9/4/2010	225.150,00
26/10/2010	600.400,00
23/12/2010	675.450,00

9.3. aplicar aos responsáveis a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno deste Tribunal, nos seguintes valores:

9.3.1. Michelle Plubins Bulkool, R\$ 167.000,00 (cento e sessenta e sete mil reais);

9.3.2. Apoio ao Trabalhador Autônomo, R\$ 167.000,00 (cento e sessenta e sete mil reais);

9.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, “a”, do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 219, II, do RI/TCU e 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizados monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RI/TCU;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.8. enviar cópia deste acórdão ao Ministério do Trabalho e Emprego e aos responsáveis;

9.9. informar aos interessados que esta deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1259-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1260/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.111/2024-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Dalete Bastos de Melo Maia (316.469.801-15).

4. Órgão: Superior Tribunal de Justiça.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos aposentadoria concedida pelo Superior Tribunal de Justiça.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, e 39, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, no art. 262 do RI/TCU e no art. 19 da IN/TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Dalete Bastos de Melo Maia e conceder-lhe, excepcionalmente, o registro, com base no art. 7º, II, da Resolução 353/2023;

9.2. dispensar a reposição das quantias indevidamente recebidas, presumidamente de boa-fé, consoante o enunciado 106 da súmula de jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que dê ciência desta deliberação à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, informando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos admitidos pela Lei 8.443/1992 não a exime da devolução dos valores recebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos, e encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, a comprovação dessa comunicação, na forma do disposto no art. 21 da IN/TCU 78/2018;

9.4. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1260-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1261/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.133/2024-3.

2. Grupo: I - Classe: V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Eliana Pereira (022.644.678-60).

4. Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Universidade Federal de São Paulo.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria da Sra. Eliana Pereira e recusar-lhe o registro;

9.2. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos, presumidamente de boa-fé, nos termos da súmula 106 deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal de São Paulo que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos das parcelas relacionadas às irregularidades apontadas, conforme art. 19, caput, II, da IN/TCU 78/2018;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, comunique a esta Corte as providências adotadas, sob pena de solidariedade na obrigação de ressarcimento das quantias pagas após essa data, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.443/1992, nos termos do art. 19, caput, II e § 2º, c/c art. 6º, § 1º, da IN/TCU 78/2018;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre novo ato no sistema e-Pessoal, em substituição ao ato objeto desta decisão, com indicação expressa das alterações procedidas para saneamento das irregularidades e do número deste acórdão, submetendo-o à apreciação deste Tribunal, e adote as demais medidas corretivas pertinentes, em consonância com o art. 19, § 3º, da IN/TCU 78/2018;

9.3.4. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, dê ciência desta deliberação à interessada, informando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos admitidos pela Lei 8.443/1992 não a exime da devolução dos valores recebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos, e encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, a comprovação dessa comunicação, na forma do disposto no art. 21 da IN/TCU 78/2018;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1261-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1262/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.937/2022-9.

2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável/Interessada:

3.1. Responsável: Projeção Serviços de Construção e Terraplenagem Ltda. (04.422.075/0001-11).

3.2. Interessada: Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

4. Entidade: Município de Ruy Barbosa/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Fabrício Bastos de Oliveira (OAB/BA 19.062), representando Projeção Serviços de Construção e Terraplenagem Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência da Fundação Nacional de Saúde no Estado da Bahia, relativa aos recursos transferidos ao município de Ruy Barbosa/BA no âmbito do termo de compromisso TC/PAC 373/2007, registro Siafi 632953.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir o Sr. José Bonifácio Marques Dourado do rol de responsáveis;

9.2. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pela empresa Projeção Serviços de Construção e Terraplenagem Ltda.;

9.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, “c”, da Lei 8.443/1992, as contas da empresa Projeção Serviços de Construção e Terraplenagem Ltda., condenando-a ao pagamento do valor de R\$ 46.332,50 (quarenta e seis mil, trezentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculados a partir de 14/5/2014 até a data da efetiva quitação do débito, fixando o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, “a”, do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar à empresa Projeção Serviços de Construção e Terraplenagem Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal (art. 214, III, “a”, do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 219, II, do RI/TCU e 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela,

corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado da Bahia, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.8. enviar cópia deste acórdão ao Sr. José Bonifácio Marques Dourado e à empresa Projeção Serviços de Construção e Terraplenagem Ltda.;

9.9. informar aos interessados que esta deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1262-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1263/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.769/2023-0.

2. Grupo: I - Classe: V - Assunto: Pensão Civil.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Luísa Fortunata Rivas Zagoury (671.638.820-68)

4. Órgão: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil pelo Ministério da Saúde.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil à Sra Luísa Fortunata Rivas Zagoury, viúva do Sr. Edmundo Lima Zagoury, e recusar-lhe o registro;

9.2. dispensar a reposição das quantias indevidamente recebidas, presumidamente de boa-fé, consoante o enunciado 106 da súmula de jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Ministério da Saúde que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento decorrente da irregularidade apontada, conforme art. 19, caput, II, da IN/TCU 78/2018;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, comunique a esta Corte as providências adotadas, sob pena de solidariedade na obrigação de ressarcimento das quantias pagas após essa data, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.443/1992, nos termos do art. 19, caput, II, e § 2º, c/c art. 6º, § 1º, da IN/TCU 78/2018;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre novo ato no sistema e-Pessoal, em substituição ao ato objeto desta decisão, com indicação expressa das alterações procedidas para saneamento das irregularidades e do número deste acórdão, submetendo-o à apreciação deste Tribunal, e adote as demais medidas corretivas pertinentes, em consonância com o art. 19, § 3º, da IN/TCU 78/2018;

9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação à interessada, informando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos admitidos pela Lei 8.443/1992 não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos, e encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, a comprovação dessa comunicação, na forma do disposto no art. 21 da IN TCU 78/2018;

9.4. informar aos interessados que esta deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

9.5. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1263-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1264/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.057/2024-3.

2. Grupo: I - Classe: V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Pedro Luiz da Cruz Saldanha (375.055.307-63).

4. Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Pedro Luiz da Cruz Saldanha e recusar-lhe o registro;

9.2. dispensar a reposição das quantias indevidamente recebidas pelo interessado, presumidamente de boa-fé, consoante o enunciado 106 da súmula de jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Comissão Nacional de Energia Nuclear que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente das irregularidades apontadas, conforme art. 19, caput, II, da IN/TCU 78/2018;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, comunique a esta Corte as providências adotadas, sob pena de solidariedade na obrigação de ressarcimento das quantias pagas após essa data, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.443/1992, nos termos do art. 19, caput, II, e § 2º, c/c art. 6º, § 1º, da IN/TCU 78/2018;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre novo ato no sistema e-Pessoal, em substituição ao ato em exame, com indicação expressa das alterações procedidas para saneamento das irregularidades e do número deste acórdão, submetendo-o à apreciação deste Tribunal, e adote as demais medidas corretivas pertinentes, em consonância com o art. 19, § 3º, da IN/TCU 78/2018;

9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, informando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos admitidos pela Lei 8.443/1992 não o exime da devolução dos valores recebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos, e encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, a comprovação dessa comunicação, na forma do disposto no art. 21 da IN/TCU 78/2018;

9.4. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1264-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1265/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.678/2023-9.
2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Responsáveis: Alice Maria Neves (398.270.627-00); Instituto Nacional de Assistência, Trabalho, Oportunidades e Saúde (29.014.008/0001-99).
4. Órgão: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (extinto).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Rafael Wallauer Darsie (OAB/RJ 228.095) e Carlos Eduardo Gonçalves (OAB/RJ 159.199), representando Instituto Nacional de Assistência, Trabalho, Oportunidades e Saúde.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, relativa à aplicação de recursos federais repassados ao Instituto Nacional de Assistência, Trabalho, Oportunidades e Saúde.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, a Sra. Alice Maria Neves e o Instituto Nacional de Assistência, Trabalho, Oportunidades e Saúde, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Alice Maria Neves e do Instituto Nacional de Assistência, Trabalho, Oportunidades e Saúde, nos termos dos arts. 1º, I, e 16, III, “a” e “c”, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e condená-los ao pagamento da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir da data especificada até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, “a”, do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
9/1/2020	300.000,00

9.3. aplicar aos responsáveis a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno deste Tribunal, nos seguintes valores:

9.3.1. Alice Maria Neves, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais);

9.3.2. Instituto Nacional de Assistência, Trabalho, Oportunidades e Saúde, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)

9.3.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, “a”, do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 219, II, do RI/TCU e 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizados monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RI/TCU;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.7. enviar cópia deste acórdão ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e aos responsáveis;

9.8. informar aos interessados que esta deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1265-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1266/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.504/2021-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Jocasta Rodrigues Meireles & Cia. Ltda. (88.946.272/0001-20); Jocasta Rodrigues Meireles (005.663.590-73).

3.2. Recorrentes: Jocasta Rodrigues Meireles (005.663.590-73); Jocasta Rodrigues Meireles & Cia. Ltda. (88.946.272/0001-20).

4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Willian Tiecher (100970/OAB-RS), Fernando Santos Arenhart (56377/OAB-RS) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, nesta fase processual, tratam de recurso de reconsideração interposto, conjuntamente, por Jocasta Rodrigues Meireles & Cia. Ltda. e por Jocasta Rodrigues Meireles, contra o Acórdão 9989/2023-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 32, inciso I, e art. 33 da Lei 8.443/92, em:

9.1. conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar insubsistente o item 9.3 do Acórdão 9989/2023-TCU-1ª Câmara em relação à Sra. Jocasta Rodrigues Meireles; e

9.3. dar ciência ao Fundo Nacional de Saúde, aos responsáveis e à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1266-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1267/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.459/2022-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

- 3.1. Interessado: Claudinete do Rosario Costa Oliveira (227.280.664-34).
- 3.2. Recorrente: Universidade Federal de Alagoas (24.464.109/0001-48).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Universidade Federal de Alagoas contra o Acórdão 1.786/2022-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e
- 9.2. determinar à Universidade Federal de Alagoas que comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 2º, da Resolução-TCU 360/2023.
10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1267-05/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.
 - 13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1268/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.753/2023-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessados: Stael Maria Goncalves Ferraz (305.197.991-00).
 - 3.2. Recorrente: Stael Maria Goncalves Ferraz (305.197.991-00).
4. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: Fernanda Porto Fernandes (50448/OAB-DF).
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Stael Maria Goncalves Ferraz contra o Acórdão 1.217/2023-TCU-1ª Câmara, por meio do qual seu ato de aposentadoria foi julgado ilegal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;
- 9.2. tornar insubsistente o Acórdão 1.217/2023-TCU-Primeira Câmara;
- 9.3. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria à Sra. Stael Maria Goncalves Ferraz, concedendo-lhe registro, excepcionalmente, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE; e
- 9.4. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao órgão de origem.
10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1268-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1269/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.794/2022-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Gerson Augusto Guimaraes (177.426.924-49).

3.2. Recorrente: Universidade Federal de Alagoas (24.464.109/0001-48).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Universidade Federal de Alagoas contra o Acórdão 1.831/2022-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. determinar à Universidade Federal de Alagoas que comunique imediatamente ao interessado o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 2º, da Resolução-TCU 360/2023.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1269-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1270/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.037/2022-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Consuelo Vidal de Oliveira Feijo (225.965.771-00).

3.2. Recorrente: Consuelo Vidal de Oliveira Feijo (225.965.771-00).

4. Órgão/Entidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Marlucio Lustosa Bonfim (16619/OAB-DF).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Consuelo Vidal de Oliveira Feijo contra o Acórdão 1.799/2022-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual seu ato de aposentadoria foi julgado ilegal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão 1.799/2022-TCU-Primeira Câmara;

9.3. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria à Sra. Consuelo Vidal de Oliveira Feijo, concedendo-lhe registro, excepcionalmente, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE; e

9.4. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à Sra. Consuelo Vidal de Oliveira Feijo e ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1270-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1271/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.027/2022-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Maria Eugenia de Sant Anna (075.831.618-60).

3.2. Recorrente: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP (03.241.738/0001-39).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de pedido de reexame interposto pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP contra o Acórdão 676/2023-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria da Sra. Maria Eugenia de Sant Anna;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara e, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão 676/2023-TCU-Primeira Câmara;

9.3. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria da Sra. Maria Eugenia de Sant Anna e conceder-lhe registro excepcional, nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;

9.4. esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que, a despeito da chancela de ilegalidade do ato:

9.4.1. o pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 está garantido por decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos da Ação Ordinária 0000292.57.2004.4.03.6100, que tramitou na 22ª Vara Federal Cível de São Paulo;

9.4.2. não é necessário emitir novo ato em nome da interessada;

9.4.3 o julgamento pela ilegalidade com registro excepcional não impede a emissão de novo ato, caso a situação jurídica da beneficiária se altere; e

9.5. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Sra. Maria Eugenia de Sant Anna.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1271-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1272/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.011/2023-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Maria Luzenira Rodrigues Braga (179.816.895-20).

3.2. Recorrente: Maria Luzenira Rodrigues Braga (179.816.895-20).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Jose Luis Wagner (17183/OAB-DF).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Sra. Maria Luzenira Rodrigues Braga contra o Acórdão 29/2025-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante e à entidade de origem.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1272-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1273/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.294/2022-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsáveis: Dilma Serrão Ferreira Silva (442.354.022-34); Jociclélio Castro Macedo (559.991.582-49).

3.3. Recorrente: Dilma Serrão Ferreira Silva (442.354.022-34).

4. Órgão: Prefeitura de Belterra - PA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Rayane Luzia Feijão Batista (27757/OAB-PA), representando Jociclélio Castro Macedo; Heron de Sousa Coelho (10633/OAB-PA), representando Dilma Serrão Ferreira Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pela Sra. Dilma Serrão Ferreira Silva contra o Acórdão 11.205/2023-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 32, inciso I, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, sem efeito suspensivo, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1273-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1274/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.031/2022-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Jose Marcelino Oliveira (305.185.044-68).

3.2. Recorrente: Jose Marcelino Oliveira (305.185.044-68).

4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Luiz Virginio da Silva Filho (9.385/OAB-AL), representando Jose Marcelino Oliveira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Sr. José Marcelino Oliveira contra o Acórdão 3.643/2022-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. determinar à Fundação Nacional de Saúde que, no prazo de 30 (trinta) dias, instaure processo administrativo, que garanta ao interessado o contraditório e a ampla defesa, com vistas a excluir dos proventos as parcelas judiciais decorrentes de planos econômicos, em cumprimento ao Acórdão 3.643/2022-TCU-1ª Câmara e ao Mandado de Segurança Coletivo (processo n. 0806065-23.2021.4.05.8000-TRF5); e

9.3. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1274-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1275/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.956/2023-5.
 - 1.1. Apenso: 032.351/2023-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessados: Nubia Maria Celestino Nogueira Cavalcanti (044.854.082-72).
 - 3.2. Recorrente: Nubia Maria Celestino Nogueira Cavalcanti (044.854.082-72).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (22256/OAB-DF).
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Nubia Maria Celestino Nogueira Cavalcanti contra o Acórdão 8.874/2023-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de concessão de aposentadoria;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara e diante das razões expostas pelo Relator, em:

 - 9.1. conhecer do pedido de reexame e dar-lhe provimento parcial;
 - 9.2. tornar insubsistente o Acórdão 8.874/2023-TCU-Primeira Câmara;
 - 9.3. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria da Sra. Nubia Maria Celestino Nogueira Cavalcanti e conceder-lhe registro excepcional, nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;
 - 9.4. esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que, a despeito da chancela de ilegalidade do ato:
 - 9.4.1. o pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 está garantido por decisão judicial transitada em julgado;
 - 9.4.2. não é necessário emitir novo ato em nome da interessada;
 - 9.4.3 o julgamento pela ilegalidade com registro excepcional não impede a emissão de novo ato, caso a situação jurídica da beneficiária se altere; e
 - 9.5. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1275-05/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.
 - 13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1276/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.610/2024-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessada: Luzia Violeta Freire de Andrade (476.316.784-72).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria emitida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria da Sra. Luzia Violeta Freire de Andrade, concedendo-lhe registro;

9.2. determinar ao órgão de origem que, no prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada; e

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1276-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1277/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.163/2021-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Alcineia Teolfé de Oliveira Felipe (342.820.331-34).

3.2. Recorrente: Alcineia Teolfé de Oliveira Felipe (342.820.331-34).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Marlucio Lustosa Bonfim (16619/OAB-DF).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Alcineia Teolfé de Oliveira Felipe contra o Acórdão 273/2022-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual seu ato de aposentadoria foi julgado ilegal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que a VPNI decorrente da concessão de quintos após o advento da Lei 9.624/1998 deve ser absorvida até o limite do reajuste concedido em 1º/2/2023, por meio do inciso I do art. 1º da Lei 14.523/2023, e que eventual resíduo da parcela compensatória deve ser absorvido por reajustes futuros, exceto aqueles concedidos em 1º/2/2024 e 1º/2/2025, previstos nos incisos II e III do art. 1º da Lei 14.523/2023, em respeito à nova redação dada ao parágrafo único do art. 11 da Lei 11.416/2006; e

9.3. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao órgão de origem.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1277-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1278/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.189/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Responsáveis: Lira & Barros Comercio de Produtos Farmaceuticos Ltda (00.193.427/0001-53); Nilton Cesar Lira Barros (346.828.803-49).
 - 3.2. Recorrentes: Lira & Barros Comercio de Produtos Farmaceuticos Ltda (00.193.427/0001-53); Nilton Cesar Lira Barros (346.828.803-49).
4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Paloma Braga Chastinet (18627/OAB-CE), representando Nilton Cesar Lira Barros; Paloma Braga Chastinet (18.627/OAB-CE), representando Lira & Barros Comercio de Produtos Farmaceuticos Ltda.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Lira & Barros Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda. e por Nilton Cesar Lira Barros, contra o Acórdão 6568/2022-TCU-1ª Câmara, modificado pelo Acórdão 2968/2023-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

 - 9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;
 - 9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e demais interessados, bem como à Procuradoria da República no Estado do Ceará; e
 - 9.3. arquivar o processo.
10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1278-05/25-1.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.
 - 13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1279/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.038/2020-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessados: Alvaro da Cruz Pereira (155.667.576-34); Deolinda Duarte Moreira (268.695.357-87); Deolinda Duarte Moreira (268.695.357-87); Edmur Francisco de Souza (677.631.468-34); Fernanda Madeira Lemos (491.841.137-15); Jose Carlos da Silva Martins (510.408.407-87); Julia Guedes Frazao (337.807.227-04); Orlando da Motta Ramos (465.521.977-72); Raimundo Edson Braga de Menezes (299.321.577-91); Rita de Cassia Pessoa Rodrigues (567.098.387-49); Vera de Souza (385.039.057-87).
 - 3.2. Recorrente: Deolinda Duarte Moreira (268.695.357-87).
4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Artes.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Daniel Carvalho de Moura (234772/OAB-RJ).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Sra. Deolinda Duarte Moreira contra o Acórdão 10.197/2024-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante e ao órgão de origem.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1279-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1280/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.414/2019-0.

1.1. Apenso: 014.526/2015-8

2. Grupo II - Classe de Assunto: I: Embargos de Declaração.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Ananias Martins de Souza Filho (460.913.271-00); José Carlos Junqueira de Araújo (214.086.611-87); Maia Melo Engenharia Ltda (08.156.424/0001-51); Objetiva Engenharia e Construções Ltda (24.775.769/0001-40); Percival Santos Muniz (203.770.611-15).

3.2. Recorrentes: José Carlos Junqueira de Araújo (214.086.611-87); Maia Melo Engenharia Ltda (08.156.424/0001-51).

4. Órgão: Município de Rondonópolis - MT.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Gilmar Moura de Souza (5.681/OAB-MT), Rafael Costa Bernardelli (13.411-A/OAB-MT), Lenine Povoas de Abreu (17120/OAB-MT), Patricia Naves Mafra (21447/OAB-MT), Fabricio Miguel Correa (9.762-B/OAB-MT) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos pelo Sr. José Carlos Junqueira de Araújo e pela empresa Maia Melo Engenharia Ltda. contra o Acórdão 9221/2024-TCU-1ª Câmara, que julgou irregulares as contas dos embargantes, imputando-lhes débito e aplicando-lhes multa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 287 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, acolhê-los parcialmente, sem alteração da decisão embargada;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1280-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1281/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.275/2021-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessados: Zilma Gama (185.831.481-04).
 - 3.2. Recorrente: Zilma Gama (185.831.481-04).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: Marlucio Lustosa Bonfim (16619/OAB-DF).
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Sra. Zilma Gama contra o Acórdão 10.110/2024-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los; e
- 9.2. dar ciência desta deliberação à embargante e ao órgão de origem

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1281-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1282/2025 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 045.118/2021-3.
2. Grupo: II - Classe: V - Assunto: Pensão Civil.
3. Interessado: Jean Pereira da Silva (673.429.224-04).
4. Órgãos: Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Saúde; Fundação Nacional de Saúde.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: Não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil concedida pela Fundação Nacional de Saúde.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, 39, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, no art. 262 do RI/TCU e no art. 19 da IN/TCU 78/2018, em:

9.1. considerar legal o ato de pensão civil instituída por Luciano Gonzaga da Silva, determinando seu registro;

9.2. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 5/2025 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/2/2025 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1282-05/25-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Revisor), Bruno Dantas e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro com voto vencido: Walton Alencar Rodrigues (Presidente).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1283/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.158/2025-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Mario Cesar Ramos (480.537.759-34); Nadir Marquezini Victorio (057.286.808-10).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1284/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.193/2025-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria da Graça Gardini Dias (246.853.219-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1285/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.231/2025-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Kazuko Suzuki Sato (356.216.569-20).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1286/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.343/2025-4 (APOSENTADORIA)

- 1.1. Interessados: Carmen Lucia Pacheco (542.820.717-53); Edineide Pereira Silva (632.695.977-20); Elisabete Avilez Marques (816.152.137-91).
- 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1287/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.366/2025-4 (APOSENTADORIA)

- 1.1. Interessados: Damiao Alcantara Rodrigues (006.902.508-86); Francisco dos Santos (209.231.984-15); Jose Joaquim da Silva (163.683.714-04); Maria das Neves Bezerra (193.612.034-87); Osorio Lopes Abath Filho (003.542.444-34).
- 1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1288/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.381/2025-3 (APOSENTADORIA)

- 1.1. Interessados: Cacia Ferreira Emerick Rodrigues (153.960.371-72); Maria Lucia Sampaio de Oliveira (032.654.042-34); Rui Franco Brandao (879.612.458-04).
- 1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1289/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.389/2025-4 (APOSENTADORIA)

- 1.1. Interessados: Josane Peres Beca Barbosa (421.563.780-53); Magaly Vasconcelos Arantes de Lima (309.044.474-72); Magda de Lima Hippler (315.759.270-04); Rosana Aparecida Scanholato (053.910.878-21); Vilma Maria Pruvinnelli (315.966.810-04).
- 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1290/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão inicial de aposentadoria do Sr. Raimundo Mesquita Matos emitido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, submetido a esta Corte para fins de registro, com fundamento no art. 71, inciso III, da CF/1988;

Considerando que o item 9.2 do Acórdão 6.852/2024-TCU-1ª Câmara, de minha relatoria, determinou a revisão de ofício de ato de aposentadoria registrado tacitamente, conforme a tese fixada pelo STF no RE 636.553/RS;

Considerando que, realizada a oitiva do interessado, embora tenha sido regularmente notificado (peça 14), o servidor aposentado permaneceu silente nos autos;

Considerando que a unidade técnica e o MPTCU identificaram o pagamento irregular da parcela judicial relativa à vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI) do art. 14 da Lei 12.716/2012, sem a devida absorção na forma estabelecida pelo parágrafo único do referido dispositivo;

Considerando que a rubrica contestada se refere à VPNI prevista no art. 14 da Lei 12.716/2012, objeto de ações judiciais por associações e sindicatos representantes de servidores do Dnocs;

Considerando que a parcela foi originalmente criada pelo Decreto-Lei 2.438/1988 como “complementação salarial”, reestabelecida pela Lei 11.314/2006 e, por fim, fixada pelo art. 14 da Lei 12.716/2012:

Art. 14. A Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de que trata o art. 9º da Lei 11.314, de 3 de julho de 2006, a partir de 1º de fevereiro de 2012, será devida nos percentuais de 100% (cem por cento) para os ocupantes de cargos de nível superior e de 70% (setenta por cento) para os ocupantes de cargos de nível intermediário, incidentes sobre o vencimento básico do respectivo padrão em que o servidor se encontrava posicionado em 1º de fevereiro de 2012.

Parágrafo único. A VPNI de que trata o caput deste artigo não servirá de base de cálculo para nenhuma outra vantagem ou gratificação e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas na Lei 11.314, de 3 de julho de 2006, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza e estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Considerando que a referida vantagem deveria ser paga como VPNI no valor estabelecido em fevereiro de 2012, sujeita exclusivamente às atualizações decorrentes de revisão geral dos servidores federais;

Considerando que a entidade de origem interpretou erroneamente as normas de absorção, utilizando a variação positiva da pontuação da gratificação de desempenho - uma parcela de natureza pro labore faciendo - para reduzir a Gratificação de Desempenho de Atividades de Ciclo de Execução (GDPGPE), em prejuízo dos proventos dos servidores, o que levou às ações judiciais;

Considerando que as decisões judiciais se restringiram à parte variável da gratificação, sendo que a GDPGPE/GDACE também inclui uma parcela fixa, inalterável, que corresponde a 30 pontos para servidores ativos e 50 pontos para servidores inativos, sobre a qual incidem reajustes futuros ou reestruturações de cargos, os quais resultam em aumento dos proventos de inatividade e, conseqüentemente, no valor dos pontos mencionados, levando à absorção da rubrica;

Considerando que o Tribunal de Contas da União tem jurisprudência consolidada no sentido de que as decisões judiciais que tratam da absorção da VPNI do art. 14 da Lei 12.716/2012 não se aplicam aos inativos, que recebem a gratificação em valor fixo, a exemplo dos Acórdãos 6.530/2024-TCU-1ª Câmara, relatado pelo E. Ministro Benjamin Zymler; 5.625/2024-1ª Câmara, relatado pelo E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira; 4.209/2024-TCU-2ª Câmara, relatado pelo E. Ministro Augusto Nardes; e 3.437/2024-TCU-2ª Câmara, relatado pelo E. Ministro Vital do Rêgo;

Considerando que, por esses motivos, não há base legal ou judicial para manter a VPNI sem que ocorra a absorção devida pelas reestruturações na remuneração, incluindo a parte fixa das gratificações de desempenho GDPGPE e GDACE;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, para evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e nos artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em:

a) rever de ofício o registro tácito, para considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria do Sr. Raimundo Mesquita Matos, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-002.806/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Raimundo Mesquita Matos (212.085.903-59).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à entidade de origem que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos do artigo 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso não seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação; e

1.7.1.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo sessenta dias, nos termos do artigo 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 1291/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão inicial de aposentadoria da Sra. Milena Guimaraes de Mello emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO, submetido a esta Corte para fins de registro, com fundamento no art. 71, inciso III, da CF/1988;

Considerando que o item 9.2 do Acórdão 4.068/2024-TCU-1ª Câmara, de minha relatoria, determinou a revisão de ofício de ato de aposentadoria registrado tacitamente, conforme a tese fixada pelo STF no RE 636.553/RS;

Considerando que, realizada a oitiva da interessada, embora tenha sido regularmente notificada (peça 12), a servidora aposentada permaneceu silente nos autos;

Considerando que a unidade técnica e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos após 8/4/1998, data de edição da Lei 9.624/1998;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 6.615/2022-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Antonio Anastasia), 10.414/2023-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Jhonatan de Jesus), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos no âmbito do RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, nos termos da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, ainda que a concessão em análise seja considerada ilegal, deve ser mantida a incorporação de quintos/décimos, pelo exercício de função comissionada ou cargo de confiança entre 8/4/1998 e 4/9/2001, tendo em vista que decorre de decisão judicial que transitou em julgado em 1/8/2006, exarada nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, que tramitou na 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, proposta pela Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário Federal (Anajustra);

Considerando que, a despeito da ilegalidade do ato, deve ser ordenado o seu registro, visto que, embora seja ilegal, possui amparo em decisão judicial definitiva, nos termos da inovação trazida pelo artigo 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, para evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e nos artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em:

- a) rever de ofício o registro tácito reconhecido por meio do Acórdão 4.068/2024-TCU-1ª Câmara;
- b) considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Milena Guimaraes de Mello, concedendo-lhe registro, excepcionalmente, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE; e

c) encaminhar cópia desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.

1. Processo TC-003.067/2022-0 (APOSENTADORIA)
- 1.1. Interessada: Milena Guimaraes de Mello (497.516.891-04).
- 1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1292/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea “e”, e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar excepcionalmente o prazo, por mais trinta dias, a contar do dia útil seguinte ao pedido de prorrogação protocolado na peça 12, para que o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca cumpra as determinações exaradas no Acórdão 9.233/2024-TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-011.687/2022-3 (APOSENTADORIA)
- 1.1. Interessado: Jose dos Santos Bastos (345.875.517-91).
- 1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1293/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea “e”, e 183, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em indeferir o novo pedido de prorrogação de prazo formulado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (peça 31), e determinar o retorno dos autos à unidade instrutora de origem, para adoção das medidas cabíveis.

1. Processo TC-013.735/2022-5 (APOSENTADORIA)
- 1.1. Interessado: Elvanir Salete Dal Corso (568.481.960-53).
- 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1294/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Decio Manoel Lucena emitido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, submetido à apreciação desta Corte para fins de registro, com fundamento no art. 71, inciso III, da CF/1988;

Considerando que a unidade técnica e o Ministério Público de Contas identificaram o pagamento indevido da parcela denominada “00961-DIF.VENC.DECISAO TCU 068/98”, que repercutiu de forma irregular no Adicional por Tempo de Serviço (ATS ou anuênios) percebido pelo inativo;

Considerando que a rubrica referente à “Diferença de Vencimento” decorre da diferença entre as remunerações antes fixadas de acordo com o mercado e as definidas por normativos a partir da promulgação da Lei 8.112/1990;

Considerando que, como não poderia haver decesso remuneratório, foi criada a rubrica mencionada e que, a despeito de ter havido dúvidas sobre a regularidade de tal rubrica, esta Corte de Contas, por meio da Decisão 68/1998-TCU-2ª Câmara, julgou legal o seu pagamento, considerando, excepcionalmente, como parte do vencimento básico, sendo base de incidência para outras verbas remuneratórias, como o ATS e outras gratificações calculadas com base no vencimento básico;

Considerando, entretanto, que a continuidade atual de seu pagamento é irregular, visto que a referida rubrica deveria ter sido absorvida pelos reajustes salariais posteriores;

Considerando que, no caso em epígrafe, o provento básico foi elevado de R\$ 4.279,39 (março/2019) para R\$ 4.664,54 (agosto/2024), o que seria suficiente para ter absorvido o valor em discussão (R\$ 31,70);

Considerando que o valor pago a título de anuênios (17%) foi calculado com base na soma das rubricas “PROVENTO BÁSICO” e “00961-DIF.VENC.DECISAO TCU 068/98”, houve majoração indevida da vantagem;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, para evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido da ilegalidade do ato, com a negativa do respectivo registro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento no artigo 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992 e nos artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria do Sr. Decio Manoel Lucena, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-022.530/2024-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Decio Manoel Lucena (039.403.138-58).

1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Comissão Nacional de Energia Nuclear, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU, no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 353/2023;

1.7.1.2. exclua, dos proventos de aposentadoria, a parcela denominada “00961-DIF.VENC.DECISAO TCU 068/98”, no valor de R\$ 31,70, promovendo, ainda, o recálculo do valor pago a título de anuênios, no prazo de trinta dias;

1.7.1.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação; e

1.7.1.4. emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU, no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 1295/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Carlos Alberto Ribeiro, emitido pela Universidade Federal de Juiz de Fora e submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988;

Considerando que a unidade técnica identificou o pagamento irregular das parcelas remuneratórias intituladas “VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05”, “ANUENIO-ART.244, LEI 8112/90” e “IQ - INCENT.A QUALIFICACAO 30%”, razão pela qual propôs considerar o ato ilegal, com a negativa de seu registro;

Considerando que o Ministério Público junto ao TCU anuiu ao encaminhamento formulado pela unidade técnica;

Considerando que a parcela remuneratória intitulada “VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05” correspondente à parcela compensatória “Vencimento Básico Complementar (VBC)”, implantada nos termos do art. 15 da Lei 11.091/2005, já deveria ter sido absorvida, nos termos dos §§ 2º e 3º dessa lei, tendo sido verificado que o valor pago (R\$ 456,54) é superior ao devido (R\$ 322,86), conforme análise da AudPessoal;

Considerando, ainda, que é irregular o pagamento de Adicional por Tempo de Serviço (ATS ou anuênios), calculado com base na soma dos valores das rubricas “VENCIMENTO BÁSICO” e “VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05”, sendo que esta última parcela não foi corretamente absorvida, gerando uma base de cálculo para os anuênios de valor maior que o devido;

Considerando que, no que tange à rubrica de incentivo à qualificação (IQ 30%), além de não ter sido anexado ao ato o certificado de escolaridade que comprove a regularidade do recebimento da parcela, nos termos do Anexo IV da Lei 11.091/2005, verifica-se que a vantagem foi calculada sobre o valor resultante da soma do vencimento básico (VB) com o vencimento básico complementar (VBC), sendo que a última rubrica não foi corretamente absorvida, gerando base de cálculo superior ao valor correto;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando a presunção de boa-fé do Sr. Carlos Alberto Ribeiro;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, para evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria ao Sr. Carlos Alberto Ribeiro, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.276/2024-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Carlos Alberto Ribeiro (329.204.906-72).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Universidade Federal de Juiz de Fora que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias, as providências adotadas, nos termos dos artigos 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao Sr. Carlos Alberto Ribeiro, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso não seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação; e

1.7.1.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo sessenta dias, nos termos do artigo 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 1296/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Claudio Von Dollinger emitido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, submetido à apreciação desta Corte para fins de registro, com fundamento no art. 71, inciso III, da CF/1988;

Considerando que a unidade técnica e o Ministério Público de Contas identificaram o pagamento indevido da parcela denominada “00961-DIF.VENC.DECISAO TCU 068/98”, que repercutiu de forma irregular no Adicional por Tempo de Serviço (ATS ou anuênios) percebido pelo inativo;

Considerando que a rubrica referente à “Diferença de Vencimento” decorre da diferença entre as remunerações antes fixadas de acordo com o mercado e as definidas por normativos a partir da promulgação da Lei 8.112/1990;

Considerando que, como não poderia haver decesso remuneratório, foi criada a rubrica mencionada e que, a despeito de ter havido dúvidas sobre a regularidade de tal rubrica, esta Corte de Contas, por meio da Decisão 68/1998-TCU-2ª Câmara, julgou legal o seu pagamento, considerando, excepcionalmente, como parte do vencimento básico, sendo base de incidência para outras verbas remuneratórias, como o ATS e outras gratificações calculadas com base no vencimento básico;

Considerando, entretanto, que a continuidade atual de seu pagamento é irregular, visto que a referida rubrica deveria ter sido absorvida pelos reajustes salariais posteriores;

Considerando que, no caso em epígrafe, o provento básico foi elevado de R\$ 3.863,14 (fevereiro/2015) para R\$ 4.664,54 (setembro/2024), o que seria suficiente para ter absorvido o valor em discussão (R\$ 37,39);

Considerando que o valor pago a título de anuênios (19%) foi calculado com base na soma das rubricas “PROVENTO BÁSICO” e “00961-DIF.VENC.DECISAO TCU 068/98”, houve majoração indevida da vantagem;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, para evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento no artigo 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992 e nos artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria do Sr. Claudio Von Dollinger, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.056/2024-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Claudio Von Dollinger (412.867.317-04).

1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Comissão Nacional de Energia Nuclear, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU, no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 353/2023;

1.7.1.2. exclua, dos proventos de aposentadoria, a parcela denominada “00961-DIF.VENC.DECISAO TCU 068/98”, no valor de R\$ 37,39, promovendo, ainda, o recálculo do valor pago a título de anuênios, no prazo de trinta dias;

1.7.1.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação; e

1.7.1.4. emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU, no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 1297/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria, emitido pelo Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas e submetido à apreciação desta Corte para fins de registro;

Considerando que a AudPessoal e o Ministério Público de Contas identificaram o pagamento de adicional por tempo de serviço (ATS ou anuênios) em percentual superior ao permitido;

Considerando que, com base no tempo de serviço público até 8/3/1999 informado à peça 3, o interessado faz jus ao percentual de 21% a título de anuênios, e não 22%, conforme vem sendo efetivamente pago (peça 5, p. 4), motivo pelo qual o ato deve ser considerado ilegal, com a consequente negativa de registro, determinando-se ao órgão de origem que proceda à devida correção da rubrica, com a emissão de novo ato;

Considerando que o ato em exame deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, em consonância com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento na Constituição Federal, artigo 71, incisos III e IX, e na Lei 8.443/1992, artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, em considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria do Sr. Adanilo Alves Ramos, negando-lhe registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé até a data da ciência, pelo órgão de origem, do presente acórdão, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.111/2024-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Adanilo Alves Ramos (222.286.590-53).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas que:

1.7.1.1. faça cessar, no prazo de trinta dias, contados a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição Federal e do artigo 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.1.2. corrija, no prazo de trinta dias, o percentual recebido a título de anuênios, nos assentamentos funcionais do interessado;

1.7.1.3. dê ciência, no prazo de trinta dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.1.4. envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado tomou ciência do presente acórdão, no prazo de sessenta dias, contados da ciência da decisão; e

1.7.1.5. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ato de aposentadoria considerado ilegal, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, no prazo de sessenta dias, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 1298/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de alteração de aposentadoria da Sra. Sueli Maria do Nascimento, emitido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988;

Considerando que a unidade técnica identificou o cômputo irregular de tempo insalubre e o pagamento da rubrica “Dif. Venc. Decisão TCU 068/98” (R\$ 67,81);

Considerando que o Ministério Público junto ao TCU anuiu ao encaminhamento formulado pela unidade técnica;

Considerando que a interessada se aposentou em 9/8/2011, no cargo de Assistente em Ciência e Tecnologia;

Considerando que o Acórdão 2.008/2006-TCU-Plenário, de minha relatoria, é no sentido de ser possível a contagem de tempo de serviço para concessão de aposentadoria estatutária com o aproveitamento de tempo especial prestado sob condições insalubres, perigosas ou penosas;

Considerando que, no âmbito do Acórdão 911/2014-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, este Tribunal deixou assente que, mesmo observando os parâmetros do Acórdão 2.008/2006-TCU-Plenário, a contagem especial de tempo prestado em condições insalubres para servidores ocupantes de cargos de natureza estritamente administrativa somente poderá ocorrer se estiver efetivamente demonstrada a existência de risco ou de agentes nocivos à saúde no local de trabalho, devidamente atestado por laudo pericial;

Considerando que, este Tribunal, a título de racionalidade administrativa, tem aceitado a averbação do tempo de atividade insalubre realizada de ofício pelo órgão de origem em relação a cargos cujo exercício, presume-se, envolve atividades de risco para a higidez física, como no caso dos médicos, odontólogos, auxiliares de enfermagem e agentes de saúde pública;

Considerando que, no caso concreto, trata-se de servidora que ocupou cargo de Assistente em Ciência e Tecnologia e que, nesse caso, a jurisprudência deste Tribunal exige que a comprovação de atividade insalubre seja por meio de Laudo Pericial;

Considerando que a unidade jurisdicionada não anexou ao ato laudo pericial para caracterização de insalubridade e periculosidade, documento que atesta que a servidora laborou em condições insalubres;

Considerando que a rubrica referente à “Diferença de Vencimento” decorre da diferença entre as remunerações antes fixadas de acordo com o mercado e as definidas por normativos a partir da promulgação da Lei 8.112/1990.

Considerando que como não poderia haver decesso remuneratório, foi criada a rubrica mencionada e que, a despeito de ter havido dúvidas sobre a regularidade de tal rubrica, esta Corte de Contas, por meio da Decisão 68/1998-TCU-2ª Câmara, julgou legal o seu pagamento, considerando, excepcionalmente, como parte do vencimento básico, sendo base de incidência para outras verbas remuneratórias, como o ATS e outras gratificações calculadas com base no vencimento básico;

Considerando, entretanto, que a continuidade atual deste pagamento é irregular, visto que a referida rubrica deveria ter sido absorvida pelos reajustes salariais posteriores;

Considerando que no caso em epígrafe, o provento básico foi elevado de R\$ 2.210,57 (junho/2012) para R\$ 3.064,37 (julho/2012), fato que seria suficiente para ter absorvido o valor em discussão (R\$ 67,81);

Considerando a presunção de boa-fé da Sra. Sueli Maria do Nascimento;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria à Sra Sueli Maria do Nascimento, negando-lhe registro;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.158/2024-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Sueli Maria do Nascimento (401.252.897-15).

1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Comissão Nacional de Energia Nuclear que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias, as providências adotadas, nos termos dos artigos 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à Sra. Sueli Maria do Nascimento, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso não seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.1.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de sessenta dias, nos termos do artigo 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 1299/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Carlos Homem de Siqueira Neto, emitido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988;

Considerando que a unidade técnica identificou o pagamento irregular das parcelas remuneratórias intituladas "VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05" e "IQ - INCENT.A QUALIFICACAO 30%", razão pela qual propôs julgar o ato ilegal, com a negativa de seu registro;

Considerando que o Ministério Público junto ao TCU anuiu ao encaminhamento formulado pela unidade técnica;

Considerando que a parcela remuneratória intitulada "VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05" correspondente à parcela compensatória "Vencimento Básico Complementar (VBC)", implantada nos termos do art. 15 da Lei 11.091/2005, já deveria ter sido absorvida, nos termos dos §§ 2º e 3º dessa lei;

Considerando que a rubrica referente ao incentivo à qualificação foi calculada sobre o valor resultante da soma do vencimento básico (VB) com o vencimento básico complementar (VBC), sendo irregular a inclusão do VBC, pois este já deveria ter sido totalmente absorvido.

Considerando que o ex-servidor era ocupante do cargo de Engenheiro-Area, cuja escolaridade exigida é o de nível superior, segundo as informações do ato (peça 3, p. 1), tendo lhe sido concedido incentivo à qualificação, no percentual de 30%, relativo à "Especialização" (peça 3, p. 4), sem a comprovação de regularidade mediante certificado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando a presunção de boa-fé do Sr. Carlos Homem de Siqueira Neto;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, para evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria ao Sr. Carlos Homem de Siqueira Neto, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.173/2024-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Carlos Homem de Siqueira Neto (039.623.261-20).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias, as providências adotadas, nos termos dos artigos 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao Sr. Carlos Homem de Siqueira Neto, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso não seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação; e

1.7.1.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo sessenta dias, nos termos do artigo 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

ACÓRDÃO Nº 1300/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.777/2024-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Helena Furtado Martino (546.515.907-30); Vanda Lucia de Castro Alves (109.015.317-15); Virginia Maria Amado Vidal (332.277.307-82).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1301/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.820/2024-2 (APOSENTADORIA)
- 1.1. Interessado: Meg Costa Andrade (022.528.538-08).
- 1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1302/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.856/2024-7 (APOSENTADORIA)
- 1.1. Interessado: Jose Antonio Pereira Portela (048.403.645-91).
- 1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1303/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.891/2024-7 (APOSENTADORIA)
- 1.1. Interessados: Celso Pimentel Cardoso (362.266.617-04); Celso da Costa Itaborahy (527.941.487-53); Claudio Augusto Carneiro Maciel (570.500.907-00); Dilce da Silva (703.548.397-72); Dileia Batista Soares (397.145.277-91).
- 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1304/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.906/2024-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Luiz Fernando Guedes Gallego Soares (221.638.327-91); Paulo Monteiro de Lima (313.811.707-49); Rita da Cruz Barbosa (486.997.217-49); Sebastiana Rosa de Souza (593.119.757-53); Vicente Carlos Azevedo dos Santos (373.655.257-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1305/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.930/2024-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cristina Macedo de Abrantes (777.310.347-04); Edvalda Bueno de Castro (814.816.917-91); Eliane Tadeu da Silva Belleza (789.339.357-20); Jose Ricardo Bittencourt Miranda (985.320.657-91); Marli Neves da Silva Marcelina (785.845.907-49).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1306/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.998/2024-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana dos Anjos Rodrigues de Abreu (270.755.677-72); Mariana Miranda de Figueiredo (034.658.887-15); Zila Merlo (221.600.947-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1307/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.010/2024-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Fuad Kalil Sobrinho (178.332.137-72); Marcia Cristina Sobral Lopes (530.834.907-04); Rosinete Tavares Santos (446.204.977-20); Sueli Baptista Joao (346.821.127-91); Suely de Queiroz (630.208.157-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1308/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.021/2024-6 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessado: Carmem Zuleica Farias da Rosa (132.618.510-15).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
 - 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1309/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.715/2024-1 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessados: Guilherme Mejias (040.562.482-49); Jose Ribamar Costa (035.246.043-15).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
 - 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1310/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.733/2024-0 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessados: Antonio Vieira da Silva Neto (139.859.739-20); Atanasio Costa Gomes (191.654.711-72); Claudio Roberto Hashimoto (324.867.159-91); Jorcelyna Cardoso Adao (086.810.581-34); Paulo de Jesus Carvalho Brito (099.227.174-68).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
 - 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1311/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.419/2025-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ildete Almeida Saraiva da Silva (000.021.026-92); Maria Vieira do Nascimento (032.859.777-52); Rosangela Gonzaga de Souza (639.398.277-20).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1312/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.433/2025-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Geni da Silva Almeida (451.611.006-72); Maria de Alvarenga Correa Soares (686.286.097-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1313/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.440/2025-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Elcy Santos Pereira (077.435.657-00); Iracema Santos Lage (033.973.656-94); Maria das Gracas Lino Erse (001.345.066-26); Maria de Oliveira Miranda (792.704.256-49).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1314/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea “e”, e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar excepcionalmente o prazo, por mais quinze dias, a contar do dia útil seguinte ao pedido de prorrogação protocolado na peça 11, para que a Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária cumpra as determinações do subitem 1.7.1.1 do Acórdão 10.448/2024-TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-015.960/2023-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria de Fatima Oliveira de Meira (373.915.423-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1315/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.122/2024-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Claudia Santos Ferreira Guimaraes (014.490.587-60); Katia Carvalho Areas (375.779.567-91); Luana Furtado de Melo (152.214.867-17); Maria Jose Henrique Gomes (969.319.067-04); Maria do Rosario Araujo Gallai (389.397.467-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1316/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.177/2024-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Almira Silveira Saltao (447.483.370-87); Eliane Beatriz Pinto Geber (301.660.120-68); Lucia Bittencourt de Souza (207.785.620-34); Maria Clara Bittencourt de Souza (040.911.840-06); Maria Elena Retamal Fischer (222.969.720-04); Rosa Maria da Silva Cassana (620.924.480-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1317/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de reversão de pensão militar emitido pelo Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988;

Considerando que a unidade técnica e o Ministério Público de Contas manifestaram-se pela ilegalidade do ato, com a respectiva negativa do registro, tendo em vista que os proventos de pensão estão sendo pagos com base em soldo superior ao devido;

Considerando que o instituidor ocupava o posto de Cabo na ativa, tendo sido reformado por incapacidade ou invalidez permanente, em 16/3/1959, com direito a proventos equivalentes ao soldo de Terceiro Sargento - e não de Segundo Sargento, conforme consta no ato à peça 3, p. 2 -, com fundamento na Lei 2.370/1954, art. 27, alínea “c”; e art. 30, alíneas “a” e “d”, c/c art. 30, caput; ou art. 30, alíneas “b” e “c”, c/c art. 33, § 1º;

Considerando que o instituidor contribuiu para o posto/graduação que possuía, para fins de pensão militar (peça 3, p. 2), e que, por esse motivo, ao falecer, deveria ter instituído pensão militar com proventos equivalente à graduação de Terceiro Sargento;

Considerando que, no entanto, a pensão está sendo calculada indevidamente com base no soldo de Segundo Sargento, conforme consta no ato de concessão (peça 3, p. 2) e nos contracheques da beneficiária (peça 5, p. 5);

Considerando que, conforme examinado pela AudPessoal, os proventos de pensão devem ser ajustados, para que o benefício seja calculado com base na graduação de Terceiro Sargento;

Considerando que é pacífico neste Tribunal o entendimento de que os atos de concessão de reforma e pensão militar, embora correlacionados, são atos complexos independentes, de forma que eventual irregularidade não analisada no primeiro pode ser reavaliada no segundo (Acórdãos 5.263/2020-TCU-Primeira Câmara, relator o E. Ministro Vital do Rêgo; 8.923/2021, relator o E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira; 18.201/2021-TCU-1ª Câmara, relator o E. Ministro Benjamin Zymler; e 9.401/2023-TCU-1ª Câmara, relator o E. Ministro Augusto Nardes);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido da ilegalidade do ato, com a negativa do respectivo registro, emitindo-se determinações ao órgão de origem;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, promovo, desde já, a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável no presente caso;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de pensão militar emitido em favor da Sra. Wina Delmar Rodrigues Gomes, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.362/2024-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Wina Delmar Rodrigues Gomes (278.630.001-06).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU, no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 353/2023;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação; e

1.7.1.3. emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU, no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 1318/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de pensão militar emitido pelo Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988;

Considerando que a unidade técnica e o MP/TCU manifestaram-se pela ilegalidade do ato, em razão da contabilização indevida do tempo de iniciativa privada, para fins de aplicação do art. 50, inciso II, da Lei 6.880/1980;

Considerando que o tempo de iniciativa privada de 3 anos, 6 meses e 1 dia exercido pelo instituidor (peça 3, p. 1) não poderia ser utilizado para fins de aplicação do art. 50, inciso II, da Lei 6.880/1980, tendo em vista que, nos termos dos artigos 135 e 137 do referido diploma legal, o período laborado em atividade privada não pode ser computado para fundamentar a concessão de um posto/graduação acima do que ocupava na ativa;

Considerando que, por conseguinte, em 29/12/2000 (data limite para preenchimento dos requisitos necessários à obtenção da referida majoração de proventos, na redação dada pela Medida Provisória 2.215-10/2001), o instituidor não havia completado trinta anos de serviço, motivo pelo qual os proventos da pensão devem ser ajustados, para que sejam calculados com base no posto/graduação de Segundo Sargento;

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 4.045/2021-TCU-1ª Câmara e 5.041/2020-TCU-1ª Câmara, ambos da relatoria do E. Ministro Vital do Rêgo;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

a) considerar ilegal ato de pensão militar emitido em favor da Sra. Luciana de Oliveira Leitão, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.658/2024-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Luciana de Oliveira Leitao (070.150.157-06).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU, no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 353/2023;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação; e

1.7.1.3. emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU, no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 1319/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de reversão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988;

Considerando que a unidade técnica e o Ministério Público de Contas manifestaram-se pela ilegalidade do ato, com a respectiva negativa do registro, tendo em vista que os proventos de pensão estão sendo pagos com base em soldo superior ao devido;

Considerando que o instituidor ocupava o posto de Capitão na ativa, tendo falecido nessa situação, em 17/11/1972;

Considerando que, embora conste no ato que houve contribuição para instituir pensão um posto/graduação acima (peça 3, p. 2), à época do falecimento, o militar contava 22 anos, 3 meses e 17 dias de tempo de serviço, período insuficiente para fazer jus à vantagem prevista no art. 6º, caput e § 1º, da Lei 3.765/1960;

Considerando que, no entanto, foi utilizado o posto de Major (grau hierárquico superior) como referência para o cálculo da presente pensão;

Considerando que, conforme examinado pela AudPessoal, os proventos da pensão devem ser ajustados, para que o benefício seja calculado com base no posto de Capitão;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido da ilegalidade do ato, com a negativa do respectivo registro, emitindo-se determinações ao órgão de origem;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, promovo, desde já, a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável no presente caso;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de reversão de pensão militar emitido em favor das Sras. Katia Valente Saroldi Sibanto Nobrega Rios e Sandra Cristina Valente Sibanto Caldeira, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.969/2024-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Katia Valente Saroldi Sibanto Nobrega Rios (750.116.387-15); Sandra Cristina Valente Sibanto Caldeira (746.886.187-00).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU, no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 353/2023;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação; e

1.7.1.3. emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU, no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 1320/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Evandro Guia de Souza contra o Acórdão 8.202/2024 -TCU-1ª Câmara, da minha relatoria, que negou provimento a pedido de reexame interposto pelo embargante;

Considerando que o embargante teve ciência da decisão embargada em 10/10/2024 (peça 32), iniciando-se o prazo em 11/10/2024;

Considerando que o termo final para interposição dos embargos é 21/10/2024 (art. 34, § 1º c/c art. 30, I, “d”, da Lei 8.443/92 e art. 287, § 1º, do Regimento Interno desta Corte);

Considerando que os embargos foram opostos em 22/10/2024 (peça 35), portanto, intempestivos, motivo pelo qual não devem ser conhecidos;

Considerando adicionalmente que os supostos vícios de omissão e contradições arguidos pelo embargante não procedem, visto que é ilegal cômputo de tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, prestado anteriormente pelo militar para fins de gratificação por tempo de serviço e que a elevação indevida de proventos de militar reformado por invalidez ou incapacidade permanente não tem amparo legal;

Considerando que o recorrente visa, assim, rediscutir o mérito pela estreita via dos embargos de declaração, o que não é cabível;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso IV, alínea “b”, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Evandro Guia de Souza.

1. Processo TC-021.459/2023-1 (REFORMA)

- 1.1. Recorrente: Evandro Guia de Souza (224.845.907-68).
- 1.2. Interessados: Evandro Guia de Souza (224.845.907-68); Evandro Guia de Souza (224.845.907-68).
- 1.3. Órgão/Entidade: Centro de Controle Interno da Marinha; Comando da Marinha.
- 1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
- 1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
- 1.7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.8. Representação legal: não há.
- 1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1321/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.295/2024-9 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Geraldo Luiz da Silva (179.747.474-04).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
 - 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1322/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.334/2024-4 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Eliezer Nogueira Alves (266.828.931-91).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
 - 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1323/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.344/2024-0 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Archimedes Teixeira da Costa (296.219.921-68).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1324/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.391/2024-8 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Sylvana Chaves Ribeiro Goncalves Dias (353.506.526-72).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1325/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.405/2024-9 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Cristovao Ribeiro Neto (752.700.807-53).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - Comando da Marinha.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1326/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.424/2024-3 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Joao Milton Brum da Rocha Filho (394.930.830-04).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1327/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.506/2024-0 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Joao Bosco da Silva (521.084.226-68).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
 - 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1328/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.532/2024-0 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Itamar Francisco da Silva (819.499.017-34).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - Comando da Marinha.
 - 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1329/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.570/2024-0 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Rinaldo de Souza Barreto (053.282.308-76).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
 - 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1330/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.576/2024-8 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Carlos Roberto da Silva (056.513.228-84).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1331/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.601/2024-2 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Nilton Tavares Nazareth (807.455.557-72).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - Comando da Marinha.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1332/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.630/2024-2 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Luiz Claudio Barbosa Belmiro (157.986.902-53).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - Comando da Marinha.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1333/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.654/2024-9 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Nivaldo Gomes Pereira (774.561.907-63).
- 1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1334/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.753/2024-7 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Arthur Gomes Nora (065.949.818-97).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1335/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.793/2024-9 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Miguel Angelo Mamede (775.260.317-15).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - Comando da Marinha.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1336/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.822/2024-9 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Marco Aurelio Mattos de Souza (858.005.707-87).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1337/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.853/2024-1 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Rita de Cassia Amadeu Moura (026.436.288-88).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1338/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.883/2024-8 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Arlindo Gomes da Costa Junior (129.314.032-53).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1339/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.132/2024-6 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Jose Ricardo Lima Bastos (743.142.207-59).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1340/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvando-se que as inconsistências identificadas na versão submetida ao exame deste Tribunal não mais subsistem nos contracheques atuais do interessado, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.137/2024-8 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Arnaldo Souto (744.227.747-00).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1341/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.411/2024-2 (REFORMA)
- 1.1. Interessados: Mario Tavares Pimentel (399.991.657-53); Mauro Goncalves Ribeiro (787.530.158-00); Narciso Paulo dos Santos (065.254.667-68); Narciso Paulo dos Santos (065.254.667-68); Roberto Rodrigues Ramos (071.124.081-72); Wltramoacir Ramos da Silva (034.254.523-04).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1342/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.426/2024-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Alexandre Fonseca Alves (772.248.689-49); Alexandre Frauche Fernandes (767.196.187-68); Cicero Augusto Muniz Terra (802.938.597-87); Jady Figueiredo de Souza (124.899.347-08); Marco Aurelio de Faria (843.886.927-00).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1343/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.442/2024-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ednyr Santos Ferreira (779.991.427-00); Helcio Homero Ghetti Junior (785.353.797-20); Rafael de Oliveira Braganca (092.026.514-69); Renato da Silva Costa (858.145.127-68); Ricardo Lisboa dos Santos (114.358.667-03).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1344/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, I, "a", do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) julgar regulares as contas dos Srs. Milton Ribeiro (CPF 927.074.678-04); Victor Godoy Veiga (CPF 710.057.651-20); José de Castro Barreto Junior (CPF 021.217.314-66); Sylvia Cristina Toledo Gouveia (CPF 338.451.858-64); Márcio de Aquino Terra (CPF 538.628.481-91); Mauro Luiz Rabelo (CPF 222.761.901-59); Helber Ricardo Vieira (CPF 725.996.421-91); Wagner Vilas Boas de Souza (CPF 647.213.611-49); Eduardo Gomes Salgado (CPF 054.294.296-86); Diana Guimarães Azin (CPF 510.996.243-04); Cristiane Dias Lepiane (CPF 059.964.196-70); Carlos Francisco de Paula Nadalim (CPF 007.890.379-39); Fábio de Barros Correia Gomes Filho (CPF 033.641.221-56); William Ferreira da Cunha (CPF 000.204.981-36); Tomas Dias Sant Ana (CPF 037.785.116-70); Kedson Raul de Souza Lima (CPF 616.086.451-34); Ilda Ribeiro Peliz (CPF 145.472.526-53); Karine Silva dos Santos (CPF 088.043.637-97); Luciana Santana Leão (CPF 369.469.661-04); Paulo Roberto Araújo de Almeida (CPF 152.962.371-53); Micheline Silveira Forte (CPF 615.170.203-44); Vinicius Campos Silva (CPF 707.085.251-72); Patrícia Fernanda Lapa Lobo Nogueira (CPF 660.843.504-53); Adalton Rocha de Matos (CPF 808.134.025-49); Luciana Nunes de Oliveira (CPF 085.286.007-26); Ana Karina da Silva Santos Koga (CPF 962.028.231-00); Carla Baksys Pinto (CPF 666.346.441-87); Vinicius Pereira Andrade (CPF 319.473.168-85); André Henrique dos Santos Castro (CPF 018.955.941-11); e Delson Pereira da Silva (CPF 045.478.746-46), dando-lhes quitação plena, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92;

b) dar ciência ao Ministério da Educação (MEC) acerca dos seguintes itens de achados constantes do Relatório de Avaliação da 1112626, a fim de que, por meio da sua Secretaria Executiva, e com amparo no art. 9º, incisos, incisos I, III e IV do Anexo I, do Decreto 11.691, de 5/9/2023, tome as providências necessárias junto às suas respectivas entidades vinculadas, no sentido de auxiliá-las, alertá-las e estimulá-las a cumprir as recomendações da CGU:

b.1) em observância ao item 2.3.1, “a”, da não ocorrência da avaliação e/ou reavaliação, na periodicidade adequada, dos bens imóveis de suas entidades da administração direta e indireta, especialmente os constantes da Tabela 2 do Apêndice do referido relatório e os da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), constantes do Relatório de Auditoria 1285156, o que contraria o disposto na NBC TSP 07 (itens 43 a 50), no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 10ª edição (itens 11 a 11.4), e no Manual do Siafi, macrofunção 020335, bem como da falta de articulação junto à Superintendência de Patrimônio da União (SPU), nos estados do Pará (PA) e Rondônia (RO), com a finalidade de que fossem adotadas as providências cabíveis para a efetivação da baixa dos imóveis vinculados às extintas Demecs (RIP de Utilização 0427004145000, 0447000785000 e 0003001515009);

b.2) em observância aos itens 2.3.1, “c” e 2.4.1, da existência de obras já concluídas em suas entidades vinculadas de um modo geral, passíveis de levantamento específico, que se encontram indevidamente registradas na conta contábil 1.2.3.2.1.06.01 (Obras em Andamento) e, por seguinte, sem a realização dos ajustes necessários no SPIUnet para a incorporação (ou reconhecimento) dos valores dessas obras nos imóveis de sua propriedade como bens de uso especial, que deverão ser objeto do cálculo da depreciação correspondente, o que afronta os termos dos itens 11.2 e 11.5 do MCASP 10ª Edição c/c o art. 7ª da Portaria Conjunta STN/SPU 703, de 10.12.2014, e da Portaria SPU/ME 10.571, de 12/12/2022, que implantou o novo sistema SPUNet, que gradativamente vem substituindo, desde dezembro de 2022, o Sistema Patrimonial Imobiliário da União (SPIUnet) e o Sistema Integrado de Administração Patrimonial (SIAPA);

b.3) em observância ao item 2.3.1, “d”, da falta de conciliação das contas de bens móveis no Siafi com os dados de controle patrimonial de suas respectivas entidades vinculadas de um modo geral, com exceção da Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ) e Universidade de São Carlos (UFSCar), o que contraria os termos da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 07, de 22/9/2017, fazendo com que o Siafi não reflita adequadamente a situação patrimonial dos bens móveis de cada unidade;

b.4) em observância ao item 2.4.2, da não atuação da Universidade de Brasília (UnB) junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) a respeito do cadastramento incorreto do regime de utilização no SPIUnet de seus bens imóveis destinados ao investimento, como bens de uso especial, sendo que na prática estão sob o regime de “locação para terceiros”, o que se reflete na classificação contábil indevida desses imóveis no Siafi como “Ativo Imobilizado”, quando na realidade deveriam constar no balanço patrimonial como “Propriedades para Investimento”, afrontando os termos da NBC TSP 06 (Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 06, de 22/6/2017), e da Portaria SPU/ME 10.571, de 12/12/2022, que implantou o novo sistema SPUNet, que gradativamente vem substituindo, desde dezembro de 2022, o Sistema Patrimonial Imobiliário da União (SPIUnet) e o Sistema Integrado de Administração Patrimonial (SIAPA);

b.5) em observância ao item 2.5.3, da existência de Termos de Execução Descentralizada (TED) firmados por suas entidades vinculadas com outros órgãos da administração federal, na condição de entidade descentralizada, que se encontram com prazo para apresentação da prestação de contas vencido, o que contraria o disposto no §2º do artigo 23 do Decreto 10.426/2020;

b.6) em observância ao item 2.5.6, da existência de obras registradas como paralisadas no Simec, pertencentes às suas entidades vinculadas (UFBA, UFVJM, UFJF, UFRPE, UNILA, UFRJ e UFF), o que afronta, dentre outros, o princípio da eficiência da administração pública, e que, portanto, necessitam, em conjunto com o seu órgão supervisor, da realização de estudos sobre o custo-benefício e o custo de oportunidade para concluí-las; e

b.7) em observâncias aos itens 2.5.7 e 2.5.8, da deficiência observada nos procedimentos de depreciação e nos controles de bens móveis das suas entidades da administração indireta, o que contraria o MCASP 10ª edição e o art. 94 da Lei 4.320/64, além da falta de manifestação das unidades vinculadas identificadas pela CGU quanto às providências adotadas para o cumprimento das recomendações 20, 21, 22 e 23 expedidas no referido Relatório de Auditoria daquele Órgão de Controle Interno, e do grau de implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (Siads), o âmbito da esfera de atuação de cada uma delas;

c) com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, dar ciência ao Ministério da Educação (MEC) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) dos seguintes itens de achados constantes do Relatório de Avaliação da CGU 1112626:

c.1) em observância ao item 2.3.2, “a”, “a.2”, da distorção referente a subavaliação do ativo (1.2.1.1.1.03.06 - Encargo sobre empréstimos) na ordem de R\$ 91.739.382,85, decorrente da não realização de registros de encargos sobre financiamento concedidos no âmbito do Fies, o que contraria o item 3.2.2 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 10ª edição) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP); e

c.2) em observância ao item 2.5.4, das inconsistências nas renegociações de contratos de financiamentos do Fies realizados pela Caixa Econômica Federal, que resultaram na concessão de descontos percentuais que contrariam os previstos pela MPV 1.090/2021 ou Lei 14.375/2022; e

d) determinar à CGU que, nas próximas contas do MEC, faça o monitoramento das recomendações feitas para fins do saneamento dos achados constantes do Relatório de Avaliação da CGU 1112626, relativo ao exercício de 2022, especialmente com relação aos itens 2.3.1, “a”; 2.3.1, “c”; 2.3.1, “d”; 2.3.2, “a”, “a.2”; 2.4.1; 2.4.2; 2.5.3; 2.5.4; 2.5.6; 2.5.7 e 2.5.8.

1. Processo TC-019.362/2023-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2022)

1.1. Responsáveis: Adalton Rocha de Matos (808.134.025-49); Ana Karina da Silva Santos Koga (962.028.231-00); Andre Henrique dos Santos Castro (018.955.941-11); Carla Baksys Pinto (666.346.441-87); Carlos Francisco de Paula Nadalim (007.890.379-39); Cristiane Dias Lepiane (059.964.196-70); Delson Pereira da Silva (045.478.746-46); Diana Guimaraes Azin (510.996.243-04); Eduardo Gomes Salgado (054.294.296-86); Fabio de Barros Correia Gomes Filho (033.641.221-56); Helber Ricardo Vieira (725.996.421-91); Ilda Ribeiro Peliz (145.472.526-53); Jose de Castro Barreto Junior (021.217.314-66); Karine Silva dos Santos (088.043.637-97); Kedson Raul de Souza Lima (616.086.451-34); Luciana Nunes de Oliveira (085.286.007-26); Luciana Santana Leao (369.469.661-04); Mauro Luiz Rabelo (222.761.901-59); Micheline Silveira Forte (615.170.203-44); Milton Ribeiro (927.074.678-04); Márcio de Aquino Terra (538.628.481-91); Patricia Fernanda Lapa Lobo Nogueira (660.843.504-53); Paulo Roberto Araujo de Almeida (152.962.371-53); Sylvia Cristina Toledo Gouveia (338.451.858-64); Tomas Dias Sant Ana (037.785.116-70); Victor Godoy Veiga (710.057.651-20); Vinicius Campos Silva (707.085.251-72); Vinicius Pereira Andrade (319.473.168-85); Wagner Vilas Boas de Souza (647.213.611-49); Wiliam Ferreira da Cunha (000.204.981-36).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 1345/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde, em desfavor do Sr. Manoel do Carmo Loyola da Paixão e de Pevan Locações e Construções Ltda., em virtude da não comprovação da regular aplicação dos recursos do Convênio 142/2007.

Considerando que o Tribunal julgou irregulares as contas de Pevan Locações e Construções Ltda., imputando-lhe débito e multa, por meio do Acórdão 3.497/2024-TCU-1ª Câmara (peça 104);

Considerando que empresa foi extinta por liquidação voluntária em 21/3/2021, antes, portanto, da prolação do acórdão condenatório;

Considerando o caráter personalíssimo da penalidade de multa, por força do art. 5º, inciso XLV, da Constituição Federal;

Considerando que o Tribunal “poderá rever, de ofício, o acórdão em que houver sido aplicada multa a gestor que tenha falecido antes do trânsito em julgado da deliberação”, nos termos do art. 3º, § 2º, da Resolução TCU 178/2005;

Considerando que pode ser aplicado analogicamente o mesmo dispositivo para pessoa jurídica, extinta por liquidação voluntária, antes do trânsito em julgado, pelo caráter personalíssimo da pena;

Considerando as proposições uniformes da Secretaria de Apoio à Gestão de Processos e do Ministério Público de Contas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, por unanimidade, em rever, de ofício, o item 9.3 do Acórdão 3.497/2024-TCU-1ª Câmara, com fundamento no § 2º do artigo 3º da Resolução-TCU 178/2005, a fim de tornar insubsistente a penalidade de multa aplicada à Pevan Locações e Construções Ltda., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.072/2022-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Manoel do Carmo Loyola da Paixão (088.721.715-04) e Pevan - Locações e Construções Ltda (05.586.251/0001-13).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Jucuruçu/BA.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1346/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea “a”, e 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e os arts. 1º, 8º e 11 da Resolução-TCU 344/2022, em determinar o arquivamento do seguinte processo, em razão da consumação da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória do TCU, dando ciência desta deliberação ao responsável e ao tomador de contas, de acordo com os pareceres exarados nos autos.

1. Processo TC-007.416/2024-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Roberto Rocha Guimaraes da Silva (238.909.592-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1347/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em desfavor de Erivando Oliveira Amaral e José Caetano Silva de Oliveira, em razão da ausência parcial de documentação de prestação de contas dos recursos federais repassados ao município de Vitória do Xingu/PA, no exercício de 2016, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social;

Considerando que a AudTCE demonstrou que não houve a prescrição da pretensão punitiva e sancionatória do TCU (peça 64);

Considerando, com relação a José Caetano Silva de Oliveira, que o valor atualizado do débito a ele imputado (R\$ 57.482,26, em 1/1/2017), acrescido do débito 212/2020 (R\$ 85.558,56, em valores de nov/2017), a ele atribuído no TC 015.018/2023-7, também da minha relatoria, supera o limite de R\$ 120.000,00, previsto no art. 7º, inciso I, da Instrução Normativa-TCU 98/2024;

Considerando o falecimento de José Caetano Silva de Oliveira, em 8/4/2022, conforme certidão de óbito peça 53;

Considerando o curto espaço de tempo em que José Caetano Silva de Oliveira esteve à frente da gestão municipal no exercício de 2016 (de 1/7/2016 a 20/10/2016 e de 23/11/2016 a 31/12/2016) e as circunstâncias que sugerem que não tomou conhecimento da impugnação das despesas antes de seu falecimento (peça 67, p. 2, in fine);

Considerando que o espólio de José Caetano Silva de Oliveira foi citado oito anos após os gastos e dois anos após o óbito do ex-gestor, não apresentou defesa e não existem elementos que indiquem que os herdeiros tomaram conhecimento das irregularidades anteriormente à citação;

Considerando que vem se consolidando no Tribunal o entendimento de que o prazo de dez anos para a dispensa a instauração da tomada de contas especial, previsto no art. 6º, inciso II, da Instrução Normativa-TCU 98/2024, deve ser avaliado em confronto com os elementos disponíveis com o objetivo de verificar se, no caso concreto, houve prejuízo ao pleno exercício do contraditório e da ampla defesa;

Considerando que, em circunstâncias semelhantes às deste processo, o Tribunal reconheceu a possibilidade de prejuízo ao pleno exercício do contraditório e da ampla defesa e arquivou os autos sem julgamento do mérito, não obstante o transcurso de prazo inferior a dez anos, a exemplo dos Acórdãos 3527/2015-2ª Câmara, 8791/2016-2ª Câmara, 7007/2022-2ª Câmara e 3.299/2024-1ª Câmara;

Considerando a proposta do representante do Ministério Público junto ao TCU, no sentido de arquivar o processo, sem julgamento de mérito, em relação ao espólio de José Caetano Silva de Oliveira, por ausência de pressupostos para o desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 212 do Regimento Interno do TCU;

Considerando, com relação a Erivando Oliveira Amaral, que o valor atualizado do débito atribuído àquele responsável (R\$ 17.320,17, em 1/1/2017) é inferior ao limite de R\$ 120.000,00, previsto no art. 7º, inciso III, da Instrução Normativa-TCU 98/2024; que não há outros débitos a ele atribuíveis no TCU; e que o responsável ainda não foi citado;

Considerando que, com o objetivo de evitar que o custo da cobrança seja superior ao valor do ressarcimento, os arts. 169, inciso VI, e 213 do RI/TCU preveem a possibilidade de arquivamento do processo, sem julgamento de mérito e sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, para que lhe possa ser dada quitação;

Considerando as propostas da AudTCE e do representante do Ministério Público junto ao TCU, no sentido de arquivar o processo em relação a Erivando Oliveira Amaral, sem julgamento de mérito e sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado, para que lhe possa ser dada quitação, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno do TCU;

Considerando que, o Regimento Interno do TCU estabelece que, a critério do relator, podem ser submetidos aos Colegiados, mediante Relação, proposta de deliberação que acolher pareceres convergentes que tenham se pronunciado pelo trancamento de tomada de contas especial (art. 143, inciso I, alínea “a”), bem assim acerca do arquivamento de processos (art. 143 inciso V, alínea “a”);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade tendo em vista os pareceres emitidos nos autos, em:

i. com relação a Erivando Oliveira Amaral, arquivar o processo, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, para que lhe possa ser dada quitação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 64 e 67), nos termos do art. 93 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea “a”, 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno do TCU;

ii. com relação ao espólio de José Caetano Silva de Oliveira, arquivar o processo, sem julgamento de mérito, por ausência de pressupostos para seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com o parecer do representante do Ministério Público junto ao TCU (peça 67), nos termos dos arts. 93 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea “a”, e 212 do Regimento Interno do TCU; e

iii. dar ciência, à Procuradoria da República no Estado do Pará, ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, aos responsáveis, à unidade instauradora e às unidades jurisdicionadas.

1. Processo TC-007.829/2023-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: José Caetano Silva de Oliveira (267.206.632-91).

1.2. Entidade: Município de Vitória do Xingu/PA.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Rosa Maria da Conceição de Oliveira.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1348/2025 - TCU - 1ª Câmara

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, incisos V, alínea “c”, e III, alínea “b” do Regimento Interno do TCU, em adotar a medida indicada no item 1.7 deste Acórdão, de acordo com o parecer do MPTCU juntado à peça 469 dos autos.

1. Processo TC-008.270/2023-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Prefeitura Municipal de Tanguá - RJ (01.612.089/0001-00); Rodrigo da Costa Medeiros (029.791.387-54); Valber Luiz Marcelo de Carvalho (019.103.047-35).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Tanguá - RJ.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Ricardo Cidade Baptista (100298/OAB-RJ), representando Prefeitura Municipal de Tanguá - RJ; Renato Ferreira de Vasconcellos (094579/OAB-RJ), Giovana Leite de Martino (239256/OAB-RJ) e outros, representando Valber Luiz Marcelo de Carvalho.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Funasa que:

1.7.1.1. inicie, em até 90 dias, tratativas junto à Prefeitura Municipal de Tanguá/RJ, para que sejam equacionados os impasses exigidos pelo órgão ambiental do Estado do Rio de Janeiro, com vistas à colocação do aterro sanitário em operação;

1.7.1.2. registre o processo de negociação junto à Prefeitura Municipal de Tanguá/RJ para que, no caso de insucesso da medida, possam vir a ser identificadas, de forma objetiva, as responsabilidades pelo impedimento à plena operação do aterro sanitário, ensejando a continuidade desta TCE;

1.7.1.3. encaminhe ao Tribunal, em até 180 dias, informações a respeito das tratativas para acompanhamento do processo de negociação.

ACÓRDÃO Nº 1349/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea “a”, e 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e os arts. 1º, 8º e 11 da Resolução-TCU 344/2022, em determinar o arquivamento do seguinte processo, em razão da consumação da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória do TCU, dando ciência desta deliberação aos responsáveis e ao tomador de contas, de acordo com os pareceres exarados nos autos.

1. Processo TC-010.405/2024-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Denise Regina Garrafiel (286.019.550-53); Nilton Luiz Cosson Mota (078.581.242-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1350/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, I, “a”, e 218 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em expedir quitação do débito imputado ao Sr. José Nogueira Tapety Neto, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo subitem 9.2 do Acórdão 3131/2010-TCU-1ªCâmara, alterado pelo item 9.2 do Acórdão 1513/2015-TCU-1ª Câmara; e dar ciência da presente deliberação ao responsável.

1. Processo TC-023.373/2008-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Engenharia Comercio e Industria Ltda (03.194.654/0001-91); Erimar Soares de Sousa (460.815.693-49); Firmino Barroso Júnior (373.693.263-49); José Nogueira Tapety Neto (228.008.593-34); Ricardo Soares de Araújo (374.971.203-44).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Oeiras - PI.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Jéssica Milena Januário Fontenele (10464/OAB-PI), Yury Rufino Queiroz (7107/OAB-PI) e outros, representando Engenharia Comercio e Industria Ltda; Uanderson Ferreira da Silva (5.456/OAB-PI), representando Erimar Soares de Sousa; Edvaldo Costa Barreto Júnior (29190/OAB-DF), San Martin Coqueiro Linhares (3876/OAB-PI) e outros, representando José Nogueira Tapety Neto.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1351/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados esses autos em que se apreciam embargos de declaração opostos pelo Sr. José Antonio Antonioni à decisão monocrática (peça 390), por mim proferida, por meio da qual foi determinado o não recebimento de expediente protocolado pelo embargante às peças 366/369 e seu restituição ao interessado, com fundamento no artigo 50, § 3º, da Resolução-TCU 259/2014;

Considerando que o Sr. José Antonio Antonioni, por meio do expediente inaugural, requereu a insubsistência de todos os acórdãos proferidos nestes autos, que mantiveram a irregularidade das contas do embargante e o condenaram em débito e multa, bem como a exclusão de seu nome do Cadastro de Contas Julgadas Irregulares;

Considerando que o pleito do Sr. José Antonio Antonioni fundamentou-se em decisão judicial proferida nos autos do processo nº 1029424-89.2020.4.01.3400, que tramitou na 17ª Vara Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, já transitado em julgado, a qual reconheceu a ocorrência de prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória em relação à parte autora, Associação Sul Riograndense de Apoio ao Desenvolvimento de Software (SoftSul), tendo declarado a nulidade dos acórdãos deste TC-030.132/2010-0, em razão de prescrição;

Considerando que a deliberação condenatória proferida nestes autos desta tomada de contas especial já transitou em julgado administrativo em 28/5/2020, conforme demonstra o documento à peça 344, razão pela qual não é mais cabível a oposição de embargos de declaração;

Considerando que o interessado argui, em essência, a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, em relação à qual o Tribunal não havia se pronunciado, à luz nova jurisprudência e normativo do TCU e do Supremo Tribunal;

Considerando que a ocorrência da prescrição poderá ser aferida, de ofício ou por provocação do interessado, nos termos do artigo 10 da Resolução-TCU 344/2022;

Considerando que o Tribunal, com fundamento no artigo 10, parágrafo único, da Resolução-TCU 344/2022, poderá manifestar-se sobre a prescrição se o acórdão condenatório não tenha transitado em julgado administrativo há mais de 5 anos ou os novos critérios normativos da prescrição não tenham sido considerados, caso destes autos;

Considerando, por fim, que a Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial e o Ministério Público junto ao TCU, em pareceres uniformes às peças 382/384, demonstram que não se operou a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória quanto ao interessado, com fundamento na Resolução-TCU 344/2022, muito menos lhe é aplicável a decisão judicial transitada em julgado cujo efeito interpartes alcança apenas a parte autora do aludido processo judicial, entidade SoftSul;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 143, inciso V, alínea “f”, artigos 10, caput e parágrafo único, da Resolução-TCU 344/2022, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer dos embargos de declaração, não reconhecer a ocorrência de prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória em relação ao Sr. José Antonio Antonioni, e encaminhar os autos à Unidade de Auditoria Especializada em Recursos para adoção de providências previstas no artigo 50, § 4º, da Resolução TCU nº 259/2014, dando-se ciência ao interessado.

1. Processo TC-030.132/2010-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 025.280/2017-1 (SOLICITAÇÃO); 016.581/2006-6 (REPRESENTAÇÃO); 000.784/2021-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 000.783/2021-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 028.302/2013-3 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Apoio Informatica (73.643.363/0001-19); Associacao Sul Riograndense de Apoio Ao Desenvolvimento de Software - Softsul (74.877.226/0001-01); José Antonio Antonioni (239.203.000-68).

1.3. Recorrente: José Antonio Antonioni (239.203.000-68).

1.4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério do Turismo.

1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.8. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.9. Representação legal: Ivone Terezinha Rocha da Silva (52828/OAB-RS) e Renato Vanderlei Schmidt da Veiga (24681/OAB-RS), representando Lucila Akemi Ii Senga; Gerson Luiz Oliveira Dias (72760/OAB-RS), representando Alessandra Carla Ceolin; Felipe Santos Correa (53078/OAB-DF), Caio Vinicius Araujo de Souza (59109/OAB-DF), Gabriella Souza Cruz (57564/OAB-DF), Leticia de Amorim Santos (73623/OAB-DF), Aurora Meirelles Laureano (204590/OAB-RJ), Iago Morais de Oliveira Moura (66403/OAB-DF), Igor Suassuna Lacerda de Vasconcelos (47398/OAB-DF), Amanda Bertolin Alves (47214/OAB-DF), Juliana Andrade Litaiff (44123/OAB-DF), Leonardo Almeida Lage (43401/OAB-DF), Luisa Pedrosa de Medeiros (64404/OAB-DF), Joao Victor Biao Lino (68127/OAB-DF) e outros, representando José Antonio Antonioni; Igor Suassuna Lacerda de Vasconcelos (47.398/OAB-DF), Marcelo Cama Proença Fernandes (22.071/OAB-DF) e outros, representando Associacao Sul Riograndense de Apoio Ao Desenvolvimento de Software - Softsul; Juliana Dias Simões (78882/OAB-RS), representando Paulo César Zanin; Gerson Luiz Oliveira Dias (72760/OAB-RS), representando A & A Assessoria e Consultoria S/c; Gerson Luiz Oliveira Dias (72760/OAB-RS), representando Masterfone Telecomunicacoes Ltda; Gerson Luiz Oliveira Dias (72760/OAB-RS), representando Ceolin Tecnologia da Informacao Ltda; Gerson Luiz Oliveira Dias (72760/OAB-RS), representando Mn Digitalizacoes e Assessoria Em Comunicacoes Ltda - Me.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1352/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso I, alínea “a”, e 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU e art. 11 da Resolução-TCU 344/2022, em declarar a prescrição das pretensões sancionatória e ressarcitória do TCU em relação às ocorrências tratadas nesta tomada de contas especial, dando ciência da deliberação aos responsáveis e ao Ministério Público Federal, bem como determinar o arquivamento do seguinte processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.212/2020-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 033.131/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Almir Silva Paixão (926.591.958-20); Francisco Jose Soares Barroso (548.632.797-87); Fundação Ezute (01.710.917/0001-42); Ivan Gibim Lacerda (734.592.837-34); Mirgon Eberhardt (446.136.951-04).

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul.

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Defesa Nacional e Segurança Pública (AudDefesa).

1.7. Representação legal: Helga Araruna Ferraz de Alvarenga (154.720/OAB-SP), Gisele Beck Rossi (207.545/OAB-SP) e outros, representando Fundação Ezute; Wilfrido Augusto Marques (1987/OAB-DF), Fernanda Foizer Silva (62.052/OAB-DF) e outros, representando Ivan Gibim Lacerda.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1353/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos, que tratam do monitoramento das determinações do Acórdão 545/2020-TCU-1ª Câmara, proferido no âmbito do TC 033.870/2018-7, que trata da prestação de contas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, do exercício de 2017;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

considerar superada a determinação prolatada pelo item 1.9 do Acórdão 545/2020- TCU-1ª Câmara;

considerar em atendimento as recomendações presentes no item 1.10 do Acórdão 545/2020-TCU-1ª Câmara, dispensando-se a continuidade do seu monitoramento;

dar ciência desta deliberação à Universidade Federal de Pernambuco, à Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à Defensoria Pública da União, à Advocacia-Geral da União, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, à Controladoria-Geral da União; e

apensar os presentes autos ao processo originário (TC 033.870/2018-7), nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU

1. Processo TC-026.970/2020-1 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Universidade Federal de Pernambuco (24.134.488/0001-08).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1354/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos que tratam do monitoramento do item 9.3 do Acórdão 8.077/2023-TCU-1ª Câmara;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em dispensar o monitoramento da determinação objeto do item 9.3 do Acórdão 8.077/2023-TCU-1ª Câmara, e determinar o apensamento do presente processo ao TC 000.037/2020-6, de acordo com os pareceres constantes dos autos.

1. Processo TC-037.301/2023-3 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde).

1.5. Representação legal: Italo de Farias Conceicao (47368/OAB-DF), representando Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1355/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 12, inciso II, e 47 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em relação ao processo a seguir relacionado, em determinar a constituição de processos apartados de tomada de contas especial e a citação dos responsáveis, nos exatos termos do item 126 da instrução da unidade técnica à peça 271, e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.046/2018-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apenso: 031.932/2017-7 (MONITORAMENTO); 015.147/2021-5 (MONITORAMENTO)

1.2. Responsáveis: Antônio Medeiros Dantas (003.818.614-49); Bonifacio Rocha de Medeiros (044.766.464-68); Borges e Renovato Advogados S/c (06.925.876/0001-25); Carvalho e Braga Advogados Associados (09.005.770/0001-00); Célia Maria de Oliveira Melo (007.513.554-02); Davi Lima Advocacia (06.014.214/0001-01); Edgar Tavares de Melo de Sá Pereira (010.579.064-84); Eurídice Moreira da Silva (122.736.784-87); Fabio Romero de Carvalho (770.237.814-04); Francisco Cipriano dos Santos (690.483.984-87); Genoilton João de Carvalho Almeida (078.580.514-15); George Jose Porciuncula Pereira Coelho (618.167.524-87); George Lucena Barbosa de Lima (608.602.514-20); Goncalves, bonifacio e Brito Sociedade de Advogados (11.477.143/0001-05); Gustavo Braga Lopes (007.488.564-20); Henrique Carvalho Advogados (10.833.351/0001-37); Hildon Régis Navarro Filho (421.603.164-15); Joao Luis de Lacerda Junior (103.899.034-34); Jose Leite Sobrinho (165.541.751-72); José Antônio Vasconcelos da Costa (436.941.444-04); José Maviael Elder Fernandes de Sousa (028.717.674-67); José Severiano de Paulo Bezerra da Silva (788.386.734-20); José Simão de Sousa (287.711.504-63); Kleber Herculano de Moraes (714.424.564-34); Marcio Ziulkoski (946.819.960-68); Maria Sonja Ponte Guimaraes Fialho (002.074.541-91); Maria do Socorro Santos Brilhante (267.997.074-87); Medeiros Sampaio Advocacia S/c Ltda (01.717.055/0001-80); Nabor Wanderley da Nóbrega Filho (460.798.404-30); Paulo Fracinet de Oliveira (503.804.194-91); Peixoto Advocacia & Consultoria (07.619.813/0001-03); Prefeitura Municipal de Alagoa Nova - PB (08.700.684/0001-46); Prefeitura Municipal de Amparo - PB (01.612.473/0001-02); Prefeitura Municipal de Camalaú - PB (09.073.271/0001-41); Prefeitura Municipal de Campina Grande - PB (08.993.917/0001-46); Prefeitura Municipal de Cuité - PB (08.732.174/0001-50); Prefeitura Municipal de Itabaiana - PB (09.072.430/0001-93); Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB (08.778.326/0001-56); Prefeitura Municipal de Manaíra - PB (09.148.131/0001-95); Prefeitura Municipal de Massaranduba - PB (08.739.138/0001-19); Prefeitura Municipal de Nova Palmeira - PB (08.739.930/0001-73); Prefeitura Municipal de Olho D'água - PB (08.944.076/0001-87); Prefeitura Municipal de Patos - PB (09.084.815/0001-70); Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada - PB (08.740.466/0001-35); Prefeitura Municipal de Pilões - PB (08.786.626/0001-87); Prefeitura Municipal de Santa Cecília - PB (01.612.643/0001-59); Prefeitura Municipal de Santa Inês - PB (01.612.693/0001-36); Prefeitura Municipal de Santa Rita - PB (09.159.666/0001-61); Prefeitura Municipal de Seridó - PB (08.916.124/0001-23); Prefeitura Municipal de Sobrado - PB (01.612.553/0001-68); Prefeitura Municipal de São José de Caiana - PB (08.891.541/0001-69); Prefeitura Municipal de São José de Espinharas - PB (08.882.730/0001-75); Prefeitura Municipal de São João do Cariri - PB (09.074.345/0001-64); Prefeitura Municipal de Tavares - PB (08.944.092/0001-70); Prefeitura Municipal de Uiraúna - PB (08.924.078/0001-04); Raimundo & Capela - Juridico Estrategico (07.038.997/0001-18); Raquel Beatriz Valente de Oliveira Lacerda Martins (013.358.544-10); Rodrigo Luis de Araujo Cavalcante (055.523.764-80); e S Informatica Ltda (02.093.296/0001-68).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeituras Municipais do Estado da Paraíba (223 Municípios).

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

1.7. Representação legal: Adilson Alves da Costa (18400/OAB-PB), representando Prefeitura Municipal de Pilões - PB; Gessica Fernanda Borges Miotto (43.775/OAB-DF), representando Henrique Carvalho Advogados; Ravi Vasconcelos da Silva Matos (17148/OAB-PB), representando José Antônio Vasconcelos da Costa; Ana Paula Del Vieira Duque (51.469/OAB-DF), Marcus Vinicius Furtado Coêlho (18.958/OAB-DF) e outros, representando Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Federal; Gessica Fernanda Borges Miotto (43.775/OAB-DF), representando Davi Lima Advocacia; Jose Bruno Macedo de Araujo (19229/OAB-PB), Pedro Filype Pessoa Ferreira Oliveira (22.033/OAB-PB) e outros, representando Prefeitura Municipal de Cuité - PB; André Luiz de Oliveira Escorel (20672/OAB-PB), representando José Severiano de Paulo Bezerra da Silva.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1356/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos, que tratam de representação acerca de supostas irregularidades na concorrência em curso no Centro de Intendência Tecnológico da Marinha no Estado de São Paulo, com vistas à aquisição de sistemas selados de passagem de cabos (MCT - Multi Cable Transit) para as anteparas do Bloco 40 do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE).

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, julgá-la improcedente, considerar prejudicado o requerimento de medida cautelar formulado pelo responsável, por perda de objeto, e determinar o arquivamento do processo, dando ciência à representante e demais interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.602/2025-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação Legal: Raphael Boechat Alves Machado (107551/OAB-MG), representando Roxtec Latin América Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1357/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 143, inciso III, 237, inciso VII e parágrafo único, 169, inciso II, e 250, inciso I, do Regimento Interno, e artigo 103, § 1º, da Resolução -TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, no mérito, considerá-la improcedente, considerar prejudicado exame de pedido de medida cautelar e determinar o arquivamento do processo, dando-se ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.658/2025-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Sexto Regimento de Cavalaria Blindado.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Adriano Medeiros Fontanelli (61703/OAB-PR), representando Catiaerea Agência de Viagens Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1358/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos que tratam de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 90003/2024, sob a responsabilidade da Comissão Regional de Obras da 9ª Região Militar, para aquisição de kits de geradores fotovoltaicos e materiais, equipamentos e ferramentas para implantação de usina fotovoltaicas.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação; considerar prejudicada sua análise de mérito, ante a perda de objeto; dar ciência deste acórdão à representante e à Comissão Regional de Obras da 9ª Região; e determinar o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.713/2025-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Comissão Regional de Obras da 9ª Região Militar.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Paulo Henrique Lelis Araujo, representando Paulo H. L. Araujo Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1359/2025 - TCU - 1ª Câmara

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em: a) conhecer da representação; b) indeferir a medida cautelar; c) no mérito, considerar a representação parcialmente procedente; d) realizar as ciências constantes no item 1.6 deste Acórdão; e) indeferir o pedido da representante e de seus procuradores para serem considerados como parte interessada, autorizando o acesso às peças não sigilosas; f) determinar o arquivamento, informando ao representante e à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.001/2025-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Gustavo Castello Branco Portes Costa Couto (62900/OAB-DF), Éder Machado Leite (20955/OAB-DF) e Oscar Fugihara Karnal (51458/OAB-DF), representando Fast Help Informatica Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 90142/2024:

1.6.1.1. ausência de resposta a pedido de esclarecimento formulado tempestivamente pela Fast Help Informática Ltda., acerca da possibilidade de ser admitido o patrimônio líquido em substituição ao capital social na exigência de percentual mínimo em relação ao valor estimado da contratação (item 12.5, “b” do edital), em afronta ao item 6.11.1 do próprio edital, quando afirma que a Codevasf responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de três dias úteis, contado da data de recebimento do pedido;

1.6.1.2. inclusão, no item 9.2.3 do termo de referência, como condição de habilitação, de exigência de declaração referente a certificação específica, sem referência a certificações similares e sem a devida justificativa ou motivação, com potencial de frustrar o caráter competitivo do certame e em afronta ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e à jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão 508/2013-TCU-Plenário, Relator Ministro José Jorge; Acórdão 1.619/2012-TCU-Plenário, Relator Ministro Raimundo Carreiro; Acórdão 1.287/2008-TCU-Plenário, Relator Ministro André de Carvalho).

ACÓRDÃO Nº 1360/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados esses autos de representação formulada pelo Ministério Público junto ao TCU contra possíveis irregularidades referentes ao uso dos recursos oriundos de multa civil aplicada em acordo de colaboração premiada para aquisição de software UFED Cloud Analyser pela Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (PR/RJ);

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade;

Considerando que à época da aquisição ora questionada, ocorrida em 2017, nem a legislação, em especial a Lei 12.850/2013, nem a jurisprudência trataram de forma específica sobre a destinação de bens e valores obtidos pelo instituto da colaboração premiada, o que deu origem à judicialização da matéria;

Considerando que o Plenário do STF, por meio do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 569 - Distrito Federal, transitada em julgado em 6/6/2024, consolidou a jurisprudência acerca da destinação dos valores arrecadados em ação civil pública e de outros institutos como os acordos de colaboração premiada, tendo a matéria sido posteriormente regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça mediante Resolução nº 558, de 6/5/2024;

Considerando que a decisão proferida pelo Pretório Excelso na ADPF 569-DF não previu expressa aplicação retroativa do novel entendimento aos casos anteriores;

Considerando que, no caso concreto, apesar da inexistência de amparo legal para destinação de recursos provenientes de acordos de colaboração premiada à aquisição de software, não houve prejuízo ao Erário, além do que o referido bem foi incorporado ao patrimônio da PR/RJ;

Considerando que a Associação Nacional dos Procuradores da República peticionou ingresso nos autos na condição de amicus curiae;

Considerando, por fim, que, no atual estágio processual, não se mais revela útil e necessária a admissão da referida Associação como amigo da Corte, uma vez que a matéria já foi amplamente debatida, conhecida e decidida pela Supremo Tribunal Federal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 143, 235, parágrafo único, e 237, inciso VII, parágrafo único, do Regimento Interno, e 105 da Resolução-TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la procedente, ordenar as medidas descritas no item 1.6 deste acórdão e determinar o arquivamento do processo, dando ciência ao representante e ao Ministério Público Federal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.108/2023-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Ministério Público Federal.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Gestão do Estado e Inovação (AudGestãoInovação).

1.5. Representação legal: Fernando Gaião Torreão de Carvalho (20800/OAB-DF), André Fonseca Roller (20742/OAB-DF) e outros, representando Associação Nacional dos Procuradores da República.

1.6. Medida:

1.6.1. com fundamento no artigo 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, dar ciência à Procuradoria da República no estado do Rio de Janeiro (PR/RJ) de que a utilização de valores arrecadados em decorrência de acordo de colaboração premiada para atender interesse institucional de determinados órgãos, em vez de destinar os valores à União, ressalvado o direito do lesado e de terceiro de boa-fé, afrontou os princípios da legalidade estrita e do orçamento único (art. 165, § 5º, da Constituição Federal);

1.6.2. indeferir o ingresso da Associação Nacional dos Procuradores da República nos autos como amicus curiae;

ACÓRDÃO Nº 1361/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Concorrência 8/2024, sob a responsabilidade de Infra S.A./Valec Engenharia Construções e Ferrovias S/A, com valor estimado de R\$ 84.504.971,77, especificamente para o lote 2, cujo objeto é a contratação

de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em engenharia consultiva, visando a elaboração de produtos de engenharia de estudos e à estruturação de projetos vinculados ao PAC e inerentes às atividades finalísticas da Infra S.A.;

Considerando os pareceres da unidade técnica no sentido da improcedência da presente representação, tendo em vista a regularidade da decisão da Infra S.A de inabilitar a representante;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 169, inciso V, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, todos do Regimento Interno, e art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerar prejudicado o exame do pedido de medida cautelar, no mérito, considerar a representação improcedente e determinar o arquivamento do processo, dando-se ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.222/2024-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Valec Engenharia Construcoes e Ferrovias S/a.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Nádia Caroline Aguiar de Oliveira (109711/OAB-MG), representando Strata Engenharia Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1362/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão 26/2023, sob a responsabilidade do Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - Administração Regional no Estado do Goiás (Senac/GO), com valor estimado de R\$ 9.445.231,00, cujo objeto é a aquisição de três veículos semirreboque adaptados para ministrar cursos de Beleza, Tecnologia e Saúde;

Considerando que a qualidade de representante é condição insuficiente para conferir legitimidade recursal, devendo a peticionante requerer autorização para ingresso no processo como interessado, demonstrando, para tanto, razões legítimas para atuar no feito, na forma prevista no art. 144, § 2º, do Regimento Interno do TCU, o que não ocorreu nestes autos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, III, 235 e 237, VII, do RI/TCU c/c o art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, em indeferir o pedido de ingresso nos autos na condição de interessada, formulado pela empresa Labor Equipamentos Rodoviários Ltda., conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente; considerar prejudicado o pedido de concessão de medida cautelar; dar ciência desta deliberação à representante e ao Senac/GO; e arquivar os autos, de acordo com os pareceres da unidade técnica.

1. Processo TC-026.374/2024-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Administração Regional do Senac No Estado do Goiás.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Kleber Leite Siqueira (272690/OAB-SP), representando Labor Equipamentos Rodoviários Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1363/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, V, “a”, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado,

em conhecer da representação, considerá-la procedente, reconhecer a perda de objeto da cautelar, realizar as ciências listadas no item 1.7 e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.462/2023-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Município de Rorainópolis - RR (01.613.031/0001-80).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rorainópolis - RR.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.6. Representação legal: Danilo Jose de Melo (2345/OAB-RR), representando Jb Servicos Eireli; Ana Carolina Veras dos Reis Oliveira (2527/OAB-RR) e Paloma Cristina Oliveira Guimaraes Poltronieri (1707/OAB-RR), representando Município de Rorainópolis - RR.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao Município de Rorainópolis - RR das seguintes impropriedades identificadas na Concorrência 5/2023:

1.7.1.1. ausência de isonomia na habilitação técnica das empresas, ao inabilitar a JB Serviços Ltda. por ter apresentado atestado comprovando transporte com caminhão basculante de 10 m³, e não de 14 m³, ao passo que habilitou outra empresa em condição semelhante, em afronta aos princípios da isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, previstos na Lei 8.666/1993, art. 3º;

1.7.1.2. violação do contraditório e ampla defesa, ao deixar de emitir uma decisão sobre o recurso apresentado pela empresa JB Serviços Ltda., por considerá-lo intempestivo, além de deixar de prever expressamente o prazo recursal em edital, em afronta à Constituição Federal de 1988, art. 5º, inc. LV; Lei 8.666/1993, art. 109, inc. I, alínea a, art. 110; Lei 9.784/1999, art. 2º e 66; e

1.7.1.3. falta de publicação de atos essenciais ao certame no sítio eletrônico do Município, como: impugnações ao edital; propostas de preços; intenção, razões e contrarrazões dos recursos; decisões da equipe de licitação, em afronta à Constituição Federal de 1988, art. 37; Lei 12.527/2011, art. 8º; Lei 8.666/1993, art. 3º; e à jurisprudência do Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 93/2008, 585/2023, 2458/2021, 1.778/2015, todos do Plenário do TCU.

ACÓRDÃO Nº 1364/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.183/2025-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Luiz Cabral de Barros (077.636.203-82); Paulo Roberto Dantas de Sousa (098.206.204-49); Raimundo Diogo (098.034.244-91).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1365/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.206/2025-7 (APOSENTADORIA)

- 1.1. Interessadas: Maria Aparecida Lima Santos Pinheiro (242.334.204-72); Terezinha Lucena da Costa (323.967.244-87).
- 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1366/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.264/2025-7 (APOSENTADORIA)

- 1.1. Interessada: Solange Regina de Jesus (374.267.377-72).
- 1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1367/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.277/2025-1 (APOSENTADORIA)

- 1.1. Interessados: Gilson Santiago Lopes (029.590.625-15); Rita de Cassia Martinelli Torres Habibe (293.896.585-00).
- 1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1368/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista a aposentadoria da sra. Maria Lúcia Almeida Santos, ex-servidora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.219/2023-1ª Câmara, prolatado em 28/2/2023, esta Corte - a par de reconhecer o registro tácito do título concessório, nos termos do entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em regime de repercussão geral, no Recurso Extraordinário (RE) 636.553 - determinou a revisão de ofício do ato, em face da incorporação de “quintos/décimos”, pela inativa, em período posterior à edição da Lei 9.624/1998;

Considerando que, segundo informam os autos (peça 11, p. 161), a inativa integrava a Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal (Assejus) quando do ingresso da entidade, na condição de litisconsorte ativo, no Mandado de Segurança 2003.00.2.008895-7, interposto junto ao TJDF, sendo, assim, beneficiária da decisão judicial transitada em julgado, proferida naquele processo, autorizadora da incorporação extemporânea;

Considerando o entendimento fixado pelo STF no RE 638.115, no sentido de “reconhecer indevida a cessação imediata do pagamento dos quintos quando fundado em decisão judicial transitada em julgado”;

Considerando que este processo já cumpriu o objetivo para o qual foi constituído;

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público favoráveis ao arquivamento dos autos;

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, incisos II e V, e 169, incisos II e V, do Regimento Interno, em autorizar o arquivamento deste processo, dando ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

1. Processo TC-004.188/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Lúcia Almeida Santos (214.523.001-78).

1.2. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: Marlúcio Lustosa Bonfim (16619/OAB-DF) e outros, representando Maria Lúcia Almeida Santos.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1369/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 4º, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado - ressaltando a oportuna supressão, pela entidade de origem, da parcela impropriamente associada a decisão judicial (URP de fevereiro de 1989) incluída no cálculo inicial dos proventos -, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.873/2024-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Jose da Silva (210.384.144-15).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1370/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.884/2024-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Nean de Magalhaes Figueiredo (354.171.107-87); Regina Cardoso de Oliveira (468.791.297-49).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit No Estado do Rio de Janeiro - Dnit/mt.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1371/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.903/2024-5 (APOSENTADORIA)

- 1.1. Interessados: Jorge Alves Filho (274.244.567-68); Maria Gracinda Louvain da Silva Lima (423.633.147-00); Raimundo Ildevan de Oliveira (119.849.612-68); Sinesia Correa da Silva Alagoa (413.694.327-04); Teresinha Gomes de Lima (253.165.837-87).
- 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1372/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão emitido em favor da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.411/2025-0 (PENSÃO CIVIL)

- 1.1. Interessada: Laudimira Coelho de Souza (523.523.741-20).
- 1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1373/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do RITCU, c/c o art. 7º, § 3º, da Resolução TCU 353/2023, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo.

1. Processo TC-001.466/2025-9 (PENSÃO CIVIL)

- 1.1. Interessado: Gustavo Moraes Cardoso (063.743.681-42).
- 1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1374/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão emitidos em favor das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.505/2025-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Dilma Celia da Silva Nunes (441.066.967-20); Silvia Aparecida Moreno (361.004.479-91).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1375/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão em favor dos beneficiários a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.719/2024-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Clara Pereira (130.651.186-02); Daniel Pereira (108.283.916-70); Laura Pereira (108.283.556-06); Maria Aparecida Alves Ribeiro (456.171.396-49); Sueli Alves Pereira (355.981.826-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/mg.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1376/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.667/2023-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Lucas Lima Sampaio (046.470.242-96); Manoele Santiago Sampaio (040.084.192-41); Maria Luciana Santiago do Nascimento Sampaio (956.202.142-49); Mariana Santiago Sampaio (054.244.032-63); Vanderlei Lima Sampaio (991.621.642-87).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1377/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.040/2020-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria de Fatima do Nascimento Ferraz (775.231.724-15).

1.2. Órgão: Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1378/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto os atos de interesse da sra. Fátima Elisete Loureiro da Silva e das sras. Graciete Arruda Camara e Lúcia Maria da Silva Sales:

1. Processo TC-020.044/2024-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Aparecida Silva Ferreira (519.327.927-91); Elza Regina Grangeiro da Silva Castro (023.636.977-66); Fátima Elisete Loureiro da Silva (229.662.770-68); Graciete Arruda Camara (460.122.654-68); Lúcia Maria da Silva Sales (257.231.624-20).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha que convoque a sra. Fátima Elisete Loureiro da Silva para fazer a opção de que cuida o § 2º do art. 24 da Emenda Constitucional 103/2019 no prazo de trinta dias e, caso a interessada quede-se inerte, proceda à respectiva glosa;

1.7.2. dar ciência ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome de que a sra. Aparecida Silva Ferreira (519.327.927-91), que percebe pensão militar instituída pelo sr. Severino Prachedes Ferreira, está inserida no Cadastro Único para Programas Sociais;

1.7.3. determinar à AudPessoal que examine a legalidade da repartição das quotas da pensão instituída pelo militar Josenaldo Guedes Sales Furtado, à luz do disposto no art. 31 da Medida Provisória 2.215-10/2001.

ACÓRDÃO Nº 1379/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.061/2024-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Cláudia de Oliveira Pinto Carrera (406.071.517-49); Eliana Mello Pereira (174.592.575-91); Maria Auxiliadora Mello Catramby (341.514.605-78); Maria do Socorro Pereira Mello Miguel (130.925.885-68); Nelma Santos Corrêa (298.571.047-20); Sandra Regina de Oliveira Sabino (667.972.927-00); Sulamita Vitalino Lima Senise (026.047.884-97); Vera Lúcia Pereira Mello (152.262.985-87).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1380/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto aquele de interesse das sras. Maria Bernadete Oliveira dos Santos; Flávia Tatiana Silva Felinto, Gabrielle Loide Felinto e Sílvia da Silva Ker Felinto:

1. Processo TC-020.076/2024-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Lúcia dos Santos (816.371.287-20); Daniele Klein Santos (087.584.737-42); Ester Aury Carvalho da Silva (597.083.107-78); Flávia Tatiana Silva Felinto Freder (023.494.629-60); Gabrielle Loide Felinto (048.660.789-52); Helena Bezerra Santos (045.560.657-98); Maria Bernadete Oliveira dos Santos (042.770.797-84); Michelle dos Santos Klein (107.230.887-80); Nely Ribeiro dos Santos (989.790.947-87); Sílvia da Silva Ker Felinto (886.272.099-87).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha que adote as seguintes providências no prazo de quinze dias:

1.7.1.1. convoque a sra. Maria Bernadete Oliveira dos Santos para fins de aplicação do disposto no § 2º do art. 24 da Emenda Constitucional 103/2019;

1.7.1.2. cadastre no sistema e-Pessoal o ato de reforma do sr. José Severino Silva Filinto, haja vista a incongruência entre o fundamento utilizado para o desligamento do militar e sua idade, consoante informado no formulário de pensão e-Pessoal 13289/2023;

1.7.2. determinar à AudPessoal que examine o ato da pensão instituída pelo sr. José Severino Silva Filinto à luz das informações que vierem a constar do seu ato de reforma.

ACÓRDÃO Nº 1381/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.104/2024-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Afonsina Marques Pinho (526.341.913-91); Camilla Munich da Silva (016.553.816-36); Erika Rodrigues da Silva (001.392.666-74); Erlaine Rodrigues Estrela de Carvalho (040.899.746-07); Esmeralda Ferreira Trindade (000.712.466-06); Maria Eulália Freire de Macedo (218.174.298-76); Maria Helena Freire (159.559.568-67); Zenaide de Jesus Feitosa (732.436.206-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1382/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.129/2024-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Carla Eduarda Marques de Luna Oliveira (032.415.067-97); Raíssa Claudia Fernandes Ribeiro (913.620.327-00); Rosimeri Paulo (546.556.257-91); Valdemira Marques de Luna Oliveira (645.821.754-49).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1383/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto o ato de interesse das sras. Aspásia Brasileiro Alcantara de Camargo; e Elizabeth de Freitas Lopes e Vera Lúcia Freitas de Souza:

1. Processo TC-020.184/2024-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (435.412.677-04); Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo (383.590.147-87); Carmen Sílvia da Silva Martini (868.852.437-87); Elizabeth de Freitas Lopes (388.459.707-87); Haydée Espíndola Araújo (103.334.227-08); Patrícia Camargo da Silva (077.931.607-03); Thereza Cristina Ribeiro (224.813.701-04); Vera Lúcia Freitas de Souza (543.954.887-49).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à AudPessoal que:

1.7.1.1. verifique a legalidade da acumulação de proventos e de outras rendas pagas pelos cofres públicos por parte da sra. Aspásia Brasileiro Alcantara de Camargo;

1.7.1.2. verifique a legalidade da reversão da pensão militar instituída pelo sr. Waldemar da Silva Freitas às filhas maiores Elizabeth de Freitas Lopes e Vera Lúcia Freitas de Souza à luz do art. 5º da Lei 8.059/1990, uma vez que o instituidor passou a ostentar a condição de ex-combatente, ao se afastar das Forças Armadas em março de 1946, como se depreende do texto das Leis 2.579/1955 e 5.315/1967, que, entre outras, asseguraram benefício de natureza assistencial aos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, sendo eles de carreira ou não.

ACÓRDÃO Nº 1384/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.228/2024-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Derly Carvalho de Ornellas (012.326.897-42); Jorgely Ferreira Lima (645.176.247-49); Naeli Salek de David (375.867.857-91); Rita de Cássia Ferreira Lima (474.373.597-15); Sílvia Helena Benac (553.643.307-53); Vânia Alberto Carlos Cunha (842.007.237-00).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1385/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto o ato de pensão instituída pelo sr. Othoniel Fabelino de Souza em favor de suas filhas Elaine Andrea de Souza Dias, Eliana Noemi de Souza Kindler, Eliane Roseli de Souza Caballero, Élide Sueli Barbosa de Souza, Eliete Celi Barboza de Souza, Eliete Rodrigues de Souza, Elizabeth Leni de Souza Dias e Luciane Rodrigues de Souza Lima:

1. Processo TC-020.240/2024-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Elaine Andrea de Souza Dias (071.653.848-20); Eliana Noemi de Souza Kindler (196.459.748-01); Eliane Roseli de Souza Caballero (270.436.408-73); Élide Sueli Barbosa de Souza (075.774.468-07); Eliete Celi Barboza de Souza (026.357.338-99); Eliete Rodrigues de Souza (047.186.528-12); Elizabeth Leni de Souza Dias (748.292.898-72); Iraci Carlos de Moura Bagdanovicius (296.165.828-44); Luciane Rodrigues de Souza Lima (055.414.778-59); Maria Auxiliadora Ferreira Sampaio (830.262.821-20); Maria Regina Guimarães dos Santos (274.114.519-91); Maria Rosa Guimarães Calheiros de Mello (042.447.228-74); Marly Helena Hehl Forjaz (682.974.838-00); Therezinha de Jesus Vieira dos Santos (308.210.998-50).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército que convoque as sras. Élide Sueli Barbosa de Souza e Eliete Celi Barboza de Souza no prazo de quinze dias para fazerem a opção a que se refere o § 2º do art. 24 da Emenda Constitucional 103/2019, caso ainda não a tenham feito, haja vista que possuem aposentadorias junto ao Regime Geral de Previdência;

ACÓRDÃO Nº 1386/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto o ato de interesse das sras. Helodia Virgolino Correia e Maria Sônia Gomes da Rocha de Almeida (instituidor Edvaldo Silva de Almeida), que deve ser considerado inepto, nos termos do Regimento Interno, art. 260, § 6º:

1. Processo TC-020.256/2024-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Cinara Lima Caribe Pinho (553.501.431-15); Fátima dos Santos de Araújo Campos (003.115.847-13); Helodia Virgolino Correia (988.437.107-53); Márcia Martins Santos Caribé (416.892.751-20); Márcia Martins Santos Caribé (416.892.751-20); Maria Celeste da Costa Araújo (949.487.127-87); Maria Sônia Gomes da Rocha de Almeida (221.485.904-72); Rita de Cássia Lima Caribé Pinho (371.521.301-91).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha que adote as seguintes providências no prazo de quinze dias:

1.7.1.1. convoque a sra. Maria Celeste da Costa Araújo para fazer a opção a que se refere o § 2º do art. 24 da Emenda Constitucional 103/2019, haja vista que percebe proventos de aposentadoria pelo Instituto de Previdência dos Servidores de Nova Iguaçu;

1.7.1.2. cadastre novo formulário no sistema e-Pessoal relativo à pensão instituída pelo militar Edvaldo Silva de Almeida, com a correção do denominador das cotas ou a inclusão de todos os dependentes, uma vez que as cotas mencionadas no formulário e-Pessoal 101601/2022 abrangem apenas 50% da pensão instituída e informa não haver cota em reserva;

1.7.2. informar ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome que a sra. Márcia Martins Santos Caribé percebe pensão militar desde 23/12/2020;

1.7.3. informar ao Instituto de Previdência de Nova Iguaçu que a sra. Maria Celeste da Costa Araújo percebe pensão militar desde dezembro de 2020.

ACÓRDÃO Nº 1387/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em converter o presente julgamento em diligência:

1. Processo TC-021.591/2024-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Mara Sueli Heller Borges (313.073.889-49).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército que convoque a sra. Mara Sueli Heller Borges no prazo de quinze dias para fazer a opção a que se refere o § 2º do art. 24 da Emenda Constitucional 103/2019, uma vez que recebe aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social e informe a este Tribunal, no prazo de 60 dias, qual o benefício previdenciário percebido pela interessada será objeto da glosa constitucional;

1.7.2. informar ao Instituto Nacional do Seguro Social que a sra. Mara Sueli Heller Borges percebe pensão militar desde março de 2023.;

1.7.3. determinar à AudPessoal que reinstrua o processo após o atendimento do subitem 1.7.1 pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 1388/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto o ato de interesse do sr. Júlio Eduardo da Silva Menezes:

1. Processo TC-022.370/2024-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Carlos de Souza Vidal (065.843.737-20); Júlio Eduardo da Silva Menezes (261.576.676-72); Rômulo dos Santos (120.979.428-49); Valcir Inacio Leal (265.573.807-10).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à AudPessoal que verifique a legalidade da transferência do militar Júlio Eduardo da Silva Menezes aos 36 anos de idade e, caso tenha por irregular tal situação, promova diligência junto ao Comando da Aeronáutica.

ACÓRDÃO Nº 1389/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.331/2024-5 (REFORMA)

1.1. Interessado: Marcus Vinicius Bergo Coelho (261.961.586-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1390/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.351/2024-6 (REFORMA)

1.1. Interessado: Marcos de Oliveira Santos (298.762.494-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1391/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.382/2024-9 (REFORMA)

1.1. Interessado: Antônio Roberto Peixoto de Vasconcelos (358.264.014-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1392/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.401/2024-3 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Eraldo Osorio Simoes (289.649.691-20).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - Comando da Marinha.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1393/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.406/2024-5 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Claudemiro Guerreiro de Almeida (257.797.705-06).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - Comando da Marinha.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1394/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.448/2024-0 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Paulo Ricardo da Silva Carvalho (416.962.129-87).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1395/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.512/2024-0 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Luiz Soterio Leal (535.176.106-82).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1396/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.665/2024-0 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Sergio Ribamar Pinheiro (081.156.052-04).
- 1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1397/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.718/2024-7 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Carlos Augusto Fernandes (060.262.098-83).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1398/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.794/2024-5 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Salatiel da Silva Castro (186.641.482-87).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - Comando da Marinha.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1399/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.838/2024-2 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Gilson Moraes Miranda (005.274.788-30).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1400/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.885/2024-0 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: José Roberto Carneiro (044.076.848-95).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
 - 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1401/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.102/2024-0 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Joel Martins da Silva Filho (725.405.167-34).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
 - 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1402/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.128/2024-9 (REFORMA)
 - 1.1. Interessado: Francisco Chagas de Araujo Filho (738.772.127-00).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
 - 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1403/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.140/2024-9 (REFORMA)

- 1.1. Interessado: Ivan Camarao Telles Ribeiro (027.838.648-27).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1404/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.342/2024-0 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Miguel Angelo de Siqueira (788.317.097-04).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1405/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial ante o reconhecimento da prescrição, nos termos dos pareceres uniformes constantes das peças 167-170, com fundamento nos arts. 1º e 11 da Resolução TCU 344/2022, dando-se ciência desta deliberação aos responsáveis.

1. Processo TC-028.647/2024-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
- 1.1. Responsáveis: Empresa Estadual de Turismo - Amazonastur (05.662.046/0001-90); Oreni Campelo Braga da Silva (275.446.302-00).
- 1.2. Órgão/Entidade: Empresa Estadual de Turismo - Amazonastur.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1406/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea “a”, e 169, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, quanto ao processo a seguir relacionado, em julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Rodrigo Drable Costa, dando-lhe quitação; em dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal e ao responsável; e em arquivar o presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.993/2023-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
- 1.1. Responsável: Rodrigo Drable Costa (054.760.097-60).
- 1.2. Entidades: Caixa Econômica Federal e Município de Barra Mansa/RJ.
- 1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1407/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 169, inciso VI, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerar seu exame prejudicado, e determinar o arquivamento dos autos, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.593/2024-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Autoridade Portuária de Santos S.A.

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência desta deliberação, acompanhada dos pareceres que a fundamentam, à Autoridade Portuária de Santos S.A.(APS) e à Controladoria-Geral da União (CGU).

ACÓRDÃO Nº 1408/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 169, inciso V, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante e ao órgão jurisdicionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.381/2023-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 010.246/2024-0 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Claro dos Poções - MG.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica (AudUrbana).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1409/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.144/2025-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Germinia Maria Boeing (079.567.972-68); Jorge Alves Coelho (571.405.377-04); Maria Zelia da Silva Moraes (005.356.643-20); Rita Pinto Rodrigues Freitas (394.848.074-53); Sebastiao Teixeira da Rocha (025.938.312-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1410/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-001.152/2025-4 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessado: Clivaneide Garcia da Rocha (123.482.364-00).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
 - 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1411/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.164/2025-2 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessados: Dalmo Britto Seixas (038.315.234-87); Zilson Sa Martins (049.422.213-15).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
 - 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1412/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.177/2025-7 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessados: Adalberto Conceição Pereira (126.932.941-34); Ademir Paixão da Silva (113.216.012-04); Ana Lucia da Costa (670.430.467-34).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.
 - 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1413/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-001.205/2025-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Sonia Maria Barbosa de Paiva (720.495.704-06).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1414/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-001.222/2025-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Cláudia Nunes de Vasconcelos (366.722.381-15).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1415/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.240/2025-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ester Lia Teruszkin Prestes (430.035.160-00); Etelvina Analia Brito Berger (653.310.107-25); Maria Dias Spolladore (436.971.781-72); Maria Lucinda de Castro Barbosa Morais (170.268.061-49); Maria Salete Scherer (290.197.459-72).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1416/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.254/2025-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisca Vieira de Sousa (109.921.203-06); Jorge Pereira de Oliveira (025.934.592-04); Maria Lucia Roseno Freire (179.780.764-15); Raimundo Rodrigues de Sousa (071.441.993-15).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1417/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.265/2025-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edineia Marcos da Silva (175.970.727-91); Sirlene Maria Cordeiro (115.781.492-15).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1418/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-001.286/2025-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Harlindis Teresa Hardman Vianna (744.687.407-44).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1419/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.332/2025-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adelina Lessa da Fonseca (027.432.569-15); Leonardo Rodrigues da Silva (058.551.879-34); Maria Neide da Silva (201.297.429-53); Olena Marczuk (111.968.749-72); Osvaldo Jose Kopytowski (056.587.059-91).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1420/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-001.350/2025-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Gilsa Helena Gomes Freitas (351.657.746-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1421/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara;

Considerando tratar-se de aposentadoria fundamentada no art. 20 da Emenda Constitucional 103/2019;

Considerando que, consoante o referido dispositivo, o servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição Federal fará jus à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, a ser reajustada pela regra da paridade;

Considerando que, no caso, o servidor se enquadra na sobredita hipótese, contudo, teve seus proventos de aposentadoria calculados pela média das remunerações contributivas, a ser reajustada pelas regras estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social, em desacordo com o regramento de regência;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 10.003/2024-Primeira Câmara, 10.376/2024-Primeira Câmara, 10.422/2024-Primeira Câmara, 45/2025-Primeira Câmara, 399/2025-Primeira Câmara, 954/2025-Primeira Câmara e 675/2025-Segunda Câmara;

Considerando que os valores indevidos foram recebidos de boa-fé, o que dispensa sua devolução, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

Considerando os pareceres convergentes da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do Ministério Público junto a este Tribunal (MPTCU); e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39 e 45, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260 e 262, do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal o ato examinado, negando-lhe o registro, sem prejuízo de dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-026.740/2024-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Eliana Maria Cesar (244.294.901-63).

1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao órgão/entidade de origem que:

1.7.1. no prazo de quinze dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, a ser submetido à apreciação do TCU por meio do Sistema e-Pessoal;

1.7.2. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;

1.8 remeter cópia deste acórdão, da instrução da unidade especializada e do parecer do MPTCU ao órgão/entidade de origem.

ACÓRDÃO Nº 1422/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, com a ressalva de que não subsiste mais a inconsistência cadastrada no ato.

1. Processo TC-026.757/2024-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Elisa Rodrigues da Silva (141.948.214-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1423/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-026.838/2024-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Custódio Pinto Rabelo Neto (355.012.517-87); Marisa dos Santos Ribeiro (283.826.337-49); Selma de Oliveira Quintanilha (799.415.597-91); Sonia Regina Fernandes (572.213.087-72); Tereza Cristina de Souza Chedid (281.773.397-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1424/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-026.968/2024-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Leila Maria Brum (509.351.197-87); Salvador Batista de Matos (153.338.921-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1425/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-027.017/2024-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Olivia Moreira Alves (765.919.567-00); Roberto Fernandes de Souza (254.173.987-72).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1426/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-001.427/2025-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Tanea Mara Campos Dantas (583.534.886-04).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1427/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.459/2025-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria Vicente de Abreu (455.369.291-00); Mary Rose de Souza Machado (067.656.701-06).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1428/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-001.472/2025-9 (PENSÃO CIVIL)

- 1.1. Interessado: Valeria Piovesan Marcon (420.242.269-49).
- 1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
- 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1429/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-027.191/2024-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alice Gallez de Oliveira Peixoto (111.702.217-00); Leandro Mendes Mascarenhas (109.879.117-75); Margarete Peres Miranda de Oliveira (363.261.947-68); Maria do Carmo Mendes Mascarenhas (192.038.537-15); Vinicius Mendes Mascarenhas (109.879.097-97).

- 1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
- 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1430/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelaram irregularidade relativa à elevação do grau hierárquico dos proventos por incapacidade definitiva do militar em desacordo com a legislação de regência;

Considerando que as hipóteses de concessão de proventos com base no grau hierárquico imediatamente superior por incapacidade definitiva encontram-se disciplinadas no art. 110 da Lei 6.880/1980;

Considerando que, nos termos do art. 110 da Lei 6.880/1980, a concessão de proventos correspondentes ao grau hierárquico superior por incapacidade definitiva restringe-se a militares da ativa ou da reserva remunerada, não alcançando militares que sejam considerados incapazes quando já reformados;

Considerando a impossibilidade de nova elevação de posto a militar já contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, com fundamento no art. 50, inciso II, da Lei 6.880/1980, por contar mais de 30 anos de serviço;

Considerando que esse entendimento está em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 966.142/RJ e 1.340.075/CE;

Considerando que o ato contempla elevação de grau hierárquico por incapacidade definitiva a militar que já estava reformado e/ou que já havia sido contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, em desacordo com a legislação de regência (Acórdãos 2.225/2019-TCU-Plenário, 5.411/2021-TCU-Primeira Câmara e 7.403/2021-TCU-Segunda Câmara, dentre outros);

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal - AudPessoal e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39 e 40 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato apreciado, com negativa de registro, e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-027.224/2024-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Carla Elizama Coelho de Oliveira Barbosa (083.646.527-02).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

a) dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

b) determinar à unidade jurisdicionada que:

b.1) no prazo de quinze dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, e emita novo ato, livre da irregularidade apontada, a ser submetido à apreciação do TCU;

b.2) no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;

c) dar ciência deste acórdão, acompanhado da instrução da unidade de auditoria especializada e do parecer do Ministério Público, à unidade jurisdicionada.

ACÓRDÃO Nº 1431/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, com a ressalva de que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-027.411/2024-9 (REFORMA)

1.1. Interessado: Edimilson Simplicio da Silva (308.361.821-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1432/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, com a ressalva de que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-027.737/2024-1 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Ismar Marcel Claudino (065.676.928-98).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1433/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, com a ressalva de que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-027.756/2024-6 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Francisco Carlos Nascimento (073.163.038-67).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1434/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, com a ressalva de que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-027.769/2024-0 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Manoel Nazareno Mendes de Souza (148.089.512-15).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1435/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, com a ressalva de que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-027.787/2024-9 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Robson da Paz Bentes (813.628.037-15).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - Comando da Marinha.
- 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1436/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, com a ressalva de que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-027.878/2024-4 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Jorge Luiz da Silva (045.008.258-00).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1437/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, com a ressalva de que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-027.959/2024-4 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Antonio da Silva Braga (163.046.913-00).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1438/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação ao Instituto Civitas - Cidadania e Políticas Públicas (05.948.089/0001-36), ante o recolhimento integral do débito solidário imputado, e da multa que lhe foi aplicada, por meio dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2422/2021-1ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.818/2018-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
- 1.1. Apensos: 028.326/2014-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Instituto Civitas - Cidadania e Políticas Públicas (05.948.089/0001-36); Maria Pereira da Silva Xavier (306.431.713-04).

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Piauí.

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.7. Representação legal: Juarez Chaves de Azevedo Júnior (8699/OAB-PI), representando Instituto Civitas - Cidadania e Políticas Públicas; e Gustavo Gonçalves Leitão (12591/OAB-PI), representando Maria Pereira da Silva Xavier.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1439/2025 - TCU - 1ª Câmara

Considerando tratar-se de representação sobre possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 24000716/2024, sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Superintendência Estadual de Operações no Paraná, cujo objeto é a prestação do serviço de gerenciamento informatizado da manutenção de veículos automotivos dos Correios;

Considerando estarem presentes todos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

Considerando que a representante alegou possível restrição à competitividade, decorrente de condição do edital que estabelece vedação à elaboração de propostas com taxa de administração negativa (item 1.1, peça 5, p. 1-2);

Considerando que, em sede de impugnação, a unidade jurisdicionada avaliou que essa mesma condição contraria a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 1469/2022 e 321/202, ambos do Plenário, e determinou a republicação o edital, de modo que a nova versão não contenha vedação, em caráter absoluto, às propostas com taxa de administração negativa;

Considerando que, embora procedente a alegação da representante, resta prejudicada a adoção da medida cautelar, por perda de objeto.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso III, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU e no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2006, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer a representação e considerá-la procedente; indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante, por perda de objeto; encaminhar cópia deste acórdão e da instrução (peça 27) à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Superintendência Estadual de Operações no Paraná/ECT e ao representante; e arquivar o processo.

1. Processo TC-000.067/2025-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Unidade Jurisdicionada: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - Ect - Superintendência Estadual de Operações No Paraná.

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Caio Oliveira Silva (443902/OAB-SP), representando Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1440/2025 - TCU - 1ª Câmara

Considerando tratar-se de representação a respeito de possíveis irregularidades no Chamamento Público 93001/2024, sob a responsabilidade da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), cujo objeto é o credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de disponibilização de créditos em cartões eletrônicos;

Considerando estarem presentes todos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

Considerando que a representante, em suma, arguiu suposta restrição injustificada à participação de empresas organizadas sob a forma de arranjo de pagamento aberto no processo de credenciamento;

Considerando que a unidade instrutora, em detida análise do contexto normativo aplicável ao caso, constatou que, embora a Lei 6.321/1976 (alterada pela Lei 14.442/2022), no seu art. 1º-A, admita a operacionalização dos serviços de pagamentos de alimentação contratados para execução do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) por intermédio de arranjos abertos ou fechados, a interoperabilidade e a portabilidade não foram completamente regulamentadas;

Considerando que os motivos para impedir o credenciamento de entidades que operam com o arranjo de pagamento aberto constam expressamente do Termo de Referência e que não foram detectadas irregularidades na adoção desse expediente;

Considerando que não foram caracterizados os pressupostos para concessão de medida cautelar, nos termos da análise empreendida na peça 23, que concluiu pela improcedência das alegações;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso III, 169, incisos III e IV, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU e no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer a representação e considerá-la improcedente; indeferir o pedido de cautelar formulado pelo representante; encaminhar cópia deste acórdão e da instrução (peça 23) à Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) e ao representante; e arquivar o processo.

1. Processo TC-000.348/2025-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Unidade Jurisdicionada: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP.

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Instrutora: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Andreotte Norbim Lanes (10420/OAB-ES) e Flavia Rodrigues do Nascimento (37594/OAB-ES), representando Le Card Administradora de Cartões Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1441/2025 - TCU - 1ª Câmara

Considerando tratar-se de representação, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 91017/2024, promovido pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, com vistas a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de nutrição e alimentação hospitalar, nas dependências do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CH-UFRJ).

Considerando estarem presentes todos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

Considerando que a representante alega, em suma, irregularidades na condução do certame, que culminaram em sua desclassificação de forma indevida, bem como avalia como desproporcionais e irrelevantes as exigências de qualificação técnico-operacional constantes do edital;

Considerando que, embora relatado em ata, o impedimento de licitar e contratar registrado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), em desfavor da representante e de efeito restrito à entidade sancionadora, bem como a situação no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) não foram expressamente indicados como motivo determinante para a exclusão da representante do certame;

Considerando que os requisitos de avaliação de atestados de capacidade técnica, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto a ser contratado, estão alinhados com a jurisprudência do Tribunal, conforme o Acórdão 18144/2021 da Segunda Câmara e o Acórdão 361/2017 do Plenário;

Considerando que não restaram caracterizados os pressupostos para concessão de medida cautelar, nos termos da análise empreendida na peça 10, que concluiu pela inexistência de plausabilidade jurídica das alegações;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso III, 169, incisos III e IV, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU e no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2006, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer a representação e considerá-la improcedente; indeferir o pedido de cautelar formulado pelo representante; encaminhar cópia deste acórdão e da instrução (peça 10) à unidade jurisdicionada e ao representante; e arquivar o processo.

1. Processo TC-000.659/2025-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Unidade Jurisdicionada: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Daniela Santoro Amin Ribeiro, representando Savvy Servicos Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1442/2025 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a representação versa sobre possíveis irregularidades no pregão eletrônico realizado sobre sistema de registro de preços nº 7/2023, conduzido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará (Seduc-PA), cujo objeto é a contratação de serviços de manipulação, higienização, preparo e distribuição de alimentação balanceada aos estudantes regularmente matriculados na rede estadual de ensino;

Considerando que órgão condutor do certame é entidade vinculada ao Estado do Pará;

Considerando que o futuro contrato não será custeado com recursos de origem federal;

Considerando a competência do Tribunal de Contas do Estado do Pará para atuar em suas unidades jurisdicionadas;

Considerando restar prejudicada a comprovação de todos os requisitos de admissibilidade constantes do art. 235 do Regimento Interno/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 105, da Resolução TCU 259/2014 nos arts. 143, inciso V, alínea “a”; 235 e 237 do Regimento Interno do TCU e no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em não conhecer a representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes, em remeter cópia desta deliberação e da instrução (peça 44) ao representante e à Secretaria de Educação do Estado do Pará; em encaminhar cópia dos autos ao Tribunal de Contas do Estado do Pará; e arquivar os autos.

1. Processo TC-025.956/2024-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Educação do Estado do Pará (Seduc-PA).

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Daniel Bogo (74229/OAB-PR) e Israel Bogo (40917/OAB-PR), representando Costa Oeste Servicos de Limpeza - Eireli.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1443/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Joao Alfredo de Faria Conde Perez.

1. Processo TC-001.142/2025-9 (APOSENTADORIA)

- 1.1. Interessado: Joao Alfredo de Faria Conde Perez (508.348.867-15).
- 1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
- 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1444/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Marivania de Azevedo Rego.

1. Processo TC-001.178/2025-3 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessada: Marivania de Azevedo Rego (167.419.271-15).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Hospital das Forças Armadas.
 - 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1445/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-026.851/2024-5 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessados: Katia Gomes Soares (309.834.791-00); Roberto Rangel Borges (116.147.221-53).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica.
 - 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1446/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-026.862/2024-7 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessados: Marco Aurelio Monteiro de Barros Fonseca (099.783.647-49); Rute Gama Rodrigues (509.229.397-72); Sandra Maria Leal Oliveira (848.243.877-87); Sebastiao Inacio de Franca (349.578.047-53); Sebastiao Rodrigues (235.255.687-20).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
 - 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1447/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-026.897/2024-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Estelito Vilhena (021.152.042-04); Joaquim Felix Filho (019.588.953-34); Maria de Nazare Carneiro de Souza (019.531.332-15); Raimundo Correa Brito (021.427.162-53); Vanilce Carvalho de Oliveira (021.363.682-49).

- 1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
- 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1448/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria as interessadas a seguir relacionadas.

1. Processo TC-026.964/2024-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Elizenda Borba de Gusmao (415.115.904-59); Gerlania de Oliveira Henriques (395.461.014-00).

- 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
- 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1449/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a Joselia Maria Berno Campos.

1. Processo TC-001.420/2025-9 (PENSÃO CIVIL)

- 1.1. Interessada: Joselia Maria Berno Campos (650.664.566-00).
- 1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.
- 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1450/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil as interessadas a seguir relacionadas.

1. Processo TC-001.452/2025-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Dinalva Chaves de Matos Souza (401.025.211-15); Jacyra Batista de Oliveira (800.962.711-91).

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1451/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil as interessadas a seguir relacionadas.

1. Processo TC-027.176/2024-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Luzia Jacinto Gomes (406.661.404-30); Maria Geraldina Augusta da Cunha Leite (961.853.767-68); Maria Roselhe Silva Martins Montenegro (608.664.707-00); Miralda dos Reis Bianco (262.162.997-00); Neusa da Costa Velasque (548.813.827-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1452/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma a Mario Luiz Lago Maciel, ressaltando que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-027.862/2024-0 (REFORMA)

1.1. Interessado: Mario Luiz Lago Maciel (032.853.118-94).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1453/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar

legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma a Claudio Chamareli de Almeida, ressalvando que o percentual pago a título de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor.

1. Processo TC-027.980/2024-3 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Claudio Chamareli de Almeida (219.391.952-68).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1454/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-028.419/2024-3 (REFORMA)
- 1.1. Interessados: Evandro Cesar Fernandes Praca (427.095.987-87); Marlon Fortes Calheiros (134.681.017-67); Raimundo Pereira Junior (069.943.224-32); Sebastiao das Neves Moraes (278.136.737-00); Williams Antonio da Silva (043.325.904-30).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1455/2025 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq contra Leandro Augusto Zago, em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados por meio do Termo de Aceitação de Indicação de Bolsista Doutorado no País (GD) - Processo CNPq 142302/2017-1, cujo prazo encerrou-se em 30/9/2021.

Considerando que, notificado, o responsável apresentou alegações de defesa e efetuou o pagamento do valor integral do débito atualizado monetariamente, nos termos do § 2º do art. 12 da Lei 8.443/1992, conforme comprovante à peça 17;

considerando que, conforme apurado pela AudTCE, as alegações de defesa apresentadas são suficientes para sanar as irregularidades imputadas e para demonstrar a boa-fé do responsável;

considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal, pela regularidade com ressalva das contas, uma vez que o responsável não deu ciência, durante a vigência da bolsa, dos obstáculos que o impediam de concluir o doutorado;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, em:

- a) acolher as alegações de defesa apresentadas;
 - b) julgar regulares com ressalva as contas de Leandro Augusto Zago e dar-lhe quitação;
 - c) informar o conteúdo desta deliberação ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e ao responsável.
1. Processo TC-007.412/2024-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

- 1.1. Responsável: Leandro Augusto Zago (351.294.878-26).
- 1.2. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
- 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1456/2025 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em desfavor de Isaac Cavalcante de Carvalho, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Fundo Nacional de Assistência Social.

Considerando que a Resolução TCU 344/2022 regulamenta a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento no âmbito do Tribunal de Contas da União.

Considerando que, nos termos do art. 8º do mencionado normativo, a unidade técnica concluiu que ocorreu prescrição intercorrente uma vez que houve o transcurso de prazo superior a 3 (três) anos entre a nota técnica 1827 (peça 4), em 18/8/2015 e a nota técnica 126/2022 (peça 16), em 9/2/2022, evidenciando a ocorrência da prescrição intercorrente.

Considerando, no entanto, que, de acordo com o entendimento fixado no Acórdão 534/2023-TCU-Plenário, o marco inicial da fluidez da prescrição intercorrente se inicia somente a partir da ocorrência do primeiro marco interruptivo da prescrição ordinária, sendo suficiente para a caracterização, no caso concreto, do apenas do primeiro interstício supramencionado.

considerando os pareceres uniformes da Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP/TCU);

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea “a”, 169, inciso III, do RI/TCU; e nos arts. 1º, 2º, 5º, 8º e 11 da Resolução TCU 344/2022, c/c o art. 1º da Lei 9.873/1999, em reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, arquivar o processo e informar o conteúdo desta deliberação aos responsáveis.

1. Processo TC-022.308/2024-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

- 1.1. Responsável: Isaac Cavalcante de Carvalho (520.592.005-04).
- 1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate À Fome.
- 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1457/2025 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em razão de irregularidades na execução do subconvênio Sert/Sine 183/2004, celebrado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e a Catalisa - Rede de Cooperação para Sustentabilidade, com a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassados ao estado de São Paulo por meio do Convênio MTE/Sefor/Codefat 48/2004-Sert/SP, que tinha por objeto a cooperação técnica e financeira mútua para a execução das atividades inerentes à qualificação profissional, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

Considerando a comprovação do pagamento da multa que lhe foi cominada, consoante comprovante de pagamento (peça 186), e pela pesquisa realizada junto ao Sistema SISGRU (204);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação aos responsáveis da Catalisa - Rede de Cooperação para Sustentabilidade (05.667.115/0001-58) e Eduardo Coutinho de Paula (116.800.618-01), ante o recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo subitem item 9.1.1 do Acórdão 10112/2018 - TCU - 1ª Câmara, e arquivar os presentes autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.984/2016-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: 022.077/2024-3 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Carmelo Zitto Neto (620.467.488-91); Catalisa -rede de Cooperacao Para Sustentabilidade. (05.667.115/0001-58); Eduardo Coutinho de Paula (116.800.618-01); Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (017.692.008-00); Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho/sp (46.385.100/0001-84).

1.3. Órgão/Entidade: Gabinete do Ministro - Mte (extinto).

1.4. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.7. Representação legal: Mariana Storniolo Chioramital (336523/OAB-SP) e Louise Cristini Batista Rodrigues (229495/OAB-SP), representando Catalisa -rede de Cooperacao Para Sustentabilidade.; Renata de Oliveira Ribeiro Candido Gomes, Marcelo Machado de Luca de Oliveira Ribeiro e outros, representando Francisco Prado de Oliveira Ribeiro; Mario Marcio de Andrade Ferreira (346759/OAB-SP), Adelia Hemmi da Silva (184904/OAB-SP) e outros, representando Carmelo Zitto Neto.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1458/2025 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (mandatária no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA), em desfavor de Thiago Levy Araujo Pimenta e Joao Paulo Batista de Souza, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Termo de Compromisso de registro Siafi 791678 firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Município de Angelândia - MG, que teve por objeto a “Construção do Mercado Municipal”

considerando que a irregularidade apurada se referiu à ausência de comprovação da área onde foi construído o mercado municipal de Angelândia Mg tendo em vista que o município não apresentou certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis da área onde ocorreu a construção do termo de compromisso 1009218-71,

considerando que a petição que os proprietários do terreno doaram a referida área ao município, por meio de escritura pública, continha incorreções que inviabilizariam o registro na matrícula do imóvel, e, por isso, a municipalidade optou por regularizar a situação do imóvel por meio da ação de usucapião;

considerando que na petição inicial da ação de usucapião consta que o ente federativo já ocupa a posse mansa e pacífica do local onde foi construído o Mercado Municipal por cerca de 30 anos, onde funcionava a feira livre municipal;

considerando que o Relatório de Acompanhamento de Engenharia - RAE, de 27/11/2017, e o Parecer Circunstanciado 157/2023 atestaram a execução de 100% da obra com o atingimento dos objetivos previstos no Plano de Trabalho e o benefício social esperado, o que é comprovado por imagens recentes;

considerando que do ponto de vista da execução física e financeira do ajuste nenhuma outra irregularidade foi apontada pela Caixa Econômica Federal, que aprovou as 3 prestações de contas parciais;

considerando que a irregularidade fundada tão somente na ausência de prova da plena titularidade da área onde foi edificado o Mercado Municipal, quando houve efetiva atestação da consecução dos objetivos almejados no Termo de Compromisso, não é suficiente para caracterização de débito, nos termos de várias deliberações deste tribunal (Acórdão 5150/2024 - 2ª Câmara, Rel. Min. Augusto Nardes, Acórdão 3436/2024 - 2ª Câmara, Rel. Min. Vital do Rêgo e Acórdão 3734/2024 - 1ª Câmara, Rel. Min. Weder de Oliveira)

considerando a anuência integral do Ministério Público junto ao TCU (MPTCU) quanto ao encaminhamento da unidade instrutiva;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 143, V, “a” e 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 5º, caput, da IN/TCU 98/2024 em

9.1. arquivar o presente processo, em razão de ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, e

9.2. dar conhecimento do acórdão proferido à Caixa Econômica Federal, ao Município de Angelândia/MG, ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e aos responsáveis.

1. Processo TC-026.608/2024-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Joao Paulo Batista de Souza (298.070.608-69); Thiago Levy Araujo Pimenta (067.961.526-11).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Angelândia - MG.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1459/2025 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de representação ao Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhada pelo Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria da República em Mato Grosso (PR-MT), acerca de supostas irregularidades no Convênio 15/2023, celebrado entre o Município de Rondonópolis - MT e a Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Rondonópolis - MT.

Considerando que a representação preenche apenas parcialmente os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU;

Considerando que a competência para fiscalização dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) é concorrente entre o Tribunal de Contas da União e os tribunais de contas estaduais e municipais, conforme precedentes desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 1.786/2022-TCU-Plenário e 516/2015-TCU-2ª Câmara;

Considerando que a competência primária para fiscalização dos recursos federais destinados à saúde é do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), nos termos dos Acórdãos 516/2015-TCU-2ª Câmara e 1.842/2017-TCU-1ª Câmara;

Considerando que a representação trata de irregularidades no Fundo Municipal de Saúde de Rondonópolis - MT, sem indício específico de irregularidade na execução do Convênio 15/2023, sendo classificado o risco como baixo, nos termos do art. 106, §2º, inc. II, da Resolução - TCU 259/2014;

Considerando que a PR-MT já encaminhou o assunto da representação aos órgãos e entidades cuja atuação se mostra mais coerente e relevante, a saber, o próprio Município de Rondonópolis - MT, o Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Rondonópolis - MT, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) e o Denasus;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, de acordo com o parecer do parquet de contas e com fundamento nos arts. 103, §2º, inciso I, c/c §3º, art. 105, e arts. 106, §3º e §4º, inciso II, e §7º, inciso I (por analogia), da Resolução - TCU 259/2014 e no art. 169, inc. V, do Regimento Interno do TCU, em:

a) não conhecer da presente representação, por não se afigurar a necessidade de atuação direta do Tribunal de Contas da União;

b) encaminhar cópia da presente deliberação ao ora representante para conhecimento; e

c) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-019.636/2024-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Unidade: Município de Rondonópolis/MT.

1.2. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

- 1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde).
- 1.5. Representação legal: não há.
- 1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1460/2025 - TCU - 1ª Câmara

Cuidam os autos de representação, com pedido de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Concorrência 14337/2024, sob a responsabilidade da Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado de São Paulo (Senac/SP), cujo objeto é o fornecimento de equipamentos, maquinários e materiais, com mão de obra para reforma da automação, incluindo instalação e montagem de sistemas de cabeamento estruturado, controle de acesso, detecção e alarme de incêndio, supervisão e controle de utilidades, circuito fechado de TV e sonorização, na unidade de Santo Amaro - CAS.

Considerando que a presente representação atende aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

Considerando que, em análise de mérito, não restaram configuradas as alegações de irregularidade relativas à aceitação de atestado de capacidade técnica e à suposta inexecutabilidade dos preços, reputando-se improcedentes as insurgências nesse sentido;

Considerando que se identificou falha na metodologia de pesquisa de preços, restrita a cotações diretas com fornecedores e com número insuficiente de propostas, em desacordo com a jurisprudência desta Corte (Acórdãos 3.280/2011, 3.224/2020 e 2.401/2022, todos exarados pelo Plenário), ensejando ciência à Administração Regional do Senac/SP;

Considerando que não se encontram presentes, de forma concomitante, os requisitos para a adoção de medida cautelar (ausência de plausibilidade jurídica quanto às principais alegações e presença de perigo da demora reverso);

Considerando as razões expostas na instrução final da unidade técnica (peças 78-80);

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, na forma do art. 143, inciso V, alínea “a”, do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em:

- a) conhecer da representação e, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
- b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar, ante a ausência dos pressupostos necessários para sua adoção;
- c) dar ciência à Administração Regional do Senac no Estado de São Paulo, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, acerca da impropriedade detectada na pesquisa de preços que embasou o certame, porquanto restrita a cotações diretas com fornecedores e com apenas duas respostas, sem a utilização de outras fontes de referência, em desacordo com a jurisprudência do Tribunal (Acórdãos 3.224/2020-TCU-Plenário, 2.401/2022-TCU-Plenário e 3.280/2011-TCU-Plenário);
- d) informar à Administração Regional do Senac no Estado de São Paulo e ao representante quanto ao teor desta deliberação; e
- e) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-028.917/2024-3 (REPRESENTAÇÃO)

- 1.1. Interessado: Administração Regional do Senac No Estado de São Paulo (03.709.814/0001-98).
- 1.2. Órgão/Entidade: Administração Regional do Senac No Estado de São Paulo.
- 1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
- 1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
- 1.6. Representação legal: Lucas Rodrigues de Castro (48010/OAB-BA) e Gabriela Duque Poggi de Carvalho (23985/OAB-PE), representando Arago Engenharia e Comercio Ltda; Walter Rogério Sanches Pinto (113821/OAB-SP), Luciana de Oliveira Nascimento (161839/OAB-SP) e outros, representando Administração Regional do Senac No Estado de São Paulo.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1461/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos (peça 3), com a ressalva de que não foram identificados nos contracheques dos últimos dois meses rubricas referentes à decisão judicial informada no ato, nos termos do art. 260, § 4º do RI/TCU, c/c art. 7º, § 1º, da Resolução TCU 353/2023.

1. Processo TC-001.113/2025-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Osilene Pinto de Melo (138.392.172-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que continue abstendo-se de efetuar pagamentos das rubricas referentes à decisão judicial informada no ato.

ACÓRDÃO Nº 1462/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos (peça 3).

1. Processo TC-001.139/2025-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antônio Manoel de Andrade (029.538.704-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1463/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos (peça 3).

1. Processo TC-001.215/2025-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rita de Cássia Soares de Araújo (308.435.104-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1464/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos (peça 3).

1. Processo TC-001.253/2025-5 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessada: Ana Lúcia Clemente Rocha (801.876.927-34).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1465/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos (peças 3 e 4).

1. Processo TC-001.291/2025-4 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessados: Darlan Carneiro de Oliveira (192.913.452-53); Fernando Santos Chrisóstomo (169.546.453-20).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1466/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos (peça 3).

1. Processo TC-001.342/2025-8 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessado: José Manoel Machado (622.957.727-53).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1467/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade,

em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos (peças 24 a 26), com a ressalva de que a rubrica de vencimento básico complementar do artigo 15 da Lei 11.091/2005 foi excluída dos proventos da inativa Ieda Edite Lanzarini Lopes.

1. Processo TC-011.959/2024-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ieda Edite Lanzarini Lopes (688.018.828-15); Luiz Cavalcanti de Albuquerque Neto (172.638.404-72); Regina Helena Petroni Mennin (041.198.048-36).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1468/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pela Fundação Universidade de Brasília;

Considerando as propostas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da inclusão irregular, nos proventos, de parcela relativa a plano econômico, URP de 26,05%;

Considerando que as análises realizadas nos autos apontam inclusão irregular, nos proventos, de parcela relativa a plano econômico, URP de 26,05%, que já deveria ter sido absorvida pelas reestruturações posteriores na estrutura remuneratória dos servidores públicos federais;

Considerando que as vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente (verbete de súmula/TCU 276);

Considerando que os pagamentos de percentual de planos econômicos não se incorporam indefinidamente aos vencimentos, dado que têm natureza de antecipação salarial, sendo devidos somente até a reposição das perdas salariais ocorridas até então, o que se daria na primeira data-base seguinte àquela que serviu de referência ao julgado (acórdãos 1614/2019-Plenário e 12559/2020-2ª Câmara);

Considerando, no entanto, que a unidade de origem anexou mandado de segurança 28.819, em que o sindicato da categoria obteve decisão judicial favorável aos seus filiados no sentido de manter os percentuais alusivos ao Plano Verão (URP de 26,05%), o que impede o imediato saneamento pelo jurisdicionado, preservando-se os efeitos do ato em exame até a cessação da circunstância impeditiva;

Considerando que a medida liminar deferida pelo STF assegurou aos servidores substituídos, até o julgamento do mérito do mandamus, apenas a manutenção do valor percebido a título de URP/1989 na data da concessão da referida medida liminar;

Considerando que este Tribunal pode promover apreciação de mérito pela ilegalidade de ato de pessoal, em posição contrária ao decidido pelo Poder Judiciário, ainda que persistam os efeitos dessa decisão, cabendo determinação ao órgão de origem para que acompanhe o desfecho da decisão judicial supracitada, devendo retirar a vantagem caso a União obtenha êxito no recurso ou ela seja modificada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, a exemplo dos acórdãos 4181/2022-1ª Câmara e 1357/2022-Plenário, de relatoria do ministro Vital do Rêgo, 3036/2022-1ª Câmara e 2829/2022-1ª Câmara, de relatoria do ministro Benjamin Zymler, e 1645/2021-2ª Câmara, de relatoria do ministro Aroldo Cedraz;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-Plenário (de relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte;

Considerando a presunção de boa-fé da responsável;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, podendo ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva da interessada, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III, 143, II, 260 e 262 do RI/TCU e o art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor da interessada identificada no item 1.1 e expedir as determinações abaixo.

1. Processo TC-025.164/2024-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rozania Maria Pereira Junqueira (263.794.306-87).

1.2. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: Não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas, presumidamente de boa-fé, com fundamento no enunciado 106 da súmula de jurisprudência deste Tribunal;

1.7.2. determinar à entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. corrija, caso não o tenha feito, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica alusiva à URP de fevereiro de 1989, restabelecendo o valor verificado na data em que a decisão liminar que assegurou a sua irredutibilidade foi proferida, 16/9/2010, no MS 28.819;

1.7.2.2. acompanhe a tramitação do MS 28.819, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP de fevereiro de 1989 na remuneração da servidora, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;

1.7.2.3. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de aposentadoria da servidora indicada no item 1.1, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN/TCU 78/2018 e no art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023;

1.7.2.4. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão à entidade responsável pela concessão;

1.7.4. informar aos interessados que esta deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

1.7.5. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 1469/2025 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pela Fundação Universidade de Brasília;

Considerando as propostas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da inclusão irregular, nos proventos, de parcela relativa a plano econômico, URP de 26,05%;

Considerando que as análises realizadas nos autos apontam inclusão irregular, nos proventos, de parcela relativa a plano econômico, URP de 26,05%, que já deveria ter sido absorvida pelas reestruturações posteriores na estrutura remuneratória dos servidores públicos federais;

Considerando que as vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente (verbete de súmula/TCU 276);

Considerando que os pagamentos de percentual de planos econômicos não se incorporam indefinidamente aos vencimentos, dado que têm natureza de antecipação salarial, sendo devidos somente até a reposição das perdas salariais ocorridas até então, o que se daria na primeira data-base seguinte àquela que serviu de referência ao julgado (acórdãos 1614/2019-Plenário e 12559/2020-2ª Câmara);

Considerando, no entanto, que a unidade de origem anexou mandado de segurança 28.819, em que o sindicato da categoria obteve decisão judicial favorável aos seus filiados no sentido de manter os percentuais alusivos ao Plano Verão (URP de 26,05%), o que impede o imediato saneamento pelo jurisdicionado, preservando-se os efeitos do ato em exame até a cessação da circunstância impeditiva;

Considerando que a medida liminar deferida pelo STF assegurou aos servidores substituídos, até o julgamento do mérito do mandamus, apenas a manutenção do valor percebido a título de URP/1989 na data da concessão da referida medida liminar;

Considerando que este Tribunal pode promover apreciação de mérito pela ilegalidade de ato de pessoal, em posição contrária ao decidido pelo Poder Judiciário, ainda que persistam os efeitos dessa decisão, cabendo determinação ao órgão de origem para que acompanhe o desfecho da decisão judicial supracitada, devendo retirar a vantagem caso a União obtenha êxito no recurso ou ela seja modificada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, a exemplo dos acórdãos 4181/2022-1ª Câmara e 1357/2022-Plenário, de relatoria do ministro Vital do Rêgo, 3036/2022-1ª Câmara e 2829/2022-1ª Câmara, de relatoria do ministro Benjamim Zymler, e 1645/2021-2ª Câmara, de relatoria do ministro Aroldo Cedraz;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-Plenário (de relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, podendo ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III, 143, II, 260 e 262 do RI/TCU e o art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1 e expedir as determinações abaixo.

1. Processo TC-026.736/2024-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Juraci Jose Souto (210.243.831-72).

1.2. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: Não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas, presumidamente de boa-fé, com fundamento no enunciado 106 da súmula de jurisprudência deste Tribunal;

1.7.2. determinar à entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. corrija, caso não o tenha feito, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica alusiva à URP de fevereiro de 1989, restabelecendo o valor verificado na data em que a decisão liminar que assegurou a sua irredutibilidade foi proferida, 16/9/2010, no MS 28.819;

1.7.2.2. acompanhe a tramitação do MS 28.819, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP de fevereiro de 1989 na remuneração do servidor, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;

1.7.2.3. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de aposentadoria do servidor indicado no item 1.1, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN/TCU 78/2018 e no art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023;

1.7.2.4. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão à entidade responsável pela concessão;

1.7.4. informar aos interessados que esta deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

1.7.5. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 1470/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos (peças 3 a 7).

1. Processo TC-026.824/2024-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alzira Moreira Ouro Oliveira (339.109.447-87); Andréa Cabral de Menezes Gurfinkel (692.401.837-87); Flávio Tavares Rothfuchs (245.751.787-72); José Francisco Dias Barros (094.006.307-78); Moisés Chanini Glasman (467.644.617-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1471/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos (peças 3 a 7).

1. Processo TC-026.927/2024-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Benedita Gouveia Damasceno Simonetti (057.435.241-49); José Wilson Batista (184.419.471-04); Luiz Carlos dos Santos Reis (181.911.507-00); Maria de Lujan Caputo Winkler (160.566.200-34); Osias Luiz da Silva (405.815.517-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1472/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos (peças 3 a 5).

1. Processo TC-027.011/2024-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Ana Marly Alves de Brito (495.125.877-34); Lilian Mattos Peixoto de Souza (260.906.437-34); Vera Aleta de Rooij Mansur (516.781.607-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1473/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos (peças 3 e 4).

1. Processo TC-028.725/2024-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: José Ribamar de Oliveira (043.615.553-20); Luiz da Paz Cavalcante (066.296.603-15).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1474/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária relacionada nos autos (peça 3).

1. Processo TC-001.412/2025-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Neidi do Rosário Sielemann (792.235.837-72).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1475/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários relacionados nos autos (peças 3 a 5).

1. Processo TC-001.449/2025-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Arnor Martins da Silva (322.319.382-00); Maria Bernadette da Costa Tribuzi (052.671.102-72); Valderlitz Tomé de Melo Silva (138.383.932-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1476/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor do beneficiário relacionado nos autos (peça 3).

1. Processo TC-001.468/2025-1 (PENSÃO CIVIL)
- 1.1. Interessado: Severino Joaquim de Souza Filho (086.292.774-91).
- 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1477/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária relacionada nos autos (peça 3).

1. Processo TC-001.497/2025-1 (PENSÃO CIVIL)
- 1.1. Interessada: Nelcy Cavalcante Freire (166.657.831-20).
- 1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1478/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos (peça 4), consignando no processo que a inconsistência relativa à majoração de posto/graduação com base no art. 110 da Lei 6.880/1980 não mais subsiste, conforme regramento instituído pelo art. 7º, § 1º, da Resolução - TCU 353/2023.

1. Processo TC-023.854/2024-3 (PENSÃO MILITAR)
- 1.1. Interessadas: Ana Lúcia Amaral de Paula (214.387.061-20); Maria Cristina de Paula Laucevicius (126.098.618-77).
- 1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1479/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma relacionado nos autos (peça 3), com a ressalva de que o percentual pago a título de adicional de tempo de serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor, situação que possibilita a mérito pela legalidade conforme expresso no art. 260, § 4º, do RI/TCU.

1. Processo TC-027.389/2024-3 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: José Carlos da Rosa Fróes (363.966.050-15).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1480/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma relacionado nos autos (peça 3), com a ressalva de que o percentual pago a título de adicional de tempo de serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor, situação que possibilita a mérito pela legalidade conforme expresso no art. 260, § 4º, do RI/TCU.

1. Processo TC-027.396/2024-0 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Telmo Soares de Lima (375.621.004-97).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1481/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma relacionado nos autos (peça 3), com a ressalva de que o percentual pago a título de adicional de tempo de serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor, situação que possibilita a mérito pela legalidade conforme expresso no art. 260, § 4º, do RI/TCU.

1. Processo TC-027.761/2024-0 (REFORMA)
- 1.1. Interessado: Genes Brito Sobrinho (116.207.063-34).
- 1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1482/2025 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma relacionado nos autos (peça 3), com a ressalva de que o percentual pago a título de adicional de tempo de serviço (ATS) foi excluído e substituído pelo adicional de disponibilidade militar que está diretamente relacionado ao posto/graduação do militar/instituidor, situação que possibilita a mérito pela legalidade conforme expresso no art. 260, § 4º, do RI/TCU.

1. Processo TC-027.904/2024-5 (REFORMA)

1.1. Interessado: Emilton Pereira de Lima (050.211.828-89).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1483/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de prestação de contas do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), relativas ao exercício de 2019.

Considerando que, após a análise dos achados e recomendações do relatório de auditoria anual de contas da Controladoria-Geral da União (CGU), a unidade instrutiva reputou irregular a contratação de serviços de advocacia pela autarquia por inexigibilidade de licitação, sem ter restado demonstrada a necessidade de profissionais com notória especialização;

Considerando que os atos inquinados transpassam o exercício financeiro sob exame nestas contas, de modo que foi constituído o processo apartado TC 003.193/2023-3, sob a forma de representação, para a devida apuração das irregularidades;

Considerando que a unidade instrutiva esclareceu que foi sanada a falha apontada no relatório de auditoria anual de contas pela CGU, relativa à não utilização de indicadores de desempenho das atividades de fiscalização a cargo dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

Considerando que, conforme a análise da unidade instrutiva, as demais falhas relatadas pela CGU no relatório de auditoria anual de contas foram de menor gravidade, sendo suficientes as recomendações expedidas pelo órgão de controle interno;

Considerando que a unidade instrutiva propôs julgar regulares as contas dos responsáveis, dando-lhes quitação plena, e que o Ministério Público de Contas concordou com a proposta.

Os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, I, 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, I, 207 e 214, I, do RI/TCU, na forma do art. 143, I, "a", do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis.

1. Processo TC-003.293/2022-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2021)

1.1. Responsáveis: Gilney Guerra de Medeiros (002.246.941-97); Lauro César de Moraes (634.121.283-68); Manoel Carlos Neri da Silva (350.306.582-20); Nádia Mattos Ramalho (626.489.777-91).

1.2. Entidade: Conselho Federal de Enfermagem.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Gestão do Estado e Inovação (AudGestãoInovação).

1.6. Representação legal: Não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: Não há.

ACÓRDÃO Nº 1484/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de prestação de contas anuais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra), relativas ao exercício de 2014.

Considerando que o presente processo foi sobrestado até a decisão definitiva acerca de audiências realizadas no TC 000.517/2016-0, em face de indícios de irregularidades na execução do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), envolvendo responsáveis arrolados nestes autos, com possibilidade de influência no mérito destas contas;

Considerando que, por determinação do ministro Augusto Sherman Cavalcanti, relator do TC 000.517/2016-0, foi autuado o processo apartado TC 001.526/2017-0, para a análise das razões de justificativa encaminhadas aos responsáveis ouvidos nas aludidas audiências;

Considerando que, mediante o acórdão 1860/2024-Plenário, proferido no TC 001.526/2017-0, de relatoria do ministro Vital do Rêgo, este Tribunal deu provimento integral ao pedido de reexame interposto em face do acórdão 1043/2019-Plenário, de relatoria do ministro Augusto Sherman Cavalcanti, tornando insubsistentes os itens 9.3 a 9.7, que aplicavam sanções de multa e inabilitação aos responsáveis;

Considerando, desse modo, que as questões tratadas nos TC 000.517/2016-0 e 001.526/2017-0 não afetam o mérito das contas dos responsáveis arrolados nestes autos, de modo que pode ser levantado o referido sobrestamento e dado prosseguimento à apreciação do mérito destas contas;

Considerando que, conforme a análise da unidade instrutiva, as demais falhas relatadas pela CGU no relatório de auditoria anual de contas foram de menor gravidade, sendo suficientes as recomendações expedidas pelo órgão de controle interno, sem prejuízo de certas falhas constarem como ressalvas às contas de alguns responsáveis;

Considerando que a unidade instrutiva propôs julgar regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena;

Considerando que a referida proposta contou com a concordância do Ministério Público de Contas.

Os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, II, 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, I, 208 e 214, II, do RI/TCU, na forma do art. 143, I, "a", do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em levantar o sobrestamento do presente processo, julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas, em razão das impropriedades verificadas, e dar quitação aos responsáveis; e, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, I, 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 1º, I, 207 e 214, I, do RI/TCU, julgar regulares as demais contas arroladas no item 1.1 desta deliberação, com quitação plena:

- Sr. Carlos Mário Guedes de Guedes (presidente do Incra): restabelecimento de operações de crédito instalação que não estavam de acordo com os dispositivos da portaria Incra 352, de 18/6/2013, e sem a adoção de providências recomendadas para apuração de responsabilidade dos agentes envolvidos (item 6.1.1.1 do relatório de auditoria anual de contas 201504015);

- Sr. César Fernando Schiavon Aldrighi (diretor de desenvolvimento de projetos de assentamento): adoção de forma de mensuração não aderente às diretrizes estabelecidas no PPA 2012/2015 quanto aos resultados quantitativos e qualitativos apresentados para a ação 211A no relatório de gestão, com impacto na transparência da informação sobre a eficiência e eficácia da execução dos recursos alocados (item 1.2.1.1 do relatório de auditoria anual de contas 201504015); restabelecimento de operações de crédito instalação que não estavam de acordo com os dispositivos da portaria Incra 352, de 18/6/2013, e sem a adoção de providências recomendadas para apuração de responsabilidade dos agentes envolvidos (item 6.1.1.1 do relatório de auditoria anual de contas 201504015);

- Sras. Maria Jeigiane Portela da Silva e Simone Guerresi de Mello (diretoras de gestão estratégica): adoção de forma de mensuração não aderente às diretrizes estabelecidas no PPA 2012/2015 quanto aos resultados quantitativos e qualitativos apresentados para a ação 211A no relatório de gestão, com impacto na transparência da informação sobre a eficiência e eficácia da execução dos recursos alocados (item 1.2.1.1 do relatório de auditoria anual de contas 201504015);

- Sr. Marcelo Afonso Silva (diretor de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento): homologação, no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra), de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que não cumpriram os requisitos de admissibilidade previstos na legislação de regramento da matéria (item 4.1.1.1 do relatório de auditoria anual de contas 201504015).

1. Processo TC-030.059/2015-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Carlos Mário Guedes de Guedes (606.955.950-91); César Fernando Schiavon Aldrighi (425.920.200-63); Eduardo Granha Magalhães Gomes (855.834.056-00); Erika Galvani Borges (042.724.006-90); Evandro Carlos Miranda Cardoso (319.294.002-68); Francisco José Nascimento (068.104.542-68); Gerson Luís Ben (367.896.400-10); Ivonete Pereira Motta (342.416.201-91); Juliano Flávio dos Reis Rezende (967.754.406-34); Luz Marilda de Moraes Maciel (615.978.724-15); Marcelo Afonso Silva (311.875.526-15); Maria Jeigiane Portela da Silva (629.027.682-49); Maria Mota Pires (149.547.371-68); Raimunda Helena Nahum Gomes (431.105.842-04); Richard Martins Torsiano (824.775.740-00); Robson de Oliveira Fonzar (930.997.461-34); Simone Guerresi de Mello (590.483.360-15); Sérgio Ricardo Rezende (112.589.388-55).

1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável (AudSustentabilidade).

1.6. Representação legal: Não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: Não há.

ACÓRDÃO Nº 1485/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Executiva do Ministério do Turismo, em razão da omissão no dever de prestar contas referentes à aplicação dos recursos repassados à Liga de Quadrilhas Juninas do Acre (Liquajac) por meio do convênio 870/2010, que teve por objeto incentivar o turismo por meio da implementação de projeto intitulado “Etapa Final do 4º Circuito de Quadrilhas Juninas de Rio Branco”.

Os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, na forma do art. 218 do RI/TCU e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em dar quitação aos responsáveis listados a seguir, ante o recolhimento integral das multas que lhes foram imputadas:

Responsável - item do acórdão da aplicação de multa	Valor da multa após recursos R\$	Data de origem da multa	Valor recolhido R\$	Data do recolhimento
Liga de Quadrilhas Juninas do Acre - item 9.3 do acórdão 7617/2021- 1ª Câmara, alterado pelo item 9.1.2 do acórdão 3137/2023 - 1ª Câmara	2.000,00	4/5/2021	2.409,62	9/4/2024
Sr. Aurimar Fidelis de Aragão - item 9.3 do acórdão 7617/2021- 1ª Câmara, alterado pelo item 9.1.2 do acórdão 3137/2023 - 1ª Câmara	2.000,00	4/5/2021	1.194,89 1.216,67	5/3/2024 21/4/2024

1. Processo TC-002.221/2015-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 023.076/2024-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Aurimar Fidelis de Aragão (412.167.682-34); Liga de Quadrilhas Juninas do Acre (04.952.266/0001-95); Work & Time Publicidades Ltda. (34.714.568/0001-96).

1.3. Órgão: Secretaria-executiva do Ministério do Turismo.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.7. Representação legal: Gislene Rodrigues de Macedo (OAB/DF 32.527), representando Liga de Quadrilhas Juninas do Acre; Gislene Rodrigues de Macedo (OAB/DF 32.527) e José Carlos de Matos (OAB/DF 10.446), representando Aurimar Fidelis de Aragão; Rodrigo Machado Pereira (OAB/DF 3.798), representando Ycaro Bruno Castro Oliveira.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. restituir os autos à Seproc para providências a seu encargo em relação ao débito solidário imputado por este Tribunal (item 9.2 do acórdão 7617/2021-1ª Câmara, alterado pelo item 9.1.1 do acórdão 3137/2023-1ª Câmara).

ACÓRDÃO Nº 1486/2025 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de monitoramento autuado para aferir o cumprimento da determinação constante do item 9.2 do acórdão 1257/2024-1ª Câmara, endereçada à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), no sentido de que, com base no art. 60 da portaria interministerial 424/2016, “caso exista, na conta específica do termo de compromisso, saldo financeiro decorrente dos repasses federais não utilizados, solicite à instituição financeira a devolução dos valores à conta única do Tesouro Nacional, noticiando a esta Corte, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências adotadas”;

Considerando que, como informou a unidade instrutiva, foi encaminhado comprovante do recolhimento do saldo de R\$ 29.361,69 à conta da Funasa;

Considerando que a unidade instrutiva propôs considerar cumprida a determinação.

Os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, “a”, do RI/TCU e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar cumprida a determinação constante do item 9.2 do acórdão 1257/2024-1ª Câmara, determinar o apensamento definitivo destes autos ao TC 000.108/2022-7 e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade instrutiva (peças 35-36), à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), para conhecimento.

1. Processo TC-006.918/2024-7 (MONITORAMENTO)

1.1. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.5. Representação legal: Não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: Não há.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 10 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

ALINE GUIMARÃES DIÓGENES
Subsecretária da Primeira Câmara

Aprovada em 11 de março de 2025.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

(Publicado no DOU Edição nº 49 de 13/03/2025, Seção 1, p. 101)